



Relatório de Gestão do Iphan

Exercício de 2020



Relatório de Gestão do exercício de 2020 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa - TCU nº 84, de 22 de abril de 2020; Decisão Normativa -TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020; e Decisão Normativa -TCU nº 188, de 30 de setembro de 2020, de acordo com os arquivos de orientações (Novo Modelo Prestação Contas Terceira Edição) e (Orientações_prestações de contas anuais_Conselhos de Profissão 2020_VF-revisado).

Lista de siglas e abreviações

ASSE - Assessoria do Departamento de Planejamento e Administração

AUDIN - Auditoria Interna

BAE - Boletim Administrativo Eletrônico

CCONV - Coordenação de Convênios e Prestação de Contas

CCPPI - Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial

CGAF - Coordenação Geral de Autorização e Fiscalização

CGC - Coordenação-Geral de Conservação

CGLOG - Coordenação Geral de Convênios e Contratos

CGN - Coordenação Geral de Normatização e Gestão de Território

CGU - Controladoria Geral da União

CLC - Centro Lúcio Costa

CNA - Centro Nacional de Arqueologia

CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

COFIN - Coordenação de Orçamento e Finanças

COGEP - Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

COGESTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

COLIC - Coordenação de Licitações e Contratos

CPLAN - Coordenação de Planejamento e Projetos

CTEP - Coordenação Técnica do Escritório de Processos

DECOF - Departamento de Cooperação e Fomento

DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

DICONT - Divisão de Prestação de Contas

DPA - Departamento de Planejamento e Administração

DPE - Departamento de Projetos Especiais

DPI - Departamento do Patrimônio Imaterial

FISCALIS - Sistema de Fiscalização do Patrimônio Cultural Edificado

GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MP - Mestrado Profissional

OBTV - Ordem Bancária de Transferência Voluntária

PAD - Processo Administrativo Disciplinar

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PEP - Programa de Especialização em Patrimônio

PNC - Plano Nacional de Cultura

PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PRODOC - Programa Nacional de Apoio a Projetos

PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura

RAINT - Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna

SAIP - Sistema de Avaliação do Impacto ao Patrimônio Cultural

SEI - Sistema Eletrônico de Informação

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

SICG - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

SICONV - Sistema de Convênios

SIGIPHAN - Sistema de Informações Gerenciais do IPHAN

SRBM - Sítio Roberto Burle Marx

TCE - Tomada de Contas Especial

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Lista de tabelas

Tabela 2.5 Macroprocessos Finalísticos	20
Tabela 3.1.1 Procedimentos Disciplinares Instaurados - Por Tipo	27
Tabela 3.1.2 Procedimentos Disciplinares Instaurados - Por Assunto	27
Tabela 3.1.3 Procedimentos Disciplinares Julgados	28
Tabela 4.3.1 Conjuntos Urbanos e Áreas de Entorno	49
Tabela 4.3.2 Número de Fiscalizações concluídas em 2020	52
Tabela 4.3.3 Ações executadas diretamente pela Coordenação-Geral de Conservação	53
Tabela 4.3.4 Ações Orçamentárias para Identificação e Reconhecimento de Bens Culturais Imateriais (2020)	64
Tabela 4.3.5 Descrição detalhada de 10 Planos de Ação com recursos empenhados em 2020	68
Tabela 4.3.6 Obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas Iniciadas em 2020	85
Tabela 4.3.7 Obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas Finalizadas em 2020	86
Tabela 4.3.8 Obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas em Execução	88
Tabela 4.3.1.1 Execução 2020 por Ação - Despesas Discricionárias	96
Tabela 4.3.2.1 Áreas Temáticas dos Afastamentos para Cursar Pós-Graduação em 2019/2020	102
Tabela 4.3.2.2 Resumo de Ações de Capacitação/Desenvolvimento em 2020	103
Tabela 4.3.2.3 Demonstrativo de ocupação de Cargo em Comissão	104
Tabela 4.3.2.4 Demonstrativo das Despesas com Pessoal - IPHAN 2020	109
Tabela 4.3.2.5 Evolução dos Gastos com Pessoal	109
Tabela 4.3.2.6 Estágio de nível médio e superior	111
Tabela 4.3.2.7 Carga horária e remuneração dos Estagiários	112
Tabela 4.3.3.1 Contratações 2020 IPHAN SEDE (UASG 343026)	113
Tabela 4.3.3.2 Funcionamento Administrativo - Detalhamento	115
Tabela 4.3.3.3 Principais Tipos de Contratações Diretas	116
Tabela 4.3.3.4 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	117
Tabela 4.3.3.5 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	118
Tabela 4.3.3.6 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	119
Tabela 4.3.3.7 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	120
Tabela 4.3.3.8 Média do tempo de análise de Prestação de Contas	122
Tabela 4.3.4.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	125
Tabela 4.3.5.1 Contratos mais relevantes de recursos de TI	127
Tabela 4.3.6.1 Aspectos sobre a gestão ambiental	131
Tabela 5.1.1 Despesas Correntes	134
Tabela 5.1.2 Despesas de Capital	135

Lista de gráficos

Gráfico 4.2.1 Atendimentos do Fale Conosco - 2020	34
Gráfico 4.2.2 Visão Geral dos dados estatísticos dos pedidos de informações encaminhados ao Iphan - Fala.BR	35
Gráfico 4.2.3 Decisão da Manifestação - Fala.BR	36
Gráfico 4.3.1 Total de empreendimentos (FCA's) analisados	39
Gráfico 4.3.2 FCA X Projeto	40
Gráfico 4.3.3 Total FCA - IBAMA	41
Gráfico 4.3.4 Entrada de processos no CNA - 2020	59
Gráfico 4.3.5 Pareceres gerados no CNA - 2020	60
Gráfico 4.3.6 Portarias de pesquisas arqueológicas publicadas em 2020	61
Gráfico 4.3.7 Projetos - Autorizações de Pesquisas emitidas pelo Iphan em 2020	62
Gráfico 4.3.8 Sítios Arqueológicos cadastrados em 2020	63
Gráfico 4.3.9 Execução da atividade com recurso orçamentário do IPHAN	71
Gráfico 4.3.10 Disponibilização de recursos do IPHAN nas atividades monitoradas	72
Gráfico 4.3.11 Comunidades/Artesões Beneficiados em 2020	74
Gráfico 4.3.12 Atividades de Tratamento Acervo Museológico (MFEC) em 2020	75
Gráfico 4.3.13 Atividades de Tratamento Acervo Técnico (Biblioteca) em 2020	76
Gráfico 4.3.14 Atividades de Tratamento Acervo Sonoro e Visual em 2020	77
Gráfico 4.3.15 Alcance de Público e Publicações – em números	80
Gráfico 4.3.16 Execução Orçamentária das Ações do CNFCP	81
Gráfico 4.3.1.1 Execução 2020 por Ação – Despesas Discricionárias	97
Gráfico 4.3.1.2 Despesas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Custeio	98
Gráfico 4.3.1.3 Despesas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Gastos com Pessoal	99
Gráfico 4.3.1.4 Despesas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Investimentos	100
Gráfico 4.3.2.1 Situação Funcional	105
Gráfico 4.3.2.2 Área de Atuação	106
Gráfico 4.3.2.3 Contagem de Servidor - Força de Trabalho	107
Gráfico 4.3.2.4 Contagem de Servidor - Cargo em Comissão - Função Comissionada	107
Gráfico 4.3.2.5 Evolução dos Gastos com Pessoal - Valores Empenhados	110
Gráfico 4.3.3.1 Porcentagem (%) de Contrato por Modalidade	114

Sumário

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	07
2. CAPÍTULO 1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	08
2.1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas	09
2.2 - Estrutura Organizacional	16
2.3 - Estrutura de Governança	17
2.4 - Modelo de Negócios	18
2.5 - Cadeia de Valor	19
2.6 - Políticas e Programas de Governo	21
2.7 - Ambiente Externo	22
2.8 - Determinação da Materialidade das Informações	24
3. CAPÍTULO 2 - RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	25
3.1 - Gestão de Riscos e Controles Internos	26
4. CAPÍTULO 3 - GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	29
4.1 - Estratégia	30
4.2 - Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade da UPC de Gerar Valor	32
4.3 - Resultados e Desempenho da Gestão	38
4.3.1 - Gestão Orçamentária e Financeira	95
4.3.2 - Gestão de Pessoas	101
4.3.3 - Gestão de Licitações e Contratos	113
4.3.4 - Gestão Patrimonial e Infraestrutura	125
4.3.5 - Gestão da Tecnologia da Informação	126
4.3.6 - Sustentabilidade Ambiental	131
5. CAPÍTULO 4 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	133
5.1 informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	134

1. Mensagem do dirigente máximo da unidade

É com muito orgulho que apresento, como atual presidente desta instituição e corresponsável por assegurar a integridade organizacional, o Relatório de Gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de 2020. Este documento é uma ferramenta de transparência das ações desta Autarquia Federal, construído coletivamente pelos Departamentos, Superintendências e Unidades Especiais, além de ser um instrumento basilar para que novas conquistas sejam alcançadas.

Em seus 84 anos de história, o Iphan se firmou como uma instituição comprometida com a promoção e a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, contribuindo para a valorização da diversidade cultural. Vale ressaltar que o Iphan é uma das mais antigas instituições brasileiras, sendo a primeira da América Latina a se dedicar à preservação do patrimônio cultural.

Considerando as diferentes áreas de atuação do órgão, nossa força de trabalho conta com cerca de 1.100 servidores por todo o país que, com excelência nas ações que desempenham, permitem a manutenção da qualidade das entregas desta Autarquia. Sendo assim, esse relatório é um demonstrativo das ações desenvolvidas no exercício de 2020, em complementação aos demonstrativos contábeis e financeiros de responsabilidade do Instituto.

É possível compreender a grandiosidade e a complexidade do trabalho desenvolvido quando nos deparamos com a exuberância do Patrimônio Cultural acautelado pelo Iphan: são 1.271 bens tombados; 591 bens ferroviários; 28.482 sítios arqueológicos georreferenciados; 48 bens culturais imateriais registrados; e 7 línguas inscritas no Inventário Nacional de Diversidade Linguística.

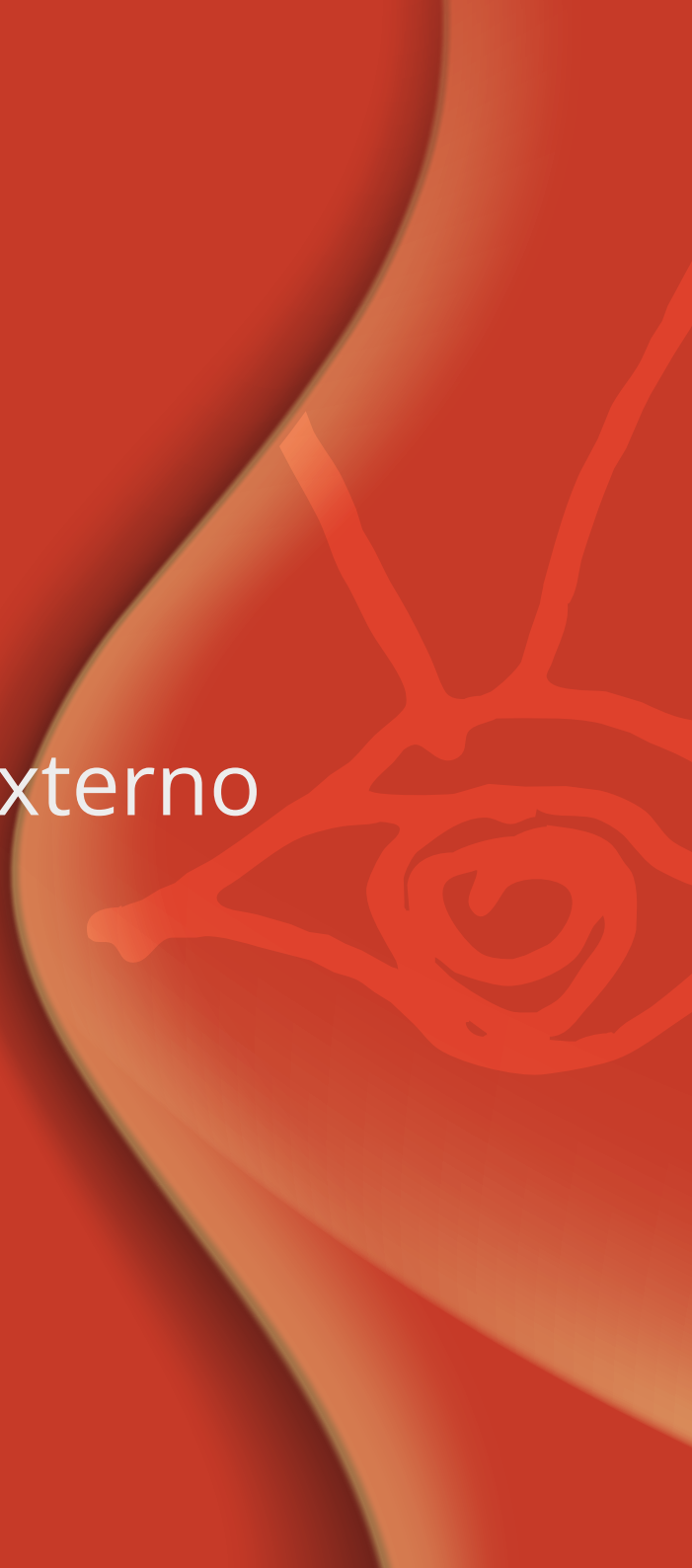
O contexto da pandemia de Covid-19 foi desafiador. Algumas de nossas unidades que recebem o público externo ficaram fechadas e, em alguns momentos, as obras precisaram ser parcialmente interrompidas. Não obstante, o Iphan conseguiu finalizar mais de vinte obras de requalificação, restauração e recuperação e dar continuidade às que estão em plena execução. Além disso, em se tratando de bens tombados, 885 fiscalizações foram realizadas pelos servidores durante o ano.

Na seara do Patrimônio Imaterial, ao longo do exercício, foram realizadas diversas reuniões virtuais entre o Iphan e os detentores de bens registrados, visando à adequação dos projetos ao contexto de isolamento e distanciamento social. Nesse sentido, pesquisas, seminários e oficinas foram realizados com sucesso.

A leitura deste documento permite inferir que, apesar dos desafios impostos pelo contexto adverso, o Iphan encerra o ano de 2020 cumprindo e reafirmando o seu papel primordial na preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. As obras de requalificação e restauro, as ações de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio imaterial, as exposições e lançamentos de publicações, e os prêmios entregues à sociedade, são todas entregas concretas aos cidadãos brasileiros. Os resultados trazidos pelas diferentes áreas deixam evidente o alinhamento da gestão nas decisões estratégicas e como as entregas, vindas do esforço operacional, materializam a integração das diferentes áreas.

Espero que esse relatório aproxime a sociedade do Iphan e que, a partir dele, possamos contribuir gradativamente para a democratização do acesso ao patrimônio cultural. Que o documento seja um convite à maior participação da sociedade na preservação e promoção do valioso Patrimônio Cultural Brasileiro.

2. Capítulo 1 - Visão geral organizacional e ambiente externo



2.1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas

Apesar da existência de algumas iniciativas anteriores na defesa do patrimônio cultural brasileiro, como o Conselho Nacional de Belas-Artes, o IPHAN, como o entendemos hoje, foi criado no primeiro governo de Getúlio Vargas pela Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Posteriormente, a lei foi regulamentada pelo **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937**, até hoje vigente, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

É importante ressaltar que nomes consagrados da cultura nacional participaram ativamente do esforço inicial para a criação do IPHAN. Por sugestão de Mário de Andrade e Manuel Bandeira, o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade foi indicado como seu primeiro Presidente, tendo permanecido por três décadas na direção do IPHAN. Nesse processo, cabe destacar ainda a atuação decisiva do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, auxiliado pelo seu chefe de gabinete, o poeta Carlos Drummond de Andrade. O sociólogo Gilberto Freyre trabalhou no IPHAN na Superintendência de Recife. Na mesma época, Mário de Andrade também dirigiu a unidade do IPHAN em São Paulo, na primeira metade da década de 1940. O arquiteto e urbanista Lúcio Costa é outro expoente da cultura nacional que também contribuiu muito para a criação e consolidação de uma instituição pública voltada exclusivamente para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

As atribuições do Estado em relação à preservação do patrimônio cultural brasileiro estão previstas nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. De forma contundente, o preceito constitucional, por si só, já demonstra as enormes responsabilidades que recaem sobre a instituição, expressando a relevância da preservação cultural para o conjunto da sociedade.

Depois de passar por várias alterações legais e regimentais ao longo das décadas, atualmente o IPHAN se organiza pela Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto Nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017. A personalidade jurídica como autarquia federal foi instituída pela Lei Nº 8.113, de 12/12/1990. Em um nível mais detalhado de atividades, o Regimento Interno da instituição foi aprovado pela Portaria Nº 92, de 5 de julho de 2012. Duas outras portarias também são fundamentais para definir as atribuições do IPHAN: Portaria Nº 375, de 19/09/2018, que institui a Política de Patrimônio Cultural Material - **PPCM**, e a Portaria Nº 200, de 18/05/2016, que regulamenta o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - **PNPI**. Com uma concepção mais abrangente e integradora das políticas públicas na área cultural, também a Lei Nº 12.343, de 02/12/2010, que institui o Plano Nacional de Cultura - **PNC**, norteia e delimita a atuação finalística da autarquia.

Atualmente o IPHAN é autarquia vinculada ao Ministério do Turismo e à Secretaria Especial de Cultura (SECULT), nos termos do Art. 1º, inciso I, do Decreto Nº 10.107, de 06/11/2019. Institucionalmente, o IPHAN tem por finalidade, nos termos do artigo 2º do Decreto 9.238/2017:

- I - Preservar o patrimônio cultural do País, nos termos do art. 216 da Constituição;
- II - Coordenar a implementação e a avaliação da Política Nacional de Patrimônio Cultural, de acordo com as diretrizes definidas em ato do Ministro de Estado da Cultura;

¹De acordo com o artigo 46, da Lei 378/1937, o nome inicial era Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, passando por várias alterações ao longo das décadas até chegar à denominação atual.

- III - Promover a identificação, o reconhecimento, o cadastramento, o tombamento e o registro do patrimônio cultural do País;
- IV - Promover a salvaguarda e a conservação do patrimônio cultural acautelado pela União;
- V - Promover a difusão do patrimônio cultural do País, com vistas à preservação, à salvaguarda e à apropriação social;
- VI - Promover a educação, a pesquisa e a formação de pessoal qualificado para a gestão, a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural;
- VII - Elaborar as diretrizes, as normas e os procedimentos para a preservação do patrimônio cultural acautelado pela União, de forma a buscar o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federativos e a comunidade;
- VIII - Fiscalizar e monitorar o patrimônio cultural acautelado pela União e exercer o poder de polícia administrativa nos casos previstos em lei;
- IX - Manifestar-se, quando provocado, no âmbito do processo de licenciamento ambiental federal, estadual, distrital e municipal quanto à avaliação de impacto e à proteção dos bens culturais acautelados em âmbito federal e à adequação das propostas de medidas de controle, mitigação e compensação; e
- X - Fortalecer a cooperação nacional e internacional no âmbito do patrimônio cultural.

De acordo com dados relativos a dezembro de 2020, o IPHAN é responsável por **1.271 bens tombados** em todo país, sendo: 935 bens isolados, 71 bens integrados e 259 bens tombados em conjunto (como a cidade de Ouro Preto ou Brasília, por exemplo). Na federação, o Rio de Janeiro (244) e Minas Gerais (208) abrigam a maior parte dos bens tombados. Desse total, 14 são sítios integrantes do patrimônio cultural mundial (Brasília/DF, cais do Valongo/RJ, centro histórico da cidade de Goiás/GO, Diamantina/MG, Ouro Preto/MG, Olinda/PE, São Luís/MA, Salvador/BA, Belo Horizonte/Pampulha/MG, Ruínas de São Miguel das Missões/RS, Serra da Capivara/PI, São Cristovão/SE, Rio de Janeiro/RJ e Congonhas/MG). O Brasil possui ainda 7 sítios inscritos como Patrimônio Natural Mundial (Parque do Iguaçu, Mata Atlântica, Amazônia central, Costa do Descobrimento, Pantanal, áreas do Cerrado e ilhas atlânticas [Fernando de Noronha]). Mais recentemente, em julho de 2019, Paraty e Ilha Grande também foram reconhecidos como patrimônio cultural mundial, com a especificidade de serem inscritos na categoria de sítio misto, ou seja, cultural e natural. Como facilmente se constata, é vasto, diverso e abrangente o patrimônio material tombado pelo IPHAN, que inclui templos religiosos, sítios arqueológicos, quilombos, locais remanescentes dos povos indígenas, patrimônio ferroviário, paisagístico, arquitetônico, entre outros.

Por outro lado, em contraste com a quase centenária legislação de tombamento, a política de proteção de bens culturais imateriais é bem mais recente na legislação brasileira, tendo como marco inicial o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000. Desde então, foi concluído pelo IPHAN o trabalho de identificação de 160 bens culturais, representativos da diversidade étnica, cultural e linguística brasileira. Em dezembro de 2020 o Brasil contava com 48 bens culturais imateriais formalmente registrados pelo IPHAN livros dos saberes (**13 bens registrados**), celebrações (**13 bens registrados**), formas de expressão (**18 bens registrados**), e lugares (**4 bens registrados**). No âmbito da federação, merecem destaque os Estados do Pará e Pernambuco, com seis bens registrados cada um.

O Brasil conta ainda com **5 bens inscritos na lista representativa do patrimônio imaterial da humanidade** (samba de roda, arte Kusiwa, frevo, Círio de Nazaré e roda de capoeira) e 7 línguas incluídas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL (Asurini, Guarani M'bya, Nahukuá, Matipu, Kuikuro, Kalapalo e Talian).

Naturalmente, a salvaguarda de uma tradição cultural tão vasta e diversa, distribuída por um território gigantesco, exige do IPHAN um desempenho institucional eficiente e ágil para cumprir com as importantes atribuições determinadas pela Constituição Federal/88.

O Patrimônio Cultural acauteelado pelo IPHAN

591 bens
imóveis ferroviários
valorados

14 sítios
Patrimônio Cultural
Mundial

07 sítios
Patrimônio Natural
Mundial

1.271 bens
Tombados

48 bens
Culturais imateriais
registrados

28.482 sítios
arqueológicos
georeferenciados

83
Conjuntos Urbanos
Tombados

51 bens
imóveis modernos
tombados

2.016
negociantes de obras
de arte e antiguidade cadastrados

05 bens
Patrimônio Cultural Imaterial
da Humanidade

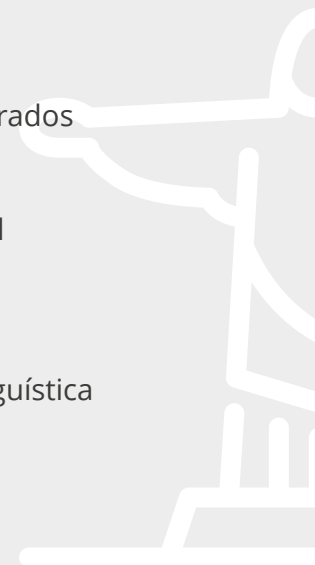
07 línguas
inscritas no Inventário
Nacional da Diversidade Linguística

Depois de um amplo processo de discussão e alinhamento institucional, que envolveu todas as áreas do IPHAN, inclusive as Superintendências e Unidades Especiais, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública, foram definidos a *Missão e Visão de Futuro* da instituição:

Missão: Promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro, de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural.

Visão de Futuro: Ser reconhecido pela sociedade brasileira como um Instituto de excelência na gestão compartilhada e sustentável do patrimônio cultural.

Assim, em decorrência das previsões legais contidas nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, são competências do Instituto, entre outras, preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro. Estas competências se desdobram em inúmeras ações que podem ser elencadas:



- Identificação e documentação;
- Reconhecimento do patrimônio por meio dos respectivos instrumentos legais, quais sejam: o Tombamento dos bens materiais (DL 25/1937), o Registro dos bens imateriais (Decreto 3.551/2000) e a valoração do patrimônio ferroviário (Lei 11.483/2007);
- Cadastramento de sítios arqueológicos (Lei 3.924/1961);
- Conservação, restauração e revitalização do patrimônio cultural protegido pela União;
- Salvaguarda de bens imateriais registrados;
- Elaboração de normas e procedimentos para as ações de preservação e promoção da difusão do patrimônio cultural brasileiro;
- Autorização de intervenções, de pesquisas arqueológicas e de saída de obras de arte do país (Lei 4.845/1965);
- Autorização, no que lhe compete, de empreendimentos submetidos ao licenciamento ambiental;
- Fiscalização dos bens protegidos e respectivo exercício do poder de polícia administrativa;
- Aprimoramento de modelos e instrumentos de gestão da política de preservação de forma articulada entre os entes públicos, a sociedade civil e os organismos internacionais; e
- Promoção e apoio à formação técnica especializada em preservação do patrimônio cultural.
- Licenciamento ambiental, nos casos que requerem a intervenção do IPHAN, de acordo com a Portaria Interministerial Nº 60, 24/03/2015.

Na busca por desempenhar suas atribuições precípua com eficiência e efetividade, o IPHAN esforça-se para criar, comunicar e desenvolver uma cultura organizacional que integre e fortaleça a instituição. A difusão dos Valores Institucionais, representados abaixo, contribui para o engajamento e mobilização dos servidores, ao mesmo tempo que possibilita criar sinergia e alinhamento com a alta direção do IPHAN. São valores institucionais da autarquia:

VALORES INSTITUCIONAIS

Valorização da diversidade

Gestão sustentável do patrimônio

Valorização do patrimônio cultural

Valorização das memórias e das identidades culturais

Inclusão e participação social

Preservação e difusão do patrimônio cultural

Transparência e ética



Abaixo da Constituição Federal/88, um complexo conjunto de **leis, decretos, portarias e resoluções** organizam a atuação do IPHAN em todo território nacional:

- Constituição Federal (inciso LXXIII do art. 5º, incisos III e IV do art. 23, incisos VII e VIII do art. 24, inciso IX do art. 30 e arts. 215, 216 e 216-A);
- Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 – Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública (arts. 46 e 130);
- Decreto-Lei nº 8.534, de 2 de janeiro de 1946 – Passa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências;
- Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970 – Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura (inciso III, § 5º, letra B), inciso VII do art. 1º e art. 14);
- Decreto nº 84.198, de 13 de novembro de 1979 – Cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por transformação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências;
- Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979 – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências;
- Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 – Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências (inciso II e § 1º do art. 2º);
- Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990 – Dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC e da Biblioteca Nacional;
- Medida Provisória nº 752, de 6 de dezembro de 1994 – Dispõe sobre a alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências (art. 6º);
- Decreto nº 10.108, de 07 de novembro de 2019, vinculou o IPHAN ao Ministério do Turismo.
- Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975 - Dispõe sobre o tombamento de bens no IPHAN;
- Decreto nº 9.963, de 08 de agosto de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural;
- Decreto-Lei nº 2.809, de 23 de novembro de 1940 – Dispõe sobre a aceitação e aplicação de donativos particulares pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural (art. 62 ao 65);
- Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 – Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública (letras k) e l) do art. 5º);
- Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941 – Dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;

- Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965 – Regula a ação popular (§ 1º do art. 1º);
- Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965 – Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico;
- Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências (inciso III do art. 1º e art. 4º);
- Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências;
- Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007 – Regulamenta a Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S. A., altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências (inciso IV do art. 5º e art. 7º);
- Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 – Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências (art. 9º);
- Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, a preservação da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na citada lei (art. 10, 11 e 12);
- Decreto nº 8.652, de 28 de janeiro de 2016 - Dispõe sobre o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (art. 1º, inciso III);
- Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e dá outras providências;
- Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010 – Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências;
- Portaria Nº 375, de 19/09/2018 - Institui a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM); e
- Portaria Nº 200, de 18/05/2016 - Regulamenta o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI);

De modo organizado e de fácil consulta, toda essa vasta legislação, juntamente com acervos e publicações relacionadas às atividades finalísticas desenvolvidas pelo IPHAN, estão disponíveis no endereço eletrônico da autarquia: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/617>.

Metodologia de elaboração do Relatório de Gestão

Os trabalhos para a coleta de dados e elaboração do Relatório de Gestão 2020 do Iphan foi caracterizado pela utilização de uma metodologia já consagrada na Autarquia. Em primeiro lugar, a CPLAN/DPA analisa o relatório do ano anterior para verificar se houve alguma notificação de auditoria ou ajustes a serem realizados ou incorporados na nova versão do Relatório de Gestão.

O passo seguinte da metodologia adotada pelo Iphan consiste no envio de solicitação das principais realizações desenvolvidas pelas áreas finalísticas da Autarquia durante o exercício. De modo geral, as áreas técnicas apontam os principais produtos, entregas para a sociedade e realiza um balanço de suas atividades, inclusive apontando as principais dificuldades na busca para realizar as atividades finalísticas da instituição.

Quando as informações retornam para a CPLAN, o próximo passo da metodologia implica em analisar, uniformizar e consolidar uma grande quantidade de dados e resultados. Nesse mesmo momento as informações recolhidas das áreas meio do Iphan, notadamente a gestão de pessoal, de contratos, convênios e orçamentária, também são analisadas e incorporadas ao Relatório de Gestão.

Neste Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2020 também foi realizado um grande esforço para adequar os dados na forma de um novo modelo denominado Relatório Integrado, nos moldes previstos na Instrução Normativa TCU Nº 84, de 22 de abril de 2020.

Na sequência, o Relatório de Gestão é revisado pela CGPLAN/DPA, encaminhado para o Departamento de Administração e Planejamento que o ratifica e envia para o Gabinete da Presidência, que insere a mensagem do dirigente máximo e envia para a ASCOM publicar no sítio oficial da Autarquia.

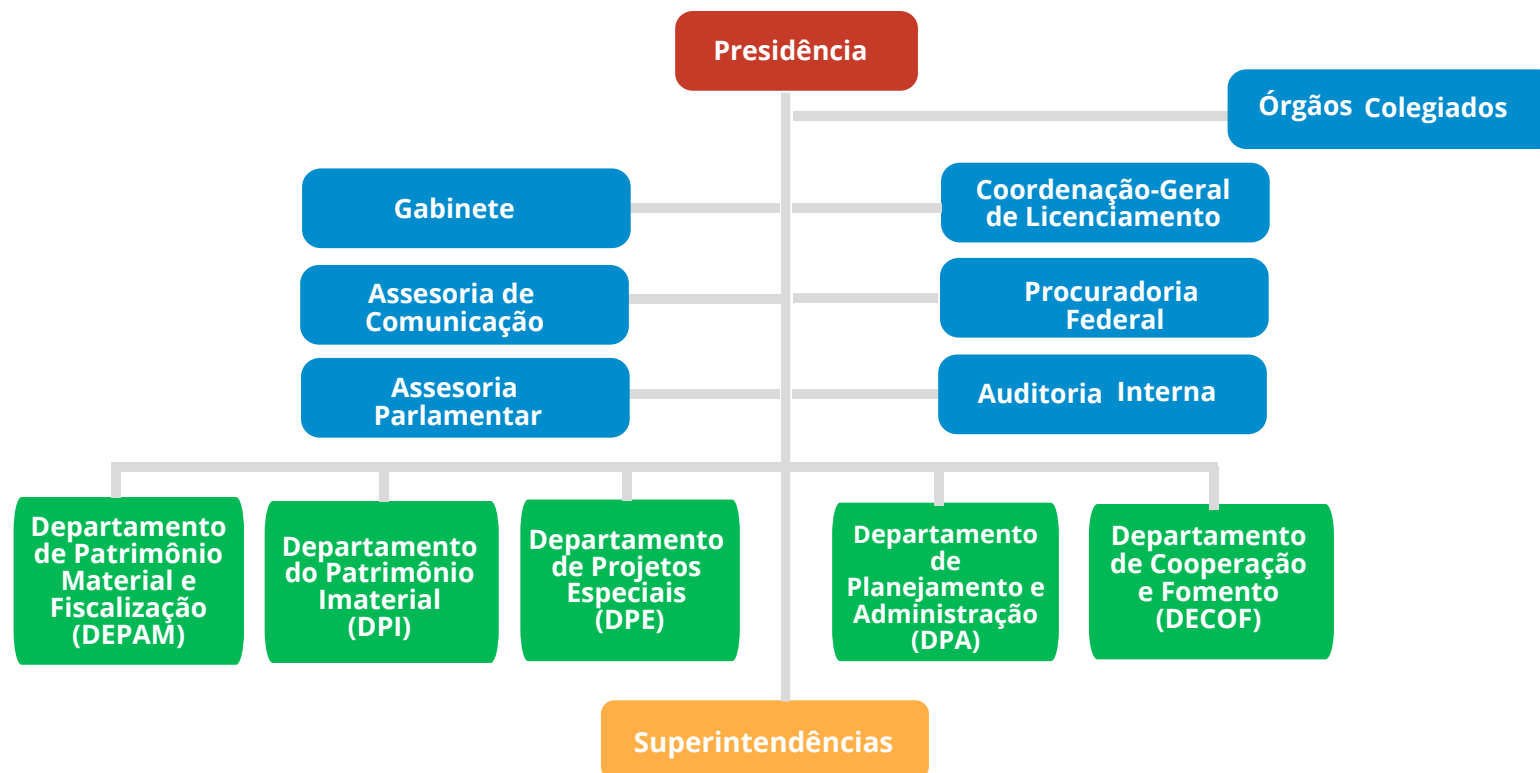
Quanto aos critérios adotados para elaborar o Relatório de Gestão, a metodologia se utiliza basicamente de três grandes referências para identificar e mapear os principais projetos estratégicos do Iphan. Inicialmente, a principal diretriz consiste na busca pelos principais macroprocessos já identificados e mapeados da instituição, como o licenciamento ambiental, preservação do patrimônio arqueológico, etc. Também representaram insumos importantes as oficinas coordenadas pela ENAP na elaboração do Planejamento Estratégico Institucional – PEI do Iphan. Por fim, na identificação dos projetos estratégicos da Autarquia, foram considerados os Planos Orçamentários, como a fiscalização, conservação e identificação do patrimônio cultural brasileiro.

2.2 - Estrutura Organizacional

Atualmente o Iphan se estrutura por meio de **27 Superintendências** (uma em cada Unidade Federativa), 37 Escritórios Técnicos e cinco Unidades Especiais, sendo quatro delas no Rio de Janeiro - Centro Lucio Costa (CLC), Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx (SRBM), Centro Cultural do Patrimônio - Paço Imperial (CCPPI) e Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular (CNFCP), além de uma unidade em Brasília, o Centro Nacional de Arqueologia (CNA). A administração central funciona em dois endereços: no Edifício Iphan - Sede, em Brasília (DF) e no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro (RJ), que se encontra temporariamente em reformas.

O Arquivo Central do Iphan, situado no Rio de Janeiro, é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento do Patrimônio Cultural Brasileiro. O Arquivo Aloísio Magalhães (AAM) está instalado em Brasília e tem um acervo iconográfico composto pelas ações de referenciamento cultural dos antigos Centro Nacional de Referência Cultural e Fundação Nacional Pró-Memória. Desde 1997, o AAM passa por um processo de reestruturação, que inclui identificação, organização, informatização e digitalização do acervo.

De acordo com a legislação em vigor, foi elaborado o **organograma da autarquia**:



2.3 - Estrutura de Governança

No desempenho de suas atribuições legais de coordenar as políticas públicas de preservação patrimonial em nível nacional o IPHAN, em sintonia com as melhores práticas de gestão, desenvolveu uma estrutura de governança pública ao mesmo tempo ágil, transparente e eficiente. Dessa forma, a Presidência conta, no processo de tomada de decisões e definição de políticas públicas, com três instâncias colegiadas de assessoramento e deliberação:

Conselho Consultivo: de acordo com a legislação vigente, compete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, registros de bens culturais de natureza imaterial e saídas temporárias do País de bens culturais protegidos por lei, além de se manifestar acerca de outras questões relevantes propostas pelo presidente do IPHAN. O Conselho tem o dirigente máximo do IPHAN como presidente e é composto por nove representantes de instituições públicas e privadas e 13 profissionais de notório saber e comprovada experiência nas áreas de atuação relacionadas ao patrimônio cultural. O mandato dos conselheiros é de quatro anos.

Diretoria Colegiada: É vasto o conjunto de atribuições da Diretoria Colegiada previsto na legislação, que é competente para: estabelecer as diretrizes e estratégias do IPHAN; aprovar e coordenar as políticas institucionais; opinar sobre os planos de ação e as propostas referentes ao processo de acompanhamento e avaliação da execução das agendas do instituto; examinar, opinar e decidir sobre as questões relacionadas à proteção e à defesa dos bens culturais; apreciar as propostas de edição de normas de âmbito nacional; aprovar o regimento interno do IPHAN e zelar pelo seu cumprimento; assessorar o Presidente do IPHAN; apoiar, prestar assistência técnica, orientar, acompanhar e supervisionar as unidades do IPHAN no exercício de suas atribuições; analisar, discutir e decidir sobre as matérias relevantes para o órgão. É composta pelo Presidente do IPHAN, que o presidirá, e pelos cinco Diretores de Departamento.

Comitê Gestor: É composto pelo Presidente do IPHAN, que o presidirá, pelos Diretores de Departamentos, pelo Procurador-Chefe, pelos Superintendentes e pelos Diretores das Unidades Especiais. Cabe ao Comitê Gestor colaborar na formulação, consecução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, além de propor ações de articulação com outros órgãos, programas e ações culturais do Ministério do Turismo e com outros setores de interesse do patrimônio. O Comitê deve ainda participar da formulação do planejamento estratégico e orçamentário e do desenvolvimento institucional e da elaboração de propostas e diretrizes para implementação do Plano Anual de Ação. É também função do Comitê Gestor propor normas para a política de recursos humanos e implantação de instrumentos voltados para seu desenvolvimento, elaborar propostas para o estabelecimento de normas técnicas e administrativas de abrangência nacional e apreciar todos os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria. Caso haja necessidade, o Comitê pode designar Grupos de Trabalho com competência e conhecimento específico visando apoiar a Diretoria Colegiada na definição de normas técnicas e administrativas.

2.4 - Modelo de Negócios

Nos últimos anos o IPHAN tem passado por um profundo processo de modernização e inovação administrativa. Em seu conjunto, a autarquia tem procurado melhorar seus processos de trabalho e o modelo de negócios buscando as melhores práticas de governança pública atualmente disponíveis para o Executivo Federal.

Nesse contexto, visando aprimorar o desempenho institucional da autarquia, entre outras ações, foi assinado o Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional – PGT, visando implantar ações de transformação institucional no IPHAN. O plano de trabalho estabelecido prevê ações nas áreas de gestão estratégica, processos de trabalho, arranjos institucionais e estruturas organizacionais. Assinado em 21/12/2020 com a Secretaria Especial Adjunta de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, o PGT prevê 37 ações de modernização administrativa e inovação institucional a serem alcançados nos próximos anos.

Nesse mesmo cenário de aprimoramento das práticas gerenciais aplicadas à gestão pública, ainda deve ser lembrada a parceria estabelecida com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP para a elaboração do novo Planejamento Estratégico da autarquia. Assinado em 27 de outubro de 2020, o Plano de Trabalho prevê um total de 12 oficinas de mobilização, articulação, discussão e definição de todo o planejamento da instituição para o período de 2021-2024. Na primeira fase do processo, ocorrida em novembro e dezembro de 2020, foram definidos os 13 objetivos estratégicos da autarquia. Nessas oficinas também foi concluído o Mapa Estratégico com o estabelecimento da Missão, Visão de Futuro e Valores Institucionais da autarquia.

2.5 - Cadeia de Valor

Os macroprocessos finalísticos representam a essência da missão institucional do Iphan e estão voltados para a prestação e disponibilização de serviços e produtos da organização diretamente para o cidadão e a sociedade. Em linhas gerais, essas atividades finalísticas são suportadas pelos processos de gestão interna do Instituto, definidos a partir de sua cadeia de valor e alinhados ao Mapa Estratégico do órgão. Por meio de várias iniciativas de modernização administrativa, a autarquia está comprometida com a busca constante no sentido de otimizar e simplificar a gestão desses processos internos que potencializam as entregas para a sociedade.

Nesse contexto, o Iphan está comprometido com a simplificação, a racionalização e a melhoria contínua de seus processos. O propósito é melhorar o seu desempenho propiciando resultados concretos para os usuários de seus serviços, de forma específica, e para a sociedade, de modo geral. Nesse cenário, uma das principais ações previstas no Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional – PGT consiste na elaboração formal de uma cadeia de valores do IPHAN, apontando quais atividades representariam as principais atribuições da autarquia. Nesse esforço, buscou-se elencar alguns dos mais importantes macroprocessos do IPHAN, com os principais atores envolvidos:

Tabela 2.5 Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos Finalísticos	Descrição	Produtos e Serviços	Atores/Parceiros	Subunidades Responsáveis
Preservar o Patrimônio Arqueológico	Realizar o planejamento, gestão, preservação e fomento do Patrimônio Arqueológico.	<ul style="list-style-type: none"> •Gerir pesquisa e licenciamento arqueológicos; •Reconhecer sítios arqueológicos; •Fiscalizar bens arqueológicos. 	Empreendimentos e produtores privados; Pesquisadores; Estatais; Estados e Municípios; Cidadão.	Centro Nacional de Arqueologia
Licenciamento Ambiental	Representar e promover a articulação do IPHAN com os demais órgãos e entidades envolvidos no processo de licenciamento ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> •Emitir o Termo de Referência Específico - TRE •Emitir as licenças: <ul style="list-style-type: none"> •Prévia; •Instalação; •Operação. 	Empreendimentos e produtores privados; Pesquisadores; Estatais; Estados e Municípios; Cidadão.	Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental
Articulação e Fomento	Coordenar a difusão do patrimônio cultural.	<ul style="list-style-type: none"> •Fomento a projetos incentivados (PRONAC); •Gestão da documentação e informação; •Difusão da educação patrimonial. 	Moradores e visitantes em áreas protegidas ou de interesse cultural; Investidores e patrocinadores culturais; ONGs; Estados e Municípios; Pesquisadores; Funcionários Públicos; Órgãos Públicos; Detentores de Bens Imateriais reconhecidos.	Departamento de Cooperação e Fomento
Proteger o Patrimônio Cultural Material	Realizar o planejamento, a identificação, a articulação, gestão, preservação, promoção e fomento do Patrimônio Cultural Material.	<ul style="list-style-type: none"> •Identificação do patrimônio cultural material; •Proteção do patrimônio cultural material; •Definição de normas de preservação e pactos de gestão para o patrimônio cultural acautelado •Conservação do patrimônio cultural material. •Autorização de intervenções e de circulação do patrimônio material •Fiscalização do patrimônio cultural material tombado 	Moradores e visitantes em áreas protegidas ou de interesse cultural; Estados e Municípios; Pesquisadores; Instituições públicas e privadas.	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
Salvaguardar o Patrimônio Cultural Imaterial	Realizar o planejamento, gestão, salvaguarda e fomento do Patrimônio Imaterial.	<ul style="list-style-type: none"> •Identificação do patrimônio cultural imaterial; •Reconhecimento do patrimônio cultural imaterial; •Apoio e fomento ao patrimônio cultural imaterial. 	Comunidades e indivíduos detentores de saber e/ou prática registradas; Usuários e visitantes em lugares reconhecidos; Estados e Municípios; Pesquisadores; Órgãos Públicos; ONGs; Praticantes de expressões culturais registradas.	Departamento de Patrimônio Imaterial

Fonte: CTEP/DPA

*Decreto nº 9.238 de 15 de dezembro de 2017.

2.6 - Políticas e Programas de Governo

De acordo com a legislação vigente, no Plano Plurianual de 2020-2023, as atribuições do IPHAN estão previstas e englobadas, do ponto de vista orçamentário, no Programa 5025 – Cultura. Há ainda formalmente a vinculação ao Objetivo 1215: Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural. Ao contrário do que acontecia com o Plano Plurianual anterior (2016-2019), o IPHAN não conta atualmente com nenhum indicador de desempenho ou meta institucional formalmente prevista no plano de governo.

Do ponto de vista da Lei Orçamentária Anual o IPHAN é responsável por executar três ações finalísticas cruciais para a política de preservação do patrimônio cultural: 20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro; 211F – Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais e 5538 – Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas. A execução orçamentária dessas ações está retratada na seção que trata da Gestão Orçamentária e Financeira.

2.7 - Ambiente Externo

Diante do desafio de coordenar a política nacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro o IPHAN trabalha no sentido de aprimorar os serviços prestados para a sociedade. Nesse esforço de modernização institucional e desenvolvimento de suas atribuições legais, o IPHAN interage com vários parceiros simultaneamente: cidadãos, sociedade civil organizada, instituições do terceiro setor, empresas, entidades municipais e estaduais, outros órgãos do poder Executivo federal, instituições e organismos internacionais como a Unesco, entre uma miríade de atores políticos e organizacionais. Diante das dificuldades naturais de se inserir adequadamente em um ambiente externo muito dinâmico, complexo e imprevisível, o IPHAN se esforça para se adequar e reagir de forma proativa frente aos desafios que estão sendo constantemente colocados. Nesse aspecto específico, pelo menos três variáveis externas enfrentadas pelo IPHAN no exercício de 2020 devem ser especialmente consideradas.

Por força o Decreto Nº 10.107, de 6 de novembro de 2019 o IPHAN foi formalmente vinculado ao Ministério do Turismo e à Secretaria Especial de Cultura (SECULT). Anteriormente vinculado ao Ministério da Cidadania, naturalmente essa mudança legal acarretou transformações importantes dentro da autarquia. Dessa forma, durante a execução orçamentária de 2020 houve muito aprendizado, ajustes, adaptações e mudanças legais em função da necessidade de se enquadrar da melhor maneira possível às novas práticas e à própria cultura corporativa do Ministério do Turismo e à Secretaria Especial de Cultura (SECULT). Em alguma medida, essa adequação implicou num esforço adicional do IPHAN para desempenhar suas atividades precípuas de forma eficiente e efetiva.

Em linhas gerais, outro aspecto que impactou fortemente a atuação da autarquia foi a epidemia de COVID-19 a partir de março de 2020. De forma drástica, todas as atividades do IPHAN foram impactadas pelo surto da doença, especialmente considerando que imediatamente todos os servidores foram colocados em trabalho remoto. Naturalmente, foi necessário um aprendizado e reordenamento radical da força de trabalho, que teve que se adaptar à nova maneira de organizar as suas atividades. Esse período de adequação da autarquia e de seu quadro de servidores naturalmente exigiu do IPHAN um esforço adicional de administração de um ambiente externo imprevisível e adverso.

Por último, mas não menos importante, ainda quanto ao ambiente externo, deve-se ressaltar o esforço do IPHAN em trabalhar de forma alinhada com as prioridades estabelecidas ou encampadas pelo Executivo Federal. Nesse contexto, destacamos o Plano Plurianual, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES), além dos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Nesse cenário, o IPHAN tem buscado sinergia com as políticas públicas praticadas por entidades estatais de diversos níveis, entidades parceiras nacionais e organismos internacionais. De maneira gráfica, eis a representação desse ambiente externo dinâmico, complexo e imprevisível que tem influenciado de diversas maneiras o desempenho do IPHAN:

Diante do contexto da pandemia da Covid-19, o IPHAN ficou impossibilitado de receber o público, diminuindo consideravelmente a visitação de seus espaços, ocasionando o fechamento dos mesmos, além da paralisação parcial de obras, das visitas técnicas e das fiscalizações, devido às restrições sanitárias do distanciamento social.

O trabalho antes presencial precisou ser realizado remotamente.

O desafio de manter as atividades frente ao trabalho de preservação e conservação foi contornado com lives e rotinas on-line

Pandemia COVID-19



Anteriormente associado ao MinC, a partir de 2019 o IPHAN passou a ser vinculado à Secretaria Especial de Cultura, que foi inserida na estrutura organizacional de dois Ministérios, primeiramente Ministério da Cidadania e depois Ministério do Turismo.

Enquanto instituição vinculada, o IPHAN, após a mudança do MinC, passou pelo Ministério da Cidadania e no final de 2019 para o Ministério do Turismo e à Secretaria Especial de Cultura (SECULT).

Mudança de Vínculo Ministerial



ENDES. A visão de futuro da Endes 2020-2031 pretende catalisar todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, concebido como caminho da prosperidade. O documento contempla o cenário macroeconômico para os próximos doze anos e está organizado em 5 eixos: Econômico, Institucional, Infraestrutura, Ambiental e Social. Para cada um desses eixos, declaram-se megatendências, diretrizes, desafios e orientações, índices-chave e metas-alvo.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



2.8 - Determinação da Materialidade das Informações

Em seus 84 anos de existência, os temas mais relevantes das áreas de preservação, conservação, identificação e reconhecimento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional têm impactado a sociedade de diversas formas.

A relevância dessas atividades é comprovada pelo alinhamento das atribuições do IPHAN com inúmeras pautas da agenda da ONU. Em 2020, nossas atividades e operações contribuíram para vários dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. Nossos temas mais relevantes vinculam-se principalmente aos seguintes **ODS: 4,8,11,17.**



3. Capítulo 2 - Riscos, oportunidades e perspectivas



3.1 - Gestão de Riscos e Controles Internos

A administração pública brasileira possui várias instâncias, mecanismos e instituições para realizar o controle dos atos de gestão. Nesse contexto, pode-se destacar os papéis relevantes da Advocacia-Geral da União e do órgão de controle interno, que no caso do governo federal é a Controladoria-Geral da União - CGU. Nesse arranjo institucional, cabe destacar ainda as atribuições do controle externo, exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU.

Na tarefa de aprimorar e fiscalizar os atos de gestão, exercendo o que o direito administrativo chama de autocontrole, o IPHAN busca adequar os atos de gestão de seus administradores à legislação vigente, visando sempre a economicidade e efetividade. Nesse sentido, gestores e equipes do IPHAN são constantemente chamados a aperfeiçoarem seus atos enquanto servidores ou dirigentes, observando a legislação vigente e as melhores práticas administrativas. Esse esforço deve ser considerado como uma primeira linha de defesa dos atos praticados pelos gestores do IPHAN.

Num patamar acima, como se fosse uma segunda camada de proteção, o IPHAN tem buscado de várias formas e de modo constante garantir a integridade dos atos de gestão de seus dirigentes. Nesse contexto, destaque-se duas iniciativas importantes: o desempenho das atividades de correição e o estabelecimento do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles - CGGC.

A execução das atividades de correição, no âmbito do Iphan, tem como propósito a apuração de possíveis irregularidades cometidas por servidores do Instituto. Além das normas aplicáveis ao Direito Administrativo Disciplinar, a atuação correcional é orientada por normativos internos:

- (i) Portaria nº 92, de 5 de julho de 2012, que aprova o Regimento Interno deste Instituto;
- (ii) Portaria nº 673, de 16 de outubro de 2009, que delega competência às Unidades descentralizadas do Iphan; e
- (iii) Portaria nº 38, de 18 fevereiro de 2010, que dispõe sobre o cadastramento de processos disciplinares do Iphan no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD.

No exercício de 2020, foram operacionalizados 19 procedimentos correccionais, dos quais 11 foram iniciados em 2020. Foram realizados 08 julgamentos ao longo do ano. No que se refere aos Processos Administrativos Disciplinares, em 01 processo houve a aplicação de penalidade de competência do Ministro de Estado da Economia (suspensão). Tais dados estão registados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), em cumprimento à obrigação prevista no art. 5º, inciso V, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, bem como aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

Tabela 3.1.1 Procedimentos Disciplinares Instaurados – Por Tipo

Procedimentos Disciplinares Instaurados – Por Tipo	
Tipo Processo	Nº de Procedimentos
Sindicância Acusatória	01
Sindicância Investigativa	05
Processo Administrativo Disciplinar - PAD	05
Total de Procedimentos	11
Fonte: ASSE/Correição	

Tabela 3.1.2 Procedimentos Disciplinares Instaurados – Por Assunto

Procedimentos Disciplinares Instaurados – Por Assunto	
Tipo Processo	Nº de Procedimentos
Ausência ou impontualidade ao serviço	01
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	03
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	01
Favorecimento próprio ou de terceiros	03
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	03
Total de Procedimentos	11
Fonte: ASSE/Correição	

Tabela 3.1.3 Procedimentos Disciplinares Julgados

Procedimentos Disciplinares Julgados	
Tipo Processo	Nº de Procedimentos
Sindicâncias	06
PAD	02
Total de Procedimentos	08
Fonte: ASSE/Correição	

No mesmo esforço de preservar a integridade dos atos de gestão dos dirigentes do IPHAN se enquadra o segundo aspecto acima levantado: a criação do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles - CGGC. Dessa forma, para aprimorar sua estrutura de governança pública, o IPHAN tem-se esforçado em várias direções para o desempenho eficiente de suas atribuições legais, com foco na modernização administrativa e inovação institucional. Nesse sentido, por meio da Portaria GAB-IPHAN Nº 11, de 26 de janeiro de 2021, foi aprovada a política de Gestão de Riscos e Governança Pública, instituindo também o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles, representando um esforço da autarquia no sentido de aprimorar seus mecanismos de elaboração e execução da política pública de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Em alguma medida, essa segunda linha de defesa representa uma garantia extra à integridade das políticas públicas sob responsabilidade do IPHAN.

Por fim, mas não menos importante, cabe destacar o papel de dois órgãos seccionais na garantia da integridade dos atos de gestão do IPHAN: a Procuradoria Federal – PROFER e a Auditoria Interna – AUDIN. Na legislação, a AUDIN atuaria como uma terceira linha de defesa da gestão pública, atuando de forma independente e efetiva na busca pela maior integridade dos atos de gestão. Um dos principais trabalhos nesse sentido seria a elaboração do RAIN – Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, que visa assegurar a correta observância da legislação nos atos de gestão dos administradores do IPHAN.

4. Capítulo 3 - Governança, estratégia e desempenho



4.1 - Estratégia

Mapa Estratégico do IPHAN - 2017-2019



Estruturado em quatro grandes áreas que se complementam e sucedem, o novo Planejamento Estratégico prevê ações robustas, focadas e interligadas para o adequado gerenciamento das pessoas e da tecnologia. Definidas e implantadas ações concretas e efetivas quanto à gestão de pessoas e da tecnologia da informação, o resultado irá impactar necessariamente sobre a estruturação dos processos internos, incrementando o desempenho institucional da autarquia. Prosseguindo com a leitura de baixo para cima do Mapa Estratégico, é possível sustentar que a boa gestão sobre pessoas, tecnologia e processos internos irá otimizar os resultados direcionados aos beneficiários das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural.

Naturalmente, todo esse longo, complexo e rico processo deverá resultar em melhores entregas para toda a sociedade, foco principal e único de todo esforço de melhoria de desempenho institucional que o Planejamento Estratégico procura impulsionar ou potencializar. É nesse contexto que deve ser entendido todo esforço gerencial do IPHAN para entregar para o cidadão políticas públicas cada vez mais eficazes, eficientes e efetivas.

4.2 - Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade da UPC de Gerar Valor

Em complemento à política de gestão de riscos e controles internos, estruturado em linhas de defesa que destacamos, o IPHAN desenvolveu canais de comunicação com a sociedade e com seu próprio quadro de servidores que permite aprimorar e intensificar a execução de políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Adiante levantaremos alguns desses mecanismos de escuta, interlocução e comunicação com a sociedade e com seus próprios servidores.

Nesse arranjo institucional que busca engajamento e parceria, destaque-se o papel do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que de acordo com o Decreto 9.238, de 15 de dezembro de 2017, artigo 13, é responsável por examinar, apreciar e decidir questões relacionadas com o tombamento e rerratificação de tombamento, o registro do patrimônio de natureza imaterial e a sua revalidação, como também pela saída temporária de bens acautelados pela União.

A Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que institui o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, estabelece concomitantemente o Conselho Consultivo, instância composta por integrantes da sociedade com a competência exclusiva para se manifestar sobre todos os casos de tombamento. Dessa forma, de maneira absolutamente inovadora e vanguardista para os padrões da administração pública brasileira da época, foi criado um dos mais longevos e estáveis conselhos de políticas públicas do Estado brasileiro.

Dessa forma, a criação do IPHAN e do Conselho Consultivo, composto em sua grande maioria por integrantes da sociedade brasileira sem vínculos com o Estado, representa uma grande inovação para administração pública, trazendo, de forma vanguardista, representantes da população para gerir os assuntos públicos. Assim, ao dialogar intensamente com a sociedade sobre a parte mais importante do ciclo da política pública de tombamento por meio do Conselho Consultivo, o IPHAN já nasce com uma capilaridade e abertura popular que só iriam se intensificar e se difundir pela administração pública brasileira depois da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Com décadas de antecedência e ineditismo, o Conselho Consultivo do IPHAN inaugura o que a literatura especializada a partir da década de 1980 iria conceituar como controle social da administração pública.

De acordo com o Decreto Nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017, que estabelece a estrutura regimental do IPHAN, art. 6º, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural é composto por 23 integrantes. Além do presidente do IPHAN, que o preside, o CCPC é composto 9 integrantes de órgãos públicos e entidades representativas, além de 13 profissionais de notório saber e experiência nas áreas relacionadas ao patrimônio cultural. Atualmente, o regimento interno do Conselho Consultivo está estabelecido pela Portaria Nº 486, de 29 de novembro de 2012. A atual composição do CCPC foi estabelecida pela Portaria MTUR Nº 2, de 8 de janeiro de 2021.

Canais de acesso ao Cidadão

Os canais de acesso devem nortear e permear toda a administração pública, sendo uma das normativas imprescindíveis das sociedades democráticas avançadas. Dessa forma, com o objetivo de oferecer aos cidadãos a oportunidade de buscar dados e informações relacionadas com o desempenho de suas atribuições legais em uma plataforma virtual, o Iphan conta com 2 (dois) canais de acesso de suma importância: o Fale Conosco e o novo Fala.BR.

Ao ter livre acesso aos canais que norteiam a gestão, a sociedade tende a se envolver e participar, sentindo-se mais motivada para atuar de maneira mais proativa na execução das políticas públicas. Dessa forma, os canais de acesso contribuem para a participação do cidadão e da sociedade em três perspectivas complementares: acompanhamento, fiscalização e controle das ações dos gestores públicos.

Fale conosco:

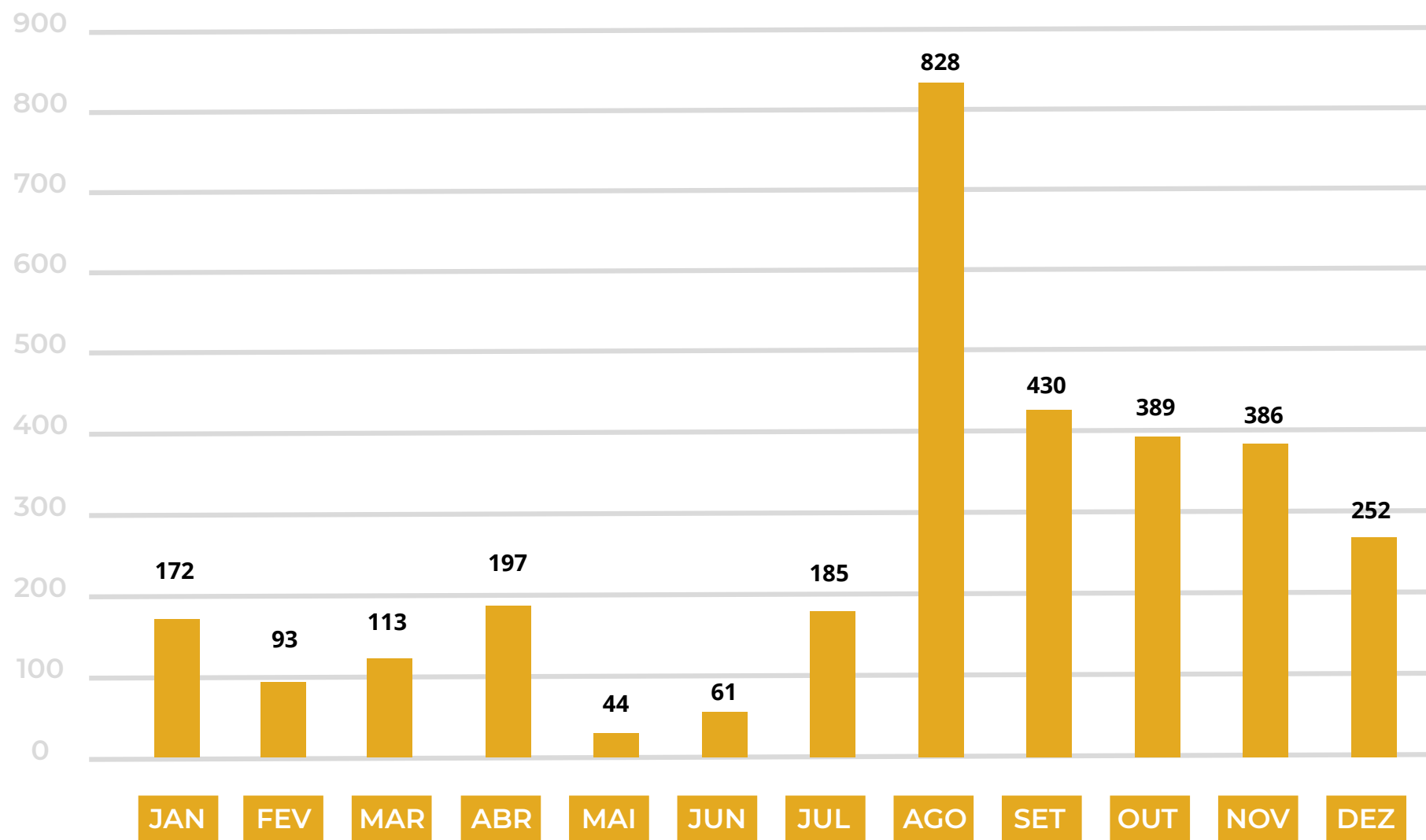
Fale Conosco (faleconosco@iphan.gov.br) – Este serviço está disponível na organização desde 2013 e recebe solicitações relacionadas às diversas atividades do Iphan, como informações sobre registros, tombamentos, fiscalizações, denúncias, reclamações, sugestões, fomento, pesquisa, entre outras.

São duas as modalidades de serviços prestados pelo Fale Conosco:

- Atendimento às solicitações de informações gerais – respostas por e-mail e;
- Atendimento às demandas sobre temas técnicos específicos - encaminhadas diretamente para as Unidades finalísticas do Iphan, que se encarrega pelas respostas.

As unidades administrativas do Iphan em todo o território nacional também atendem às demandas do cidadão e da sociedade de formaregular, por meio de documentos protocolados ou mesmo presencialmente, de segunda a sexta-feira das 9h às 12h e das 14h às 18h.

Ao longo do exercício de 2020 foram expressivos **3.150 atendimentos**. Observamos no gráfico a seguir que o Fale Conosco do Iphan possui a agilidade como principal característica, chegando a realizar o significativo atendimento de 828 mensagens no mês de agosto de 2020, em conformidade com os pressupostos estabelecidos em nossa Carta de Serviços ao Cidadão, que prima pela agilidade de resposta na comunicação entre os órgãos públicos, o cidadão e a sociedade:

Gráfico 4.2.1 Atendimentos do Fale Conosco - 2020

Fonte: PRESI

Fala.BR:

O acesso às informações produzidas e armazenadas pelo Estado é um direito fundamental do cidadão, garantido pela Constituição Federal de 1988. No Iphan, esse direito é regulamentado pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, aplicando a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações, conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI.

Apresentamos abaixo os dados estatísticos dos pedidos de informações encaminhados ao Iphan por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Fala.BR, no período de 01/01/2020 a 31/12/2020:

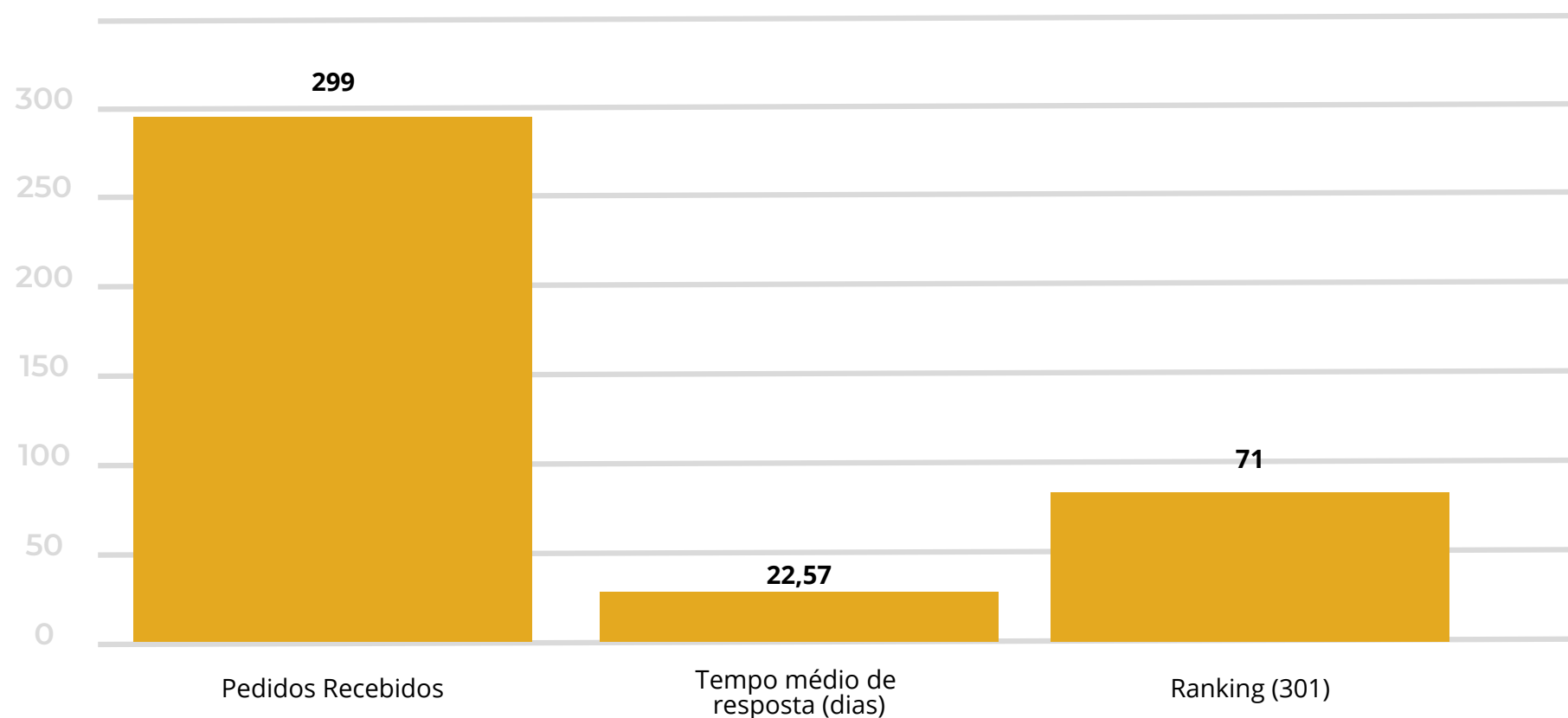
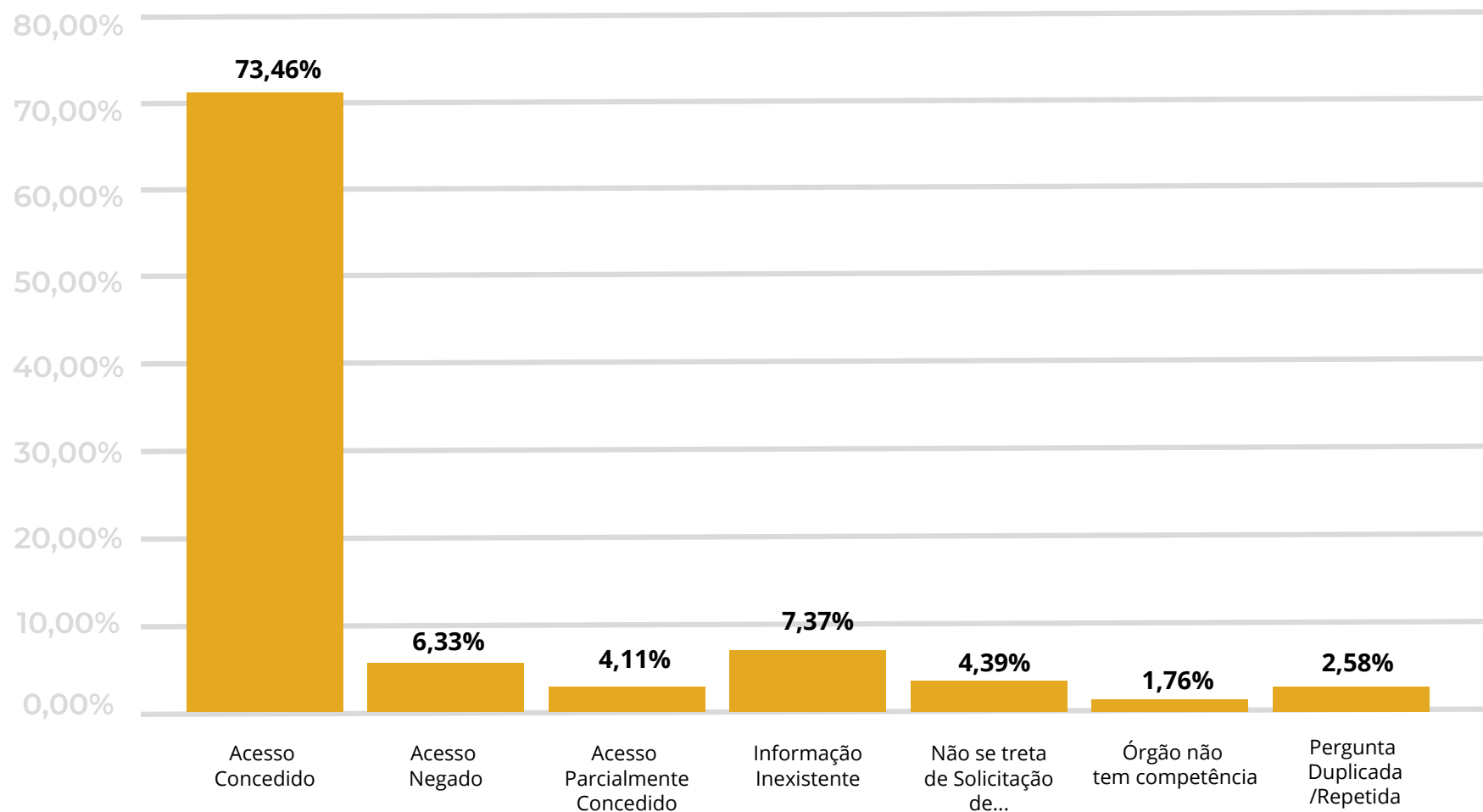
Gráfico 4.2.2 Visão Geral dos dados estatísticos dos pedidos de informações encaminhados ao Iphan - Fala.BR

Gráfico 4.2.3 Decisão da Manifestação - Fala.BR

Assim, como demonstrado acima, de acordo com as melhores práticas de governança pública, o IPHAN executa as políticas públicas de preservação do patrimônio público brasileiro de forma transparente e democrática, potencializando a capilaridade necessária com seus servidores e com a sociedade.

Carta de Serviços ao Cidadão

A carta de Serviços ao Cidadão do IPHAN foi publicada em 23 de julho de 2014 e enumera uma grande quantidade de informações e serviços prestados para a sociedade. Passando por um processo de atualização, está primordialmente voltada para facilitar o acesso e garantir o direito do cidadão de receber serviços em conformidade com os padrões definidos, tendo como diretrizes a transparência, a interação com a sociedade, a qualidade dos processos e o atendimento ético e tempestivo ao cidadão.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética Pública – CEP do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan foi instituída por meio da Portaria nº 590, de 18 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 19 de dezembro de 2014, e tem entre suas atribuições a função de atuar como instância consultiva da Presidente do Instituto, dos demais dirigentes, servidores públicos e população em geral sobre o regramento ético no âmbito do Iphan, assim como a de realizar procedimentos de investigação de conduta ética, aplicando, quando for o caso, sanções e recomendações com vistas ao cumprimento das normas do Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal e do Código de Conduta da Alta Administração Federal, conforme Regimento Interno que consta com Anexo a citada Portaria nº 590/2014 publicada.

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (COGESTI)

Responsável por deliberar sobre planejamento, orçamento, investimentos, priorização e gerenciamento de riscos de toda a Política de Tecnologia da Informação do IPHAN.

Política de Integridade

O Plano de Integridade do IPHAN foi homologado pela Portaria Nº 447, de 27 de novembro de 2020, fortalecendo o compromisso da autarquia com gestão ética, profissional e transparente. Conforme o art. 3º, inciso II, do Decreto nº 9.203/2017, a integridade é um princípio da governança pública. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, alinhado à política de governança pública e às disposições contidas na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, instituiu, a partir da Portaria nº 447, de 29 de novembro de 2018, a Unidade de Gestão da Integridade – UGI, que possui por competências coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade; orientar e treinar servidores com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade; e promover a implementação dos planos de integridade no âmbito do Iphan.

Nos termos do art. 2º da Portaria nº 447/2018, compete à Unidade de Gestão da Integridade:

- I - Coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade;*
- II - Orientar e treinar servidores com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade; e*
- III - Promover a implementação dos planos de integridade no âmbito do Iphan.*

4.3 - Resultados e Desempenho da Gestão

Por meio de suas áreas finalísticas o IPHAN, conforme demonstrado anteriormente na discussão sobre a cadeia de valor do órgão, desempenha um conjunto vasto, complexo e dinâmico de atribuições. De forma integrada e simultânea seus diversos Departamentos, Coordenações, Unidades Especiais, Superintendências, Escritórios Técnicos, etc, atuam no sentido potencializar e fomentar ações de preservação. Com essa finalidade, a autarquia formula, implementa e monitora a execução da política pública nacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Adiante, as principais ações finalísticas executadas pelo IPHAN no exercício de 2020 serão elencadas e discutidas.

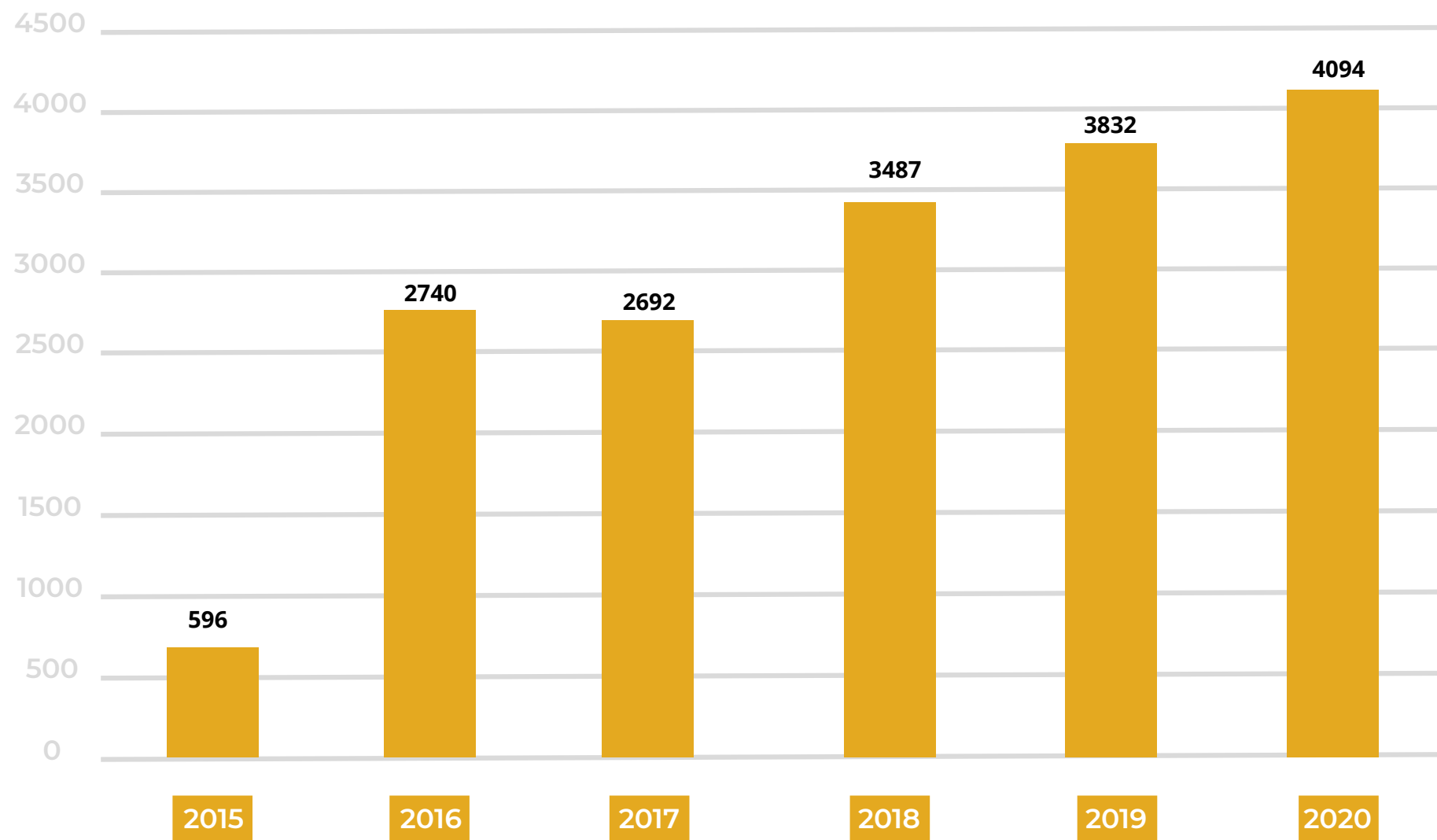
1) Ações relativas ao licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental foi instituído pela Lei Federal Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e, posteriormente, a Resolução Conama Nº 01, 23 de janeiro de 1986, além de outras normativas que regulamentam seus procedimentos e critérios. Trata-se de uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, compartilhada entre instituições federais, estaduais e municipais.

Por meio do licenciamento, é exercido o controle necessário sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais e devem ser conciliadas com o uso dos recursos naturais. O objetivo é assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas em suas variabilidades físicas, socioculturais e econômicas. Além disto, os impactos ao meio ambiente também envolvem os aspectos culturais e, desde a década de 1960, o Iphan está presente nos estudos de impacto dos grandes empreendimentos.

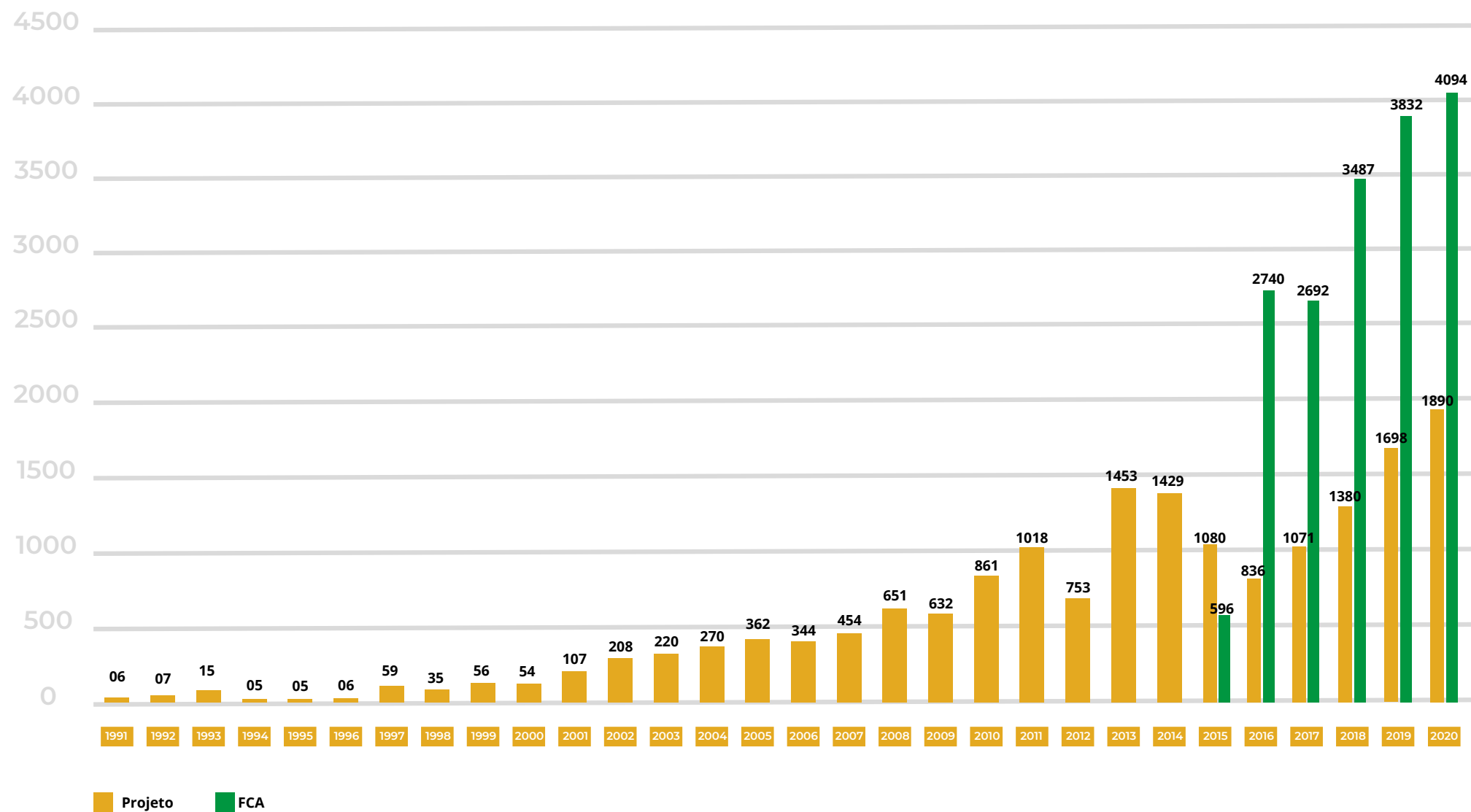
A Instrução Normativa Nº 01, de 25 de março de 2015 estabelece ações e procedimentos visando à avaliação das propostas com a adequação das medidas preventivas de preservação, controle e mitigação decorrentes de impactos dos empreendimentos. Tais medidas são imprescindíveis para que um projeto não impacte ou destrua os bens culturais considerados patrimônio cultural dos brasileiros. A aplicação da IN é fundamental para orientar a realização dos Estudos de Impactos ao Patrimônio (EIP) e assegurar a segurança jurídica dos empreendimentos.

Essa referência legal considera como bens culturais acautelados, em âmbito federal, o patrimônio tombado, o patrimônio arqueológico, o patrimônio registrado e os bens valorados. Após cinco anos desde a publicação da Instrução Normativa, os indicadores nacionais sobre a atuação do Iphan no âmbito do Licenciamento Ambiental, computados pela Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental (CNL), demonstram o crescimento dos procedimentos legais aplicados ao licenciamento. Houve um crescimento da participação do Iphan e, sobretudo, um aprimoramento das ações do Instituto nos processos de avaliação com o estabelecimento de critérios ainda mais claros, fundamentados, sobretudo, em três aspectos: área ou localização, tipologia e porte. O resultado desse aprimoramento tem significado a compatibilização da preservação do patrimônio cultural com o desenvolvimento do país. No ano de 2020, o Iphan alcançou os maiores indicadores em sua história, com número recorde de empreendimentos e estudos preventivos avaliados. Ao todo, foram 4.094 Fichas de Caracterização de Atividades (FCA) emitidas e 1890 projetos analisados, de acordo com as tabelas abaixo.

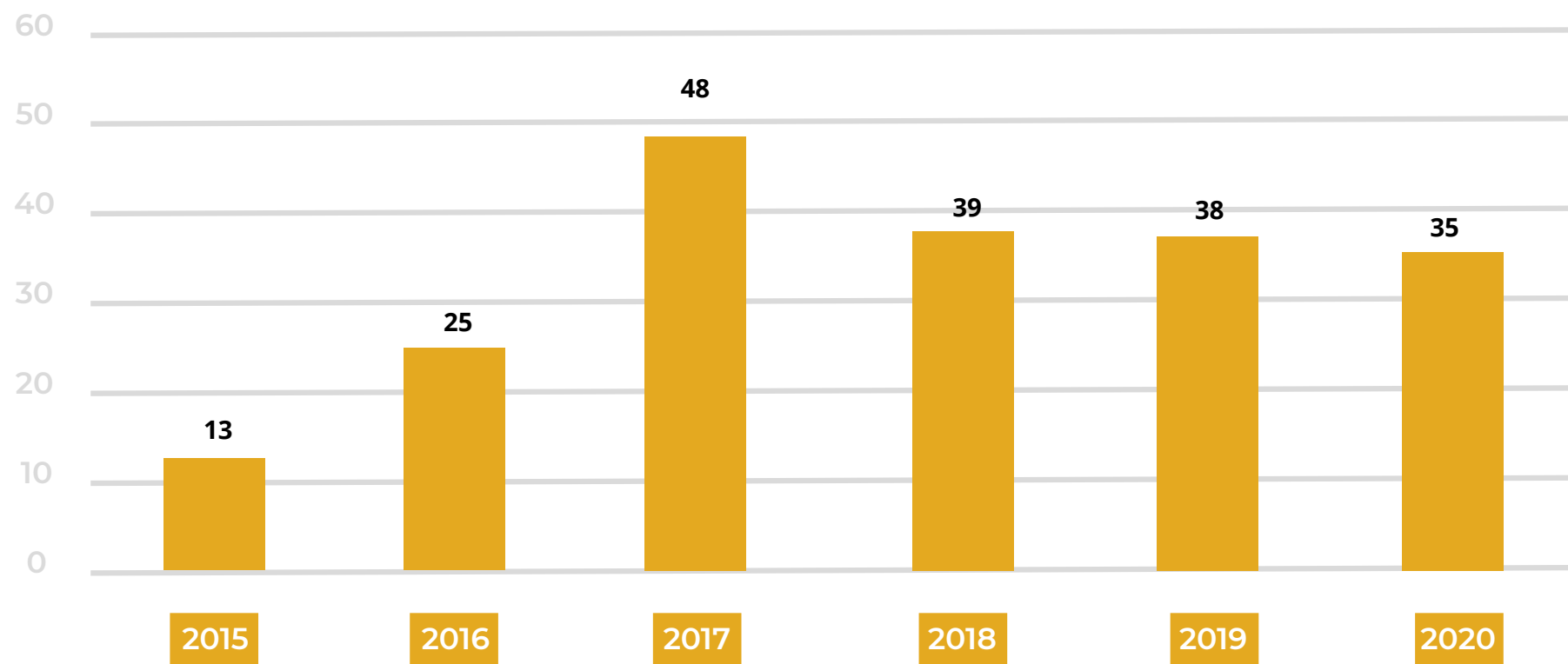
Gráfico 4.3.1 Total de empreendimentos (FCA's) analisados

Fonte: CNL-IPHAN

Gráfico 4.3.2 FCA X Projeto



Fonte: CNL-IPHAN

Gráfico 4.3.3 Total FCA - IBAMA

2) Ações de cooperação no nível nacional e internacional

2.1 Acordos, seminários e cooperação no âmbito internacional

A Coordenação-Geral de Cooperação Internacional integra o Departamento de Cooperação e Fomento – DECOF. A área é responsável por promover a cooperação institucional em âmbito internacional, dando suporte às demais áreas do Instituto na aplicação das orientações e no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Governo brasileiro no campo do patrimônio cultural, além de atuar nos processos de reconhecimento internacional no âmbito das relações multilaterais das quais o Brasil participa, com a apresentação de candidaturas para o registro de bens nacionais como patrimônio mundial e seu posterior monitoramento.

Sua atuação abrange a articulação e parcerias institucionais com outros países, instituições e organismos internacionais; desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica bilaterais e multilaterais; representação em fóruns internacionais na área do patrimônio, apoio às unidades do Iphan em assuntos da área internacional, promoção internacional, bem como de assuntos relativos ao combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais em sua interface com os órgãos diplomáticos e em parceria com as demais áreas competentes.

A Coordenação oferece, igualmente, suporte ao Centro Lúcio Costa – Escola do Patrimônio do IPHAN, no âmbito de sua atuação como Centro de Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO, cuja área de abrangência inclui os países de língua portuguesa e espanhola da América do Sul, África e Ásia.

No desempenho de suas atribuições legais a Coordenação-Geral de Cooperação Internacional, no exercício de 2020, participou virtualmente de diversas reuniões como representante do Brasil nas Comissões de Patrimônio Cultural, em seminários internacionais e assinou a revisão para extensão de prazo de dois projetos de cooperação internacional em desenvolvimento no Iphan. Entre reuniões e seminários, foram inúmeras atividades realizadas no exercício de 2020:

Reuniões do Comitê de Patrimônio Cultural do Mercosul - Pro-tempore do Paraguai

- 17 de abril - Reunião preparatória da Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL (CPC)
- 27 de abril - Reunião do Comitê Técnico de Patrimônio e Turismo do MERCOSUL (COMPAT)
- 30 de abril - Reunião Comitê Técnico de Prevenção de Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais do MERCOSUL (CTTBC)
- 4 de maio (manhã) - Grupo de Trabalho “Teatros do Mercosul”
- 4 de maio (tarde) - Grupo de Trabalho “Remanescentes das Fortificações da Bacia do Prata”
- 19 de maio - Reunião ordinária da Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL (CPC)

Reuniões do Comitê de Patrimônio Cultural do Mercosul - Pro-tempore do Uruguai

- 03 de agosto - Reunião Preparatória da Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL (CPC)
- 21 de agosto – Reunião do Grupo de Trabalho do Regulamento para Reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL
- 26 de agosto - Reunião do Comitê Técnico de Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais (CTTBC)
- 03 de setembro - Reunião do Grupo de Trabalho “Remanescentes das Fortificações da Bacia do Prata”
- 23 de setembro - Reunião do Grupo de Trabalho “Teatros do Mercosul”
- 30 de setembro – Reunião do Grupo de Trabalho do Dossiê das Missões
- 08 de outubro - Reunião do Comitê Técnico de Patrimônio e Turismo do MERCOSUL (COMPAT)
- 16 de outubro - Reunião ordinária da Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL (CPC)

8ª Sessão da Assembleia Geral da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural (2003)

21 a 28 de agosto – 8ª Sessão ordinária da Assembleia Geral da Convenção de 2003.

8ª sessão ordinária do Comitê Subsidiário da Conferência de Estados Partes à Convenção de 1970

27 e 28 de outubro de 2020 – 8ª sessão ordinária do Comitê Subsidiário da Conferência de Estados Partes à Convenção de 1970 relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência da Propriedade Ilícita de Bens Culturais.

Reunião informativa sobre a 15ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Convenção UNESCO 2003)

23 de novembro - Organizada pela mesa diretiva do Comitê.

15ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial Reunião do Patrimonio Imaterial

14 a 19 de dezembro de 2020 - Evento organizado pelo Comitê da Convenção de 2003.

FORO CUSCO: “El futuro de la Cooperación en la lucha contra el tráfico Ilícito de bienes culturales”

08 de outubro - Organizado pelo Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Cultura do Peru, em parceria com a UNESCO no marco das celebrações de 50 anos da Convenção de 1970, relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência da Propriedade Ilícita de Bens Culturais.

16 a 18 de novembro - Conferência Internacional "Cultural Heritage and Multilateralism"

Evento organizado pelo Governo alemão, em parceria com a UNESCO, a Comissão Europeia e o Conselho da Europa, no contexto das celebrações do 50º aniversário da Convenção de 1970 sobre os Meios para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência da Propriedade Ilícita de Bens Culturais.

Acordos Internacionais

Revisão do Projeto de Cooperação Internacional PROJETO 914BRZ4005 - “Formação para a Gestão do Patrimônio Cultural no âmbito da Cooperação Sul-Sul”, cujo objetivo é a ampliação da capacidade de gestão das instituições envolvidas na preservação dos bens da Região de atuação do Centro Lucio Costa – CLC, por intermédio da formação prioritária de gestores do patrimônio.

Revisão do Projeto de Cooperação Internacional PROJETO 914BRZ4016 - “Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis”

Promoção Internacional

Campanha online #ShareCulture

Participação na campanha online #ShareCulture do Centro do Patrimônio Mundial com vídeos produzidos pelos seguintes sítios Patrimônio Mundiais: Centro Histórico da Cidade de Goiás (GO), Paraty & Ilha Grande (RJ), Centro Histórico de Salvador (BA), Conjunto Moderno da Pampulha (MG), Missões Jesuíticas Guarani (RS), Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas (RJ) e Sítio Arqueológico Cais do Valongo (RJ). O vídeo do Centro Histórico da cidade de Goiás (GO) também ilustrou a publicação digital da Unesco Urban Notebooks newsletter, edição de Setembro de 2020.

A Cogecon é responsável por ações educativas e pelas premiações concedidas às iniciativas de preservação do patrimônio cultural, a exemplo do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Tais frentes de trabalho buscam subsidiar a construção e a consolidação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC).

2.2 Acordos, seminários e cooperação no âmbito nacional

A fim de estabelecer uma relação transparente, direta e efetiva com a sociedade, o presente relatório visa apresentar, de maneira clara, direta e detalhada, o conjunto de atividades realizadas no ano de 2020 pela Coordenação de Cooperação Nacional, particularmente no que diz respeito às 1) Ações de promoção, educação e informação para o patrimônio cultural e 2) Organização de concursos e seleções. Para tanto, segue abaixo, em formato conciso e objetivo, as informações consideradas mais relevantes sobre as principais contribuições da referida Coordenação para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Revisão do Guia Brasileiro de Sinalização Turística

- Realizada análise no material entregue pela empresa contratada para a realização deste trabalho;
- Apresentada da versão preliminar em reunião junto aos conselheiros do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
- Realizadas as adequações indicadas pelo parecer do CONTRAN;
- Realizadas reuniões de trabalho com a equipe da Divisão de Editoração, para que se chegasse à versão final da publicação;
- Realizadas rodadas de diálogo com DENATRAN para finalizar as modificações a serem procedidas na versão que foi encaminhada ao Conselho Nacional de Trânsito;
- Realizado todo o processo de edição da publicação, cujo lançamento deve ser feito no início de 2021;
- O Guia Brasileiro Revisado apresentará inovações quanto a novos materiais, novas tecnologias, a incorporação dos emblemas do Patrimônio Mundial, Patrimônio Brasileiro e Patrimônio do Mercosul.

Educação Patrimonial nos territórios das fortificações

No âmbito da candidatura a Patrimônio Mundial do Conjunto de Fortificações do Brasil, importantes ações foram empreendidas entre janeiro e dezembro de 2020 por meio do trabalho de Educação Patrimonial junto aos atores comprometidos com o processo de candidatura de cada uma das dezenove fortificações candidatas.

Ao longo de 2020, foram planejadas e executadas oficinas de formação com os professores com o objetivo de realização dos inventários participativos em escolas situadas nos territórios onde as fortificações se inserem, a exemplo do trabalho realizado em Pernambuco e consolidado na publicação Novas (velhas) batalhas: educação patrimonial no contexto das fortificações em Pernambuco (Iphan, 2019).

Em razão do novo contexto relativo à pandemia da Covid-19, tais oficinas ocorreram de forma virtual e, no caso dos estados de Santa Catarina e São Paulo, as publicações trarão os resultados dos processos formativos e dos planos de trabalho elaborados pelos professores participantes.

Assim, em São Paulo, gestores locais, diferentes representantes da comunidade escolar e profissionais do campo do Patrimônio Cultural participaram de oficinas, rodas de conversa e encontros voltados para a produção de conteúdo em publicação a ser lançada em 2021. Mais informações podem ser acessadas no portal do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5573>

Adotando dinâmica semelhante, no estado de Santa Catarina, as atividades encabeçadas pelo Núcleo de Educação Patrimonial reuniram gestores locais, docentes, discentes e comunidade relacionada de escolas públicas dos municípios de Governador Celso Ramos e Florianópolis. No município de Governador Celso Ramos, a formação dos professores ocorreu presencialmente em 2019. Em Florianópolis, a oficina de formação contemplou 41 professores da rede pública municipal. Teve início em agosto de 2020 e finalizada em dezembro de 2020, com carga horária total de 80 horas. Os resultados das oficinas e dos planos de trabalho para aplicação dos inventários participativos realizados pelos professores constarão em publicação com previsão a ser lançada em 2021. Mais informações a respeito podem ser acessadas no portal do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5762>

Planos de conservação (parceria com DEPAM e Superintendências)

Em parceria com a Coordenação-Geral de Conservação do Departamento de Patrimônio Material o Núcleo de Educação Patrimonial planejou oficinas presenciais para a elaboração da Declaração de significância (importante documento dos Planos de Conservação) junto às comunidades onde se encontram as fortificações brasileiras candidatas à Patrimônio Mundial. O contexto da pandemia da Covid – 19, levou ao replanejamento dessas ações educativas no sentido de executá-las de maneira virtual. Assim, as oficinas participativas ocorreram nos estados de São Paulo, Amapá, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Bahia. Em 2021, além da sistematização e publicação dos Planos de Conservação referentes aos estados mencionados, a expectativa é a continuidade das atividades de oficinas em outros estados. Mais informações a respeito podem ser acessadas no portal do IPHAN: Oficina em SC: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5736>; Oficina em MS: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5772>

Parcerias efetuadas com Núcleo de Educação Patrimonial

Em parceria com o IPHAN-DF, a realização de articulações e oficinas voltadas para a aplicação dos inventários participativos junto aos professores e professoras de Ceilândia resultou na publicação Ceilândia, minha quebrada é maior do que o mundo, da Série “Patrimônio para Jovens”, com lançamento realizado em novembro de 2020. Mais informações a respeito podem ser acessadas no portal do IPHAN: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ceilandia_minha_quebrada_mundo.pdf

Em colaboração com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), ao longo de 2020, o Núcleo de Educação Patrimonial elaborou material didático para a composição de módulo sobre os inventários participativos para o curso EAD, previsto para 2021. Mais informações podem ser acessadas no portal do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5564>

No âmbito das parcerias estabelecidas ao longo de 2020 entre o Núcleo de Educação Patrimonial e diferentes entidades, é importante mencionar a realização do “II Fórum de Patrimônio Jovem Espanha-Brasil”, parceria entre IPHAN e Consejería de Educación de la embajada de España en Brasil, Rede PEA UNESCO e Colégio Miguel de Cervantes. O Fórum reuniu mais de 200 participantes de 30 escolas de todo o Brasil e alunos do Centro Cultural y Educativo Español Reyes Católicos de Bogotá, Colômbia. Em 2020, o Fórum, realizado de forma remota, teve como tema “Cidades Patrimônio da Humanidade do Brasil e da Espanha”. Expectativa de realização do Fórum também em 2021. Mais informações podem ser acessadas no portal do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5831/2o-forum-espanha-brasil-do-patrimonio-juvenil-realiza-maratona-de-edicao-de-verbetes-na-wikipedia>

Organização de concursos e seleções

33ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade - 2020

Nesta edição, foram premiadas 12 ações (no valor de R\$20 mil cada) dentre as mais de 500 ações inscritas em todo o Brasil. (<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5721/com-recorde-de-inscritos-premio-rodrigo-2020-chega-a-segunda-etapa>).

Ao todo, foram inscritas 516 ações nas mais diversas áreas do patrimônio cultural material e imaterial com 405 efetivamente habilitadas. Ao final do certame, foram 12 ações ganhadoras e 5 menções honrosas.

Apenas o estado de RR não teve ações inscritas na premiação. Os seguintes estados foram contemplados na premiação: MG, PE, MS, RS, MT, CE, AP, RN. Os seguintes estados foram contemplados nas menções honrosas: CE, ES, BA, TO, RS.

Publicações sobre o patrimônio cultural

A Divisão de Editoração e Publicações é, atualmente, a área de coordenação editorial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), lotada no Departamento de Cooperação e Fomento.

No ano de 2020 o IPHAN editou ou publicou em série grande de publicações relativas ao patrimônio:

1. Arte Iny Karajá (Superintendência do Iphan em Goiás)
2. Plano de Salvaguarda da Capoeira no Acre (Superintendência do Iphan no Acre)
3. Athos colorindo Brasília (Superintendência do Iphan no Distrito Federal)
4. Mamulengos do Distrito Federal (Superintendência do Iphan no Distrito Federal)
5. A invenção da Superquadra (Superintendência do Iphan no Distrito Federal)
6. Capoeira: o patrimônio gingado do Amazonas e sua salvaguarda (Superintendência do Iphan no Amazonas)
7. Plano de Salvaguarda da Capoeira no Pará (Superintendência do Iphan no Pará)

8. Plano de Salvaguarda do Carimbó no Pará (Superintendência do Iphan no Pará)
9. Teatro de Bonecos Popular do Nordeste - Mamulengo, Babau, Cassimiro Coco e João Redondo - no Distrito Federal (Superintendência do Iphan no Distrito Federal)
10. As aventuras do boizinho Odorico (Superintendência do Iphan no Maranhão)
11. Capoeirices de Zantoin (Superintendência do Iphan no Ceará)
12. Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo (Superintendência do Iphan no Distrito Federal)
13. Diversidade Linguística: Estratégias de preservação, salvaguarda e fortalecimento (Departamento de Patrimônio Imaterial -Iphan-Sede)
14. Cadernos da Salvaguarda de Bens Registrados (Departamento de Patrimônio Imaterial - Iphan-Sede)
15. Casa Lacerda: concurso de arquitetura contemporânea (Superintendência do Iphan no Paraná)

Além dessas atividades, a Divisão tem-se dedicado a elaborar um plano de distribuição estratégico, abrangente e ramificado, em interlocução constante com instituições como bibliotecas públicas e comunitárias, escolas, universidades, centros de pesquisa, entes e órgãos da Administração Pública direta e indireta, centros culturais, e conselhos profissionais de áreas afins ao campo do patrimônio cultural.

3) Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial

O Paço Imperial é um espaço cultural histórico e tombado com sede no Rio de Janeiro. Localizado no centro da cidade, é utilizado para feiras, exposições, instalações e seminários. A programação do Centro Cultural ao longo do exercício de 2020 contemplou o programa de exposições de artes visuais, ações educativas, publicações, programação cultural, divulgação e manutenção do equipamento cultural.

No período de 28 de novembro de 2019 a 16 de fevereiro de 2020 foram organizadas as seguintes exposições: Loio-Pérsio | A poética da imagem; João José Costa | Geometria passageira; Tina Velho | Binários; Tinho | Os sete mares; Exposição 70 anos da Uerj | ESQUELE70 e Patrimônio imaterial Brasil-Portugal.

No período de 28 de abril até 13 de maio de 2020 realizamos, através de plataforma online, o curso: A arte brasileira através de seus críticos.

4) Ações de proteção ao patrimônio material

4.1 Identificação

4.1.1 - Inventário realizado: 01 - Mapeamento das Casas de Religião de Matriz Africana no Rio Grande do Sul – Módulo 2: Pelotas, Rio Grande e Jaguarão.

4.1.2 - Construção de ações estratégicas relacionadas à gestão de conhecimento de bens móveis no PGBCM

4.1.3 - Coordenação do Grupo de Trabalho do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG por meio da Portaria nº 01/2020 publicada no BAE no dia 16 de novembro de 2020, que teve vigência de um mês.

4.1.4 - Elaboração de relatório técnico do GT SICG sobre aprimoramento do SICG no Iphan.

4.2 Reconhecimento

4.2.1 - Tombamento

4.2.2 - Elaboração de ações estratégicas para aprimoramento do procedimento de reconhecimento para o I Plano de Gestão de bens culturais materiais – (I - PGBCM 2020-2022).

4.2.3 - No ano de 2020 a ação do PGBCM executada foi o Diagnóstico de processos de tombamentos abertos nas Superintendências e DEPAM para subsidiar a melhoria do procedimento de tombamento por meio de revisão de portaria a ser publicada em 2021 e construção de lista indicativa para tombamento pelo Iphan.

4.2.4 - Ação estratégica para redução do tempo de Aberturas de processos de tombamento:

4.2.4.1 - Abertura de 40 processos de tombamento.

4.2.4.2 - 03 Bens sob tombamento provisórios - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico "Tecelagem Parahyba", em São José do Campos/SP (Processo 1368-T-96 SEI 01458.000664/2011-24); Antiga Rodoviária de Londrina (1628-T-11 SEI 01458.000045/2011-30), Terreiro Aganjú Didê da Nação Nagô-Tedô, em Cachoeira/BA (1793-T-16 SEI 01502.002434/2012-06).

4.2.5 - 01 Bem inscrito no livro do tombo - Edifício Central da Universidade Federal do Paraná (1325-T-93 SEI 01450.010887/2008-74).

4.2.6 - Conclusão de 42 processos de tombamento (38 indeferimentos e 4 tombamentos conforme acima listado).

4.3 Valoração (bens ferroviários)

4.3.1 - Construção de ações estratégicas relacionadas à gestão de conhecimento de bens ferroviários valorados no I – PGBCM 2020-2022.

4.3.2 - No ano de 2020 a ação do PGBCM executada foi o Levantamento dos Termos de Cessão dos inscritos na lista do Patrimônio Ferroviário para subsidiar a elaboração de novo Modelo de termos de Cessão previsto para 2021.

4.3.3 - Bens analisados pela Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural Ferroviário - CAPCF: 07 (aguardando homologação da presidência que resultaria na valoração de dois deles).

4.4 Ações de normatização e gestão do território

Gestão do Conhecimento

4.4.1 - Alimentação do Sistema Informatizado de Conhecimento e Gestão – SICG com as poligonais de tombamento e entorno de bens culturais protegidos de 2 portarias vigentes.

Protocolos para gestão de bens culturais materiais acautelados

4.4.2 - Elaboração de Notas Técnicas, em conjunto com Centro Nacional de Arqueologia CNA e Coordenação Geral de Identificação e Reconhecimento CGID, com as contribuições do Departamento de Patrimônio Material DEPAM para o Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio – SAIP relativo ao processo de licenciamento ambiental no âmbito do Iphan.

4.4.3 - Suporte técnico a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI na manipulação da base de dados geográficos no SICG e Geoserver relativas às Zonas de Requisição de Parecer ZRP estabelecidas para o SAIP.

4.5 Normatização

4.5.1 - Elaboração de proposta para o Manual de Orientação para a estruturação de processos de normatização.

4.5.2 - Acompanhamento e orientação técnica junto às equipes das Superintendências do Iphan para a elaboração e revisão das normas de preservação para os conjuntos urbanos e áreas de entorno de bens isolados listados a seguir:

Tabela 4.3.1 Conjuntos Urbanos e Áreas de Entorno

Unidade	Conjuntos Urbanos e Áreas de Entorno
2. AL	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Marechal Deodoro
3. AP	Conjunto Urbano da Vila de Serra do Navio
4. AM	Centro Histórico de Manaus
5. BA	Centro Histórico de Salvador e Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade Baixa
5. BA	Conjunto Urbano do Município de Porto Seguro – subárea de Trancoso
6. CE	Conjunto Urbano da Vila de Serra do Navio
6. CE	Conjunto arquitetônico e urbanístico de Sobral
8. ES	Igreja Nossa Senhora da Assunção no Município de Anchieta
11. MT	Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres
13. MG	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina
13. MG	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro
14. PA	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos bairros da Campina e Cidade Velha em Belém
15. PB	Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia
17. PE	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo bairro do Recife e o entorno de 16 bens tombados nos bairros de Santo Antônio e São José no Recife.
17. PE	Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade - Arraial Velho do Bom Jesus
19. RJ	Parque Nacional da Tijuca e Florestas de Proteção acima das cotas 80 e 100m (poligonal de tombamento)

Unidade	Conjuntos Urbanos e Áreas de Entorno
19. RJ	Morros do Pão de Açúcar, Cara de Cão, Urca, Babilônia, Penhasco da Pedra da Gávea e Penhasco dos Dois Irmãos (poligonal de tombamento)
19. RJ	Morros do Pão de Açúcar, Cara de Cão, Urca e Babilônia, Casa Wenceslau Braz, Benjamim Constant, Antigo Hospital dos Alienados e Fortaleza de São João (entorno dos bens)
19. RJ	Penhasco da Pedra da Gávea e Penhasco dos Dois Irmãos (entorno dos bens)
19. RJ	Sítio Roberto Burle Marx no Rio de Janeiro
19. RJ	Conjunto Urbano e Paisagístico de Petrópolis; Avenida Koeler: conjunto urbano-paisagístico
20. RN	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal
24. SC	Antiga Alfândega, Casa Natal de Victor Meirelles, Forte Santa Bárbara, Forte Santana e Ponte Hercílio Luz em Florianópolis
24. SC	Estação Ferroviária em Joinville
24. SC	Fortaleza de São José da Ponta Grossa
24. SC	Sítio arqueológico e paisagístico da Ilha do Campeche
25. SP	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa em Embu das Artes
Fonte: CGN/DEPAM	

4.6 Ações de autorização e fiscalização

4.6.1 - Desenvolvimento do módulo Julgamento do Sistema de Autorização e Fiscalização de Intervenções em Bens Culturais - Fiscalis, contemplando: a realização de 5 videoconferências com as superintendências do IPHAN para apresentação de proposta inicial e coleta de subsídios; levantamento de requisitos para elaboração de 9 histórias de especificação das funcionalidades a serem desenvolvidas, divididas em 5 sprints com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação/CGTI e a fábrica de software contratada pelo IPHAN; Acompanhamento do desenvolvimento e realização de testes para validação das entregas.

4.6.2 - Elaboração de minuta conjunta com o Centro Nacional de Arqueologia/CNA e Coordenação Nacional de Licenciamento/CNL para a estipulação das metas de fiscalização para 2021, resultando na Portaria IPHAN nº 424, de 12 de novembro de 2020, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN nº 1.543- Edição Extra de 12 de novembro de 2020, pela Presidência do Instituto.

4.6.3 - Contratação de consultoria mediante Projeto 914BRZ4018 PRODOC/UNESCO (SA-1493/2020) - Contrato de Honorários (CLT00424/2020) - para a elaboração de Design Instrucional do Programa de Capacitação (presencial e à distância) da Fiscalização do IPHAN.

4.6.4 - Realização das turmas nº 4 e 5 em Educação à Distância/EaD no Ambiente Virtual de Aprendizagem (moodle) do IPHAN do curso da Fiscalização de Bens Imóveis Tombados (procedimentos da Portaria IPHAN nº 187/2010), com um total de 84 participantes servidores do IPHAN.

4.6.5 - Realização entre 17 de março e 05 de abril de 2020 de consulta pública direcionada aos negociantes de artes e antiguidades para subsidiar o retorno do IPHAN à Unidade de Inteligência Financeira do Brasil (antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras/COAF) quanto à análise de risco e vulnerabilidades de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo no segmento de obras de arte e antiguidade, a fim de atender o processo de avaliação mútua do Brasil pelo Grupo de Ação Financeira Internacional-Financial Action Task Force-GAFI/FATF.

4.6.6 - Participação do IPHAN como colaborador nas ações nº 2, 4 e 6 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro/ENCCLA 2020:

- Ação 02/2020 - Avaliar a efetividade do sistema brasileiro de PLD/FT quanto aos Resultados Imediatos 3, 4 e 5 da Metodologia de Avaliação das 40 Recomendações do GAFI - sob coordenação do Banco Central e da Receita Federal;

- Ação 04/2020 - Avaliar o cumprimento técnico das Recomendações do GAFI - sob coordenação do COAF;

- Ação 06/2020 - Aprimorar ferramentas de alienação de arquivos apreendidos por força de ordem judicial em procedimento criminal,

integrando práticas de gestão entre Polícias, Ministérios Públicos, Advocacias Públicas, Poder Judiciário e Ministério da Justiça e Segurança Pública, sob a coordenação-conjunta do Conselho Nacional de Justiça/CNJ e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/SENAD.

A fiscalização envolve necessariamente o exercício do poder de política administrativa por parte dos servidores do IPHAN. Como esperado, as ações de fiscalização foram fortemente impactadas pela COVID-19, mesmo assim foram realizadas 885 ações em praticamente todo território nacional:

Tabela 4.3.2 Número de Fiscalizações concluídas em 2020

Superintendência	Fiscalizações Concluídas	Superintendência	Fiscalizações Concluídas
Acre	28	Paraíba	5
Alagoas	10	Pernambuco	35
Amazonas	19	Piauí	32
Amapá	0	Paraná	30
Bahia	88	Rio de Janeiro	44
Ceará	55	Rio Grande do Norte	133
Distrito Federal	7	Rondônia	6
Espírito Santo	51	Roraima	0
Goiás	14	Rio Grande do Sul	25
Maranhão	30	Santa Catarina	72
Minas Gerais	43	Sergipe	31
Mato Grosso do Sul	16	São Paulo	18
Mato Grosso	17	Tocantins	0
Pará	76	TOTAL	885

Fonte: CGAF/DEPAM

4.7 Ações de conservação

Tabela 4.3.3 Ações executadas diretamente pela Coordenação-Geral de Conservação

		Ações executadas diretamente pela Coordenação-Geral de Conservação (CGCO):
DF	Brasília	I PGBMC: 5.2. Documento de estratégia sobre Canteiro Modelo de Conservação (Documento de Referência)
DF	Brasília	I PGBMC: Encontro Técnico Iphan/CNBB para Gestão da Preservação do Patrimônio Cultural Católico
DF	Brasília	I PGBMC: 5.2. Documento de estratégia para Bens Móveis e Integrados (Documento de Referência)
DF	Brasília e nas cidades indicadas ao lado	I PGBMC: 1.7. 05 (cinco) sobre o Estado de conservação de Fortificações e 05 (cinco) Diretrizes de Atuação – Planos de Conservação. Elaboração de subsídios para o plano de conservação do Forte Coimbra (Corumbá/MS); Santa Cruz de AnhatoMirim e Santo Antônio de Ratonos (Florianópolis e Governador Celso Ramos/SC); Monte Serrat e São Marcelo (Salvador/BA).
DF	Brasília SEDE	I PGBMC: Elaboração de “paper” analítico sobre a configuração de perfil socioeconômico da população de 45 áreas tombadas.
DF	Brasília SEDE	Participação na elaboração do leiaute da nova sede do IPHAN (sob gestão da presidência e do DPA/IPHAN).
BA	Andaraí (em parceria com IPHAN/BA)	TED 01/2019 IPHAN/UFBA. Ações de Conservação para o Conjunto Urbano, Arquitetônico e Paisagístico de Igatu. Através do TED 01/2019 IPHAN/UFBA, o IPHAN e a UFBA aplicam recursos em ações de assistência técnica nos imóveis tombados em Igatu/BA.
DF	Brasília (monitorado pela CGCO, executado pelas superintendências pertinentes)	OBRAS EMERGENCIAIS, JUDICIAIS E HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA: Edifício Arpège (Natal/RN - emergencial); Igreja Corumbê (Paraty/RJ - emergencial); Paço Imperial (Rio de Janeiro/RJ - emergencial); Imóvel da Filarmônica Santa Cecília (Marechal Deodoro/AL – hipossuficiência econômica); imóvel à rua Ladislau Neto (Marechal Deodoro/AL – hipossuficiência econômica); Imóvel a rua 7 de setembro (Cuiabá/MT - hipossuficiência econômica).
DF	Brasília (virtual), em parceria com DECOF e Superintendências	Realização de oficinas participativas para elaboração de Planos de Conservação no âmbito da candidatura das Fortificações Brasileiras a patrimônio mundial: Fortes de Santo Amaro da Barra Grande e São João de Bertioga (SP), Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio de Ratonos (SC), Forte Coimbra (MS), Fortaleza São José do Macapá (AP), Fortes de São Marcelo e Monte Serrat (BA).
DF	Brasília (virtual)	Organização e realização de duas rodas de conversa virtual com os técnicos da área de bens moveis lotados nas superintendências do Iphan e convidados, com vistas a esclarecer e debater macroprocessos relacionados à preservação de bens móveis e integrados.

		Apoios técnicos realizados a outras unidades do IPHAN
RS	Porto Alegre	Análise de projeto de restauração de pinturas murais de Aldo Locatelli (Processo nº 01512.000979/2019-27).
DF	Brasília	Visita técnica ao Palácio do Itamaraty, com o objetivo de avaliar o estado de conservação dos revestimentos em tecidos existentes em paredes de alguns ambientes da edificação (Processo nº 01551.000027/2020-81).
GO	Pilar de Goiás	Solicitação de apoio para análise da proposta de exames em obras pertencentes ao Museu de Arte Sacra da Boa Morte – Goiás (Processo nº 01516.001140/2019-76).
MT	Cuiabá	Processo de contratação de Obra Emergencial no imóvel à Rua Sete de Setembro, 439 - Cuiabá-MT (Processo nº 01425.000369/2019-11).
RR	Boa Vista	Contratação de serviços de projeto de restauro Arquitetônico da Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller - Boa Vista/RR (Processo nº 01419.000038/2020-95).
SE	Socorro	Análise de proposta de restauração de imagens sacras da Igreja de Nossa Senhora do Socorro, no município de Socorro/SE (Processo nº 01504.000074/2019-56).
SE	Tomar do Geru	Situação de acervo de bens móveis na Igreja de Nossa Senhora do Socorro, em Tomar do Geru/SE (Processo nº 01504.000842/2012-03).
RO	Costa Marques	Análise do Relatório Técnico sobre o Projeto nº 005-2020 elaborado pelo 2º. Grupamento de Engenharia do Exército (Real Forte Príncipe da Beira – RFPB) (Processo nº 01410.000181/2019-23).
TO	Natividade	Análise da alteração do projeto de recuperação da estrutura do imóvel localizado na Rua Rafael Xavier, nº 211, Centro, Natividade-TO (Processo nº 01422.000519/2019-16).
SC	São Bento do Sul	Atendimento ao Ofício Nº 499/2020/IPHAN-SC-IPHAN - Contratação de obras na Casa Eichendorf em São Bento do Sul - Necessidade de aditivo de valor para finalização da obra, no montante de R\$ 17.393,95 (dezessete mil, trezentos e noventa e três reais, e noventa e cinco centavos) (Processo nº 01510.000989/2019-82).
PB	João Pessoa	Apoio Técnico para análise do projeto de museografia para os Conventos de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Carmo, na cidade de João Pessoa/PB (Processo nº 01408.000417/2014-66).

		Apoios técnicos realizados a outras unidades do IPHAN
PB	João Pessoa	Análise dos inventários de Bens Móveis e Integrados - Convento de Santo Antônio e Convento de Nossa Senhora do Carmo - João Pessoa/PB (Processo nº 01408.000416/2014-11).
DF	Brasília SEDE	PRODOC: Elaboração de projeto para implementação do Centro de Conservação e Restauração do Patrimônio Moderno.
MG	Belo Horizonte	Apoio técnico na elaboração de ACT a ser celebrado entre a SE/MG e a FAOP (Processo Nº 01514.001674/2020-56).
RJ	Rio de Janeiro	Elaboração do projeto de conservação e acondicionamento das obras do acervo do Museu da Magia Negra (Processo Nº 01500.002747/2020-86).
RN	Natal	Apoio técnico na análise e manifestação a respeito do documento: Mapa de danos e procedimentos para restauro da fachada do Teatro Alberto Maranhão, no que se refere aos bens integrados à arquitetura do monumento tombado.
AL	Marechal Deodoro	Análise para enquadramento no Art.19 do Decreto-Lei 25/1937 - Sociedade Filarmônica Santa Cecília - Marechal Deodoro - AL (Processo nº 01403.000399/2019-77).
PE	Recife	Recomendações para a conservação dos bens culturais – móveis, integrados e edificados – durante a crise sanitária da COVID-19 - NOTA TÉCNICA nº 449/2020/COTEC IPHAN-PE/IPHAN-PE (Processo nº 01498.000432/2020-91).
SE	São Cristóvão	Análise do projeto de drenagem - Ladeira do Porto da Banca, São Cristóvão, SE (Processo nº 01473.000032/2019-20).
SE	Laranjeiras	Análise de parâmetros propostos para intervenções em ruínas na cidade de Laranjeiras, Sergipe - imóvel à Praça Cel José do Faro, nº 03 e à Praça Josino de Meneses, s/n (Processo nº 01504.000104/2020-68).
SC	São Francisco do Sul	Análise de atendimento a sentença judicial (Processo nº 01510.000507/2011-37 SEI nº 1965330 e 2041424).
RS	São Miguel das Missões	Aditivo Contratual - CONTRATO IPHAN RS 01/2020 (Processo nº 01512.000414/2019-40).

		Apoios técnicos realizados a outras unidades do IPHAN
RO	Costa Marques	Diretrizes para execução de Rampa de Acesso junto à contraescarpa do Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques/RO documento elaborado conjuntamente com o Engº Bruno Freitas da Superintendência de RO (Processo nº 01410.000145/2020-01). Restauração do Patrimônio Moderno.
PB	João Pessoa	Documento de referência para elaboração de edital de contratação por regime RDC, Projeto Básico e exemplos práticos realizados pelo IPHAN (apoio por telefone, email ou rede social (whatsapp)).
AM	Manaus	Orientações para recuperação dos ladrilhos hidráulicos do edifício sede do IPHAN-AM (apoio por telefone, email ou rede social (whatsapp)).
SC	Florianópolis	Informações e envio de material acerca da restauração de canhões (apoio por telefone, email ou rede social (whatsapp)).
PI	Teresina	Instalação de para-raios na igreja de São Benedito em Teresina (apoio por telefone, e-mail ou rede social (whatsapp)).
RJ	Rio de Janeiro	Orientações sobre atribuição dos cargos de técnico em edificações e engenheiro (Processos nº 01500.002330/2020-13 e 01500.001983/2020-85).(Processo nº 01473.000032/2019-20).
DF	Brasília	Análise do estado de conservação de 9 obras pertencentes ao acervo de bens culturais móveis do Palácio do Itamaraty.

5) Sítio Roberto Burle Marx

Situada na Barra de Guaratiba, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, a propriedade em que Burle Marx morou e produziu em seus últimos vinte anos de vida foi – e continua sendo – um grande laboratório de experimentações: mais de 3.500 espécies de plantas tropicais e subtropicais, organizadas em viveiros e jardins, convivem em harmonia com a vegetação nativa numa área de 405 mil metros quadrados, que inclui várias edificações, lagos, jardins, coleções de arte e uma vasta biblioteca. Desde 1985 o Sítio é uma unidade especial vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), cumprindo o papel de preservar, pesquisar e divulgar a vida e a obra de Roberto Burle Marx.

Em função do surto de COVID-19, o número de visitantes no exercício de 2020 foi menor em relação aos anos anteriores, apenas 2.340 entre os meses de janeiro e março.

No exercício de 2020, várias iniciativas foram desenvolvidas pelo SRBM.

1. Aprimoramento das condições de visita – o SRBM está localizado cerca de 50 km distante do Centro do Rio de Janeiro e dos demais atrativos culturais da cidade. Não há infraestrutura de transporte adequada para o local. A visita deve ser pré-agendada e, até hoje, para garantir a preservação do acervo, ela deve ser guiada.
2. Manutenção das condições adequadas de preservação e difusão dos acervos, em especial no que se refere à coleção viva, que sofre influências de condições climáticas, como o aquecimento global, e necessita de cuidados específicos permanentes.

Expectativa para o futuro:

1. Oferta de experiências de visitas ampliadas e aprofundadas - O projeto de requalificação do SRBM realizado entre 2018 e 2020 contemplou, entre outros aspectos, a instalação de uma nova expografia e, como consequência, uma capacitação de toda a equipe de educadores no campo das artes, museologia, arquitetura, mediação etc., permitindo o desenvolvimento de roteiros diferenciados e a utilização de ferramentas tecnológicas que viabilizarão outras formas de visitas, além das totalmente mediadas, permitindo o aumento do número de visitantes. Foram feitas instalações de equipamentos e materiais para garantir maior acessibilidade para deficientes visuais e cadeirantes.
2. Ampliação do quantitativo de público - Em função da candidatura do SRBM a Patrimônio Mundial, a ser definida em 2021, a expectativa é de que, após a pandemia, o quantitativo de público cresça e que possamos difundir o legado do artista e garantir o usufruto do bem pelos cidadãos.
3. Melhoria das condições de trabalho da equipe e de realização de eventos e visitas – o projeto acima citado proporcionou também uma série de projetos executivos arquitetônicos, destinados à implantação de espaços qualificados de trabalho (guarita, salas de trabalho, laboratórios, herbário, vestiários, sanitários, refeitório etc.) e também de um Centro de Interpretação e um Auditório moderno.

6) Ações na área de arqueologia

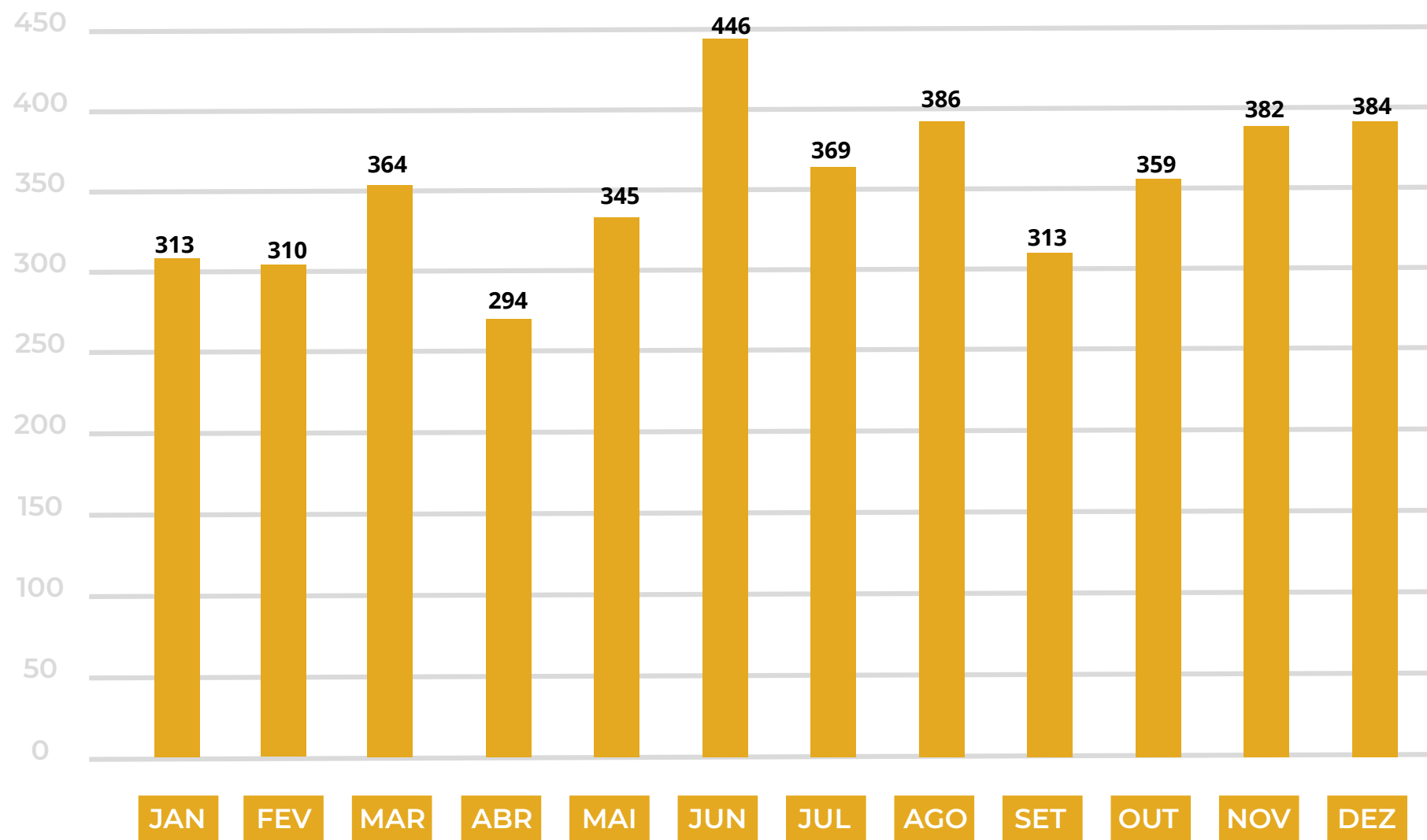
Cabe ao CNA definir diretrizes e normas voltadas à gestão do patrimônio arqueológico em âmbito nacional, além de propor, monitorar e avaliar a formulação e implementação de ações de preservação, em consonância com as diretrizes do IPHAN, em conjunto com as Superintendências e demais unidades do IPHAN, e de forma compartilhada com os entes públicos e com a sociedade visando à orientação das partes envolvidas na salvaguarda do patrimônio arqueológico.

Dentre as principais atividades do Centro estão o desenvolvimento de ações de acautelamento (tombamento e proposição de medidas diversas para a proteção e valorização do patrimônio arqueológico); a autorização e a permissão para realização de pesquisas arqueológicas; o acompanhamento e a fiscalização dessas pesquisas; a gestão das Instituições de Guarda e Pesquisa por meio do Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP); a gestão dos sítios arqueológicos por meio do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA e Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG; e a implementação e acompanhamento de ações de conservação e socialização do patrimônio arqueológico.

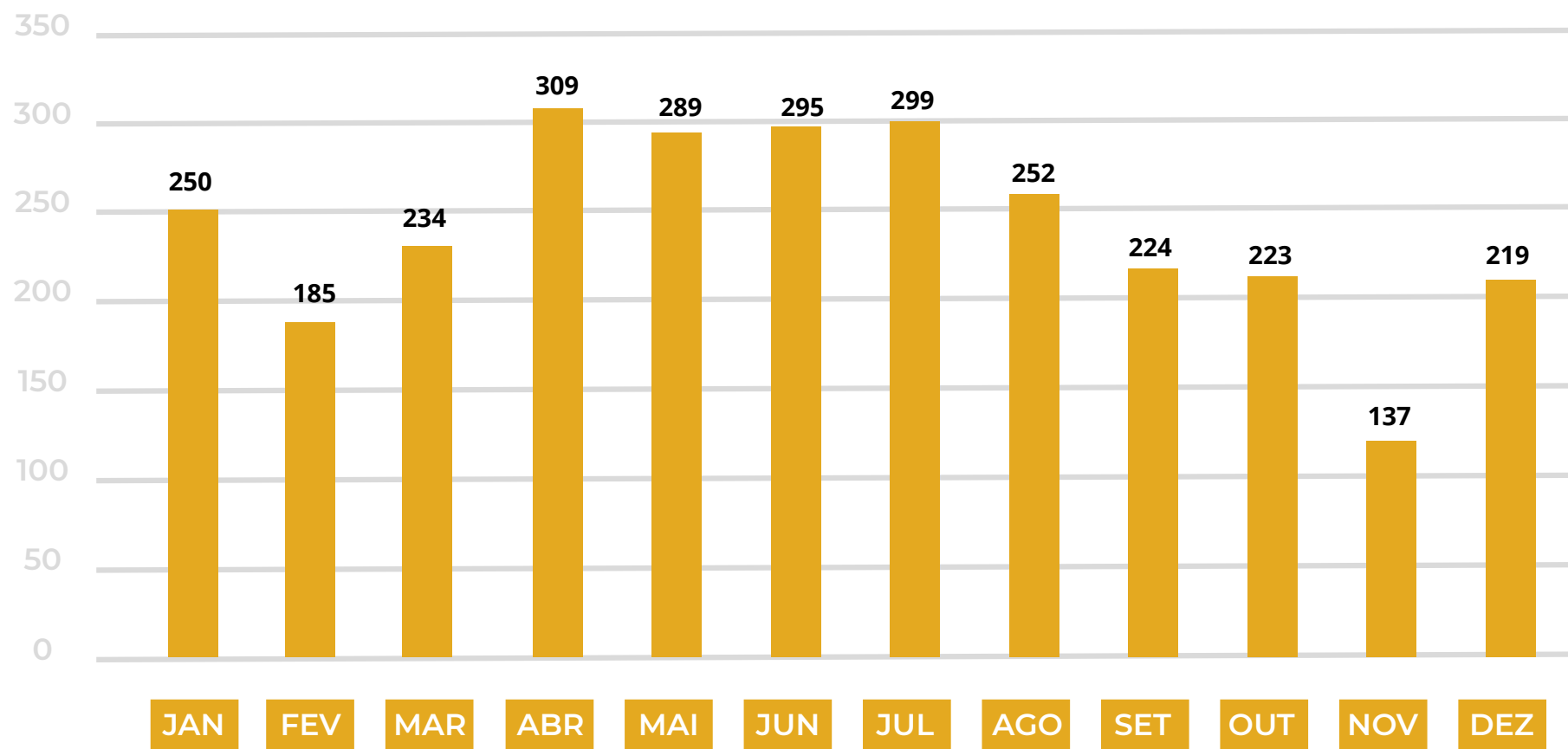
É importante destacar que o patrimônio arqueológico faz parte do conjunto de bens culturais acautelados em âmbito federal e pode ser dividido em bens móveis e imóveis. Os bens arqueológicos móveis são representados por peças avulsas, coleções e acervos, enquanto os imóveis são os chamados “sítios arqueológicos”. O Iphan é responsável pela gestão do patrimônio arqueológico e sua proteção é garantida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei nº. 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo considerados patrimônio cultural brasileiro e Bens da União. Nesse sentido, são proibidos - e considerados crimes contra o Patrimônio Nacional, puníveis penalmente - o aproveitamento econômico, a destruição ou a mutilação dos sítios arqueológicos antes de serem devidamente pesquisados.

Principais atividades desenvolvidas pelo CNA em 2020

O CNA contou com uma demanda alta no ano de 2020, tendo uma entrada de 4.265 processos de diferentes temáticas, que geraram a elaboração de 2.916 pareceres técnicos, 2.725 despachos e 4.159 ofícios, conforme os gráficos **4.3.4** e **4.3.5**.

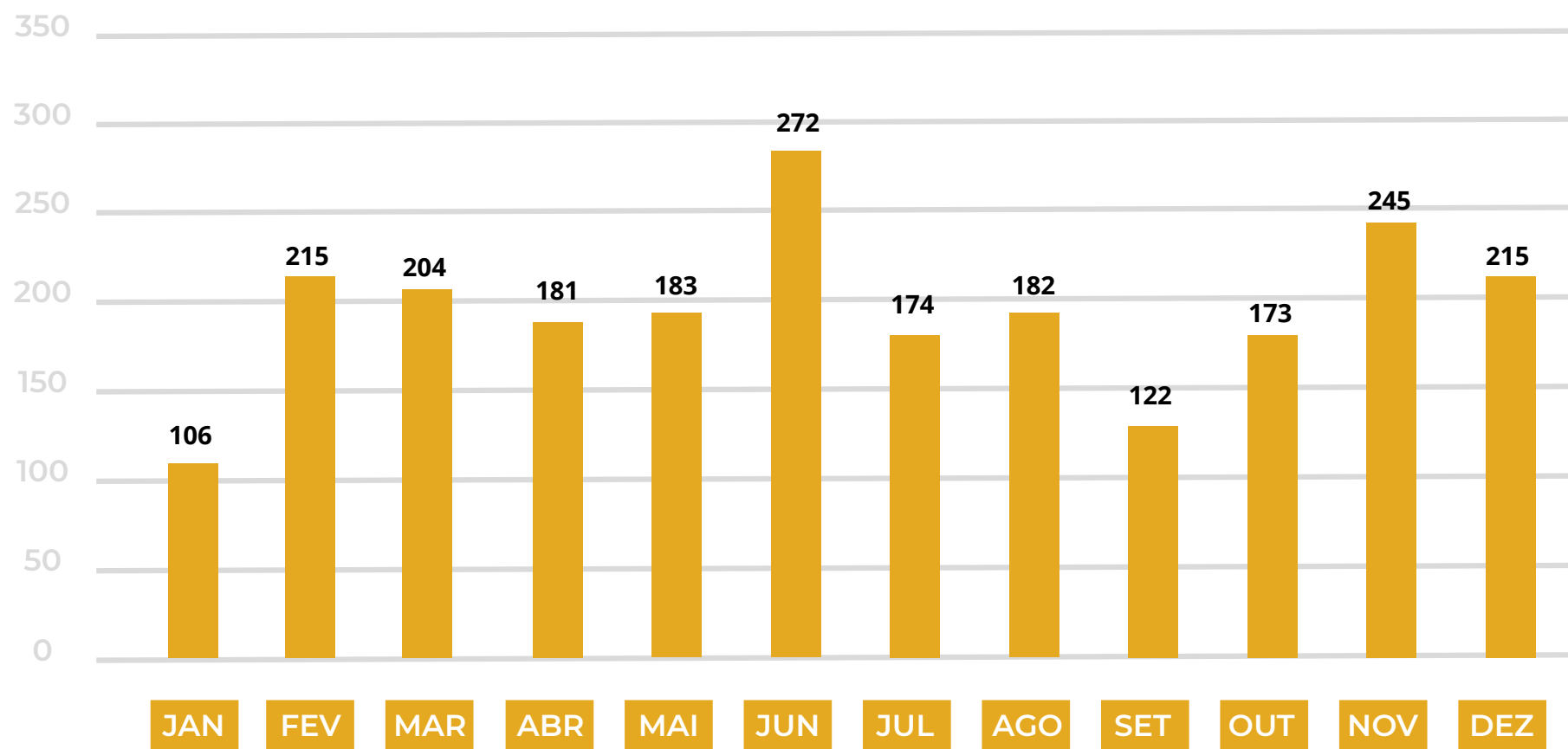
Gráfico 4.3.4 Entrada de processos no CNA - 2020

Fonte: CNA

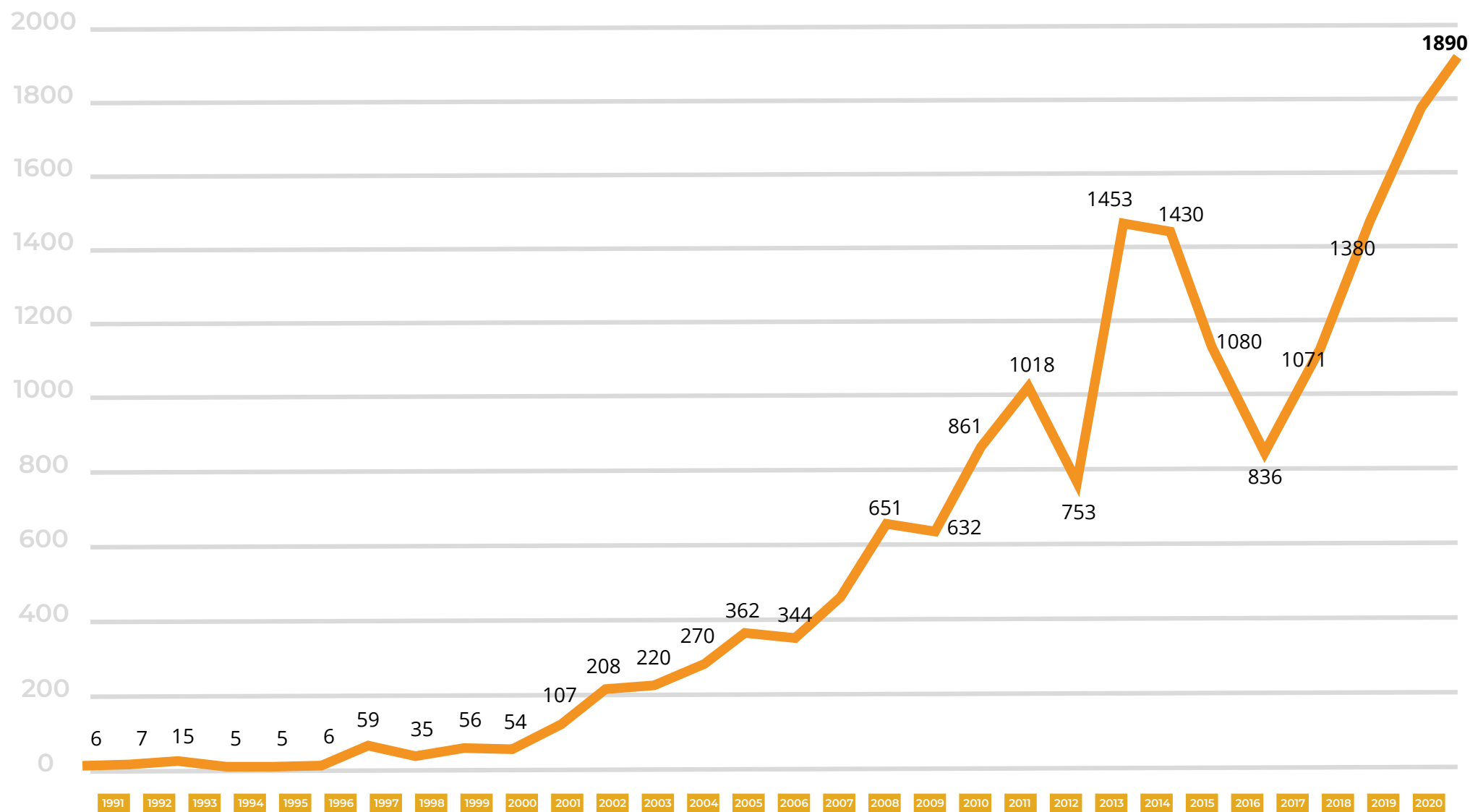
Gráfico 4.3.5 Pareceres gerados no CNA - 2020

- Autorização de 2272 portarias que incluem renovações, revogações e novos projetos, conforme gráfico **4.3.6**, dentre elas, a autorização de 1.890 novas autorizações para realização de projetos de pesquisas arqueológicas, conforme gráfico **4.3.7**

Gráfico 4.3.6 Portarias de pesquisas arqueológicas publicadas em 2020



Fonte: CNA

Gráfico 4.3.7 Projetos - Autorizações de Pesquisas emitidas pelo Iphan em 2020

Fonte: CNL-IPHAN

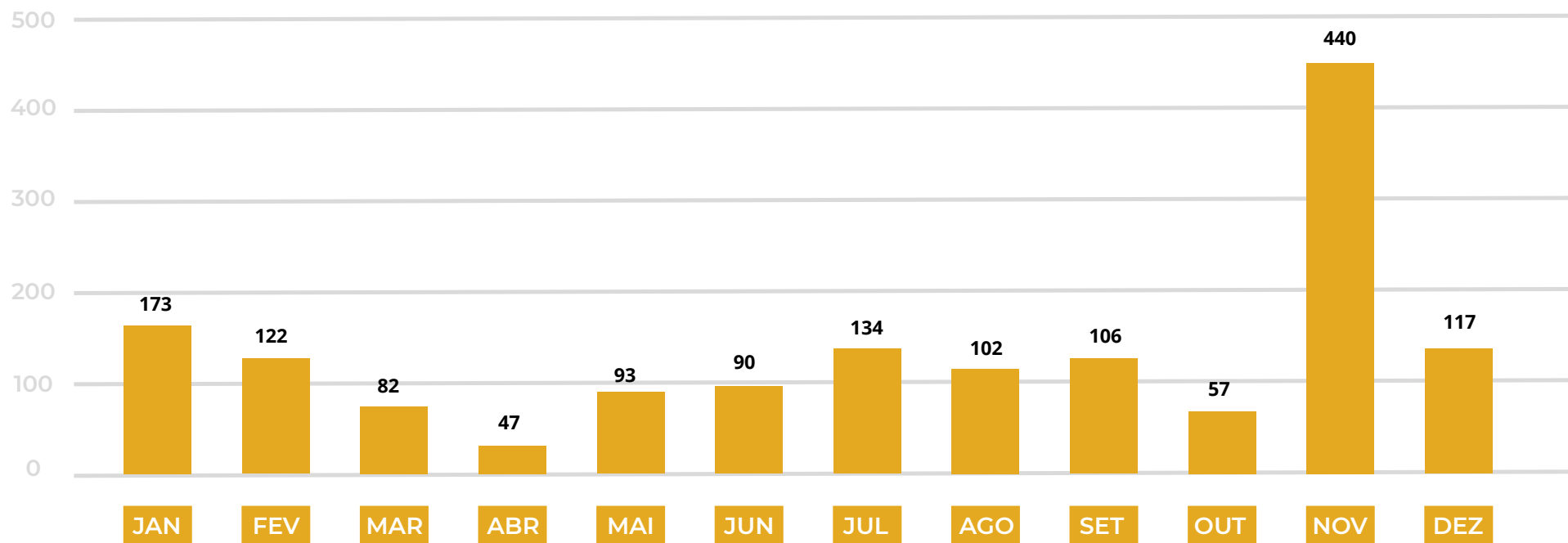
- Autorização de 11 movimentações de bens arqueológicos em território nacional;
- Manifestação favorável à autorização para 16 remessas visando a análise no exterior de bens arqueológicos;
- Atuação em 15 processos relacionados ao tráfico ilícito de bens arqueológicos (comercialização ou detectorismo) oriundas do Acre, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina, bem como aquelas denunciadas diretamente ao CNA;
- Atuação em 9 processos relacionados à criação/apoio de Instituição de Guarda e Pesquisa de bens arqueológicos, incluindo-se 3 processos sobre destinação de Termo de Ajustamento de Conduta.

Acompanhamento de 288 Instituições que fazem parte do Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (CNIGP);

- Participação do processo de elaboração do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP), o que incluiu a confecção de Minuta de Portaria para análise manual do componente arqueológico no âmbito do SAIP - Módulo TRE;
- Revisão da Portaria Iphan nº. 196/2016 e elaboração da publicação "Diretrizes para preservação de bens arqueológicos móveis";
- Execução da 8ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria.
- Auxílio na aprovação e monitoramento de 14 Planos de Ações voltados à arqueologia em todo o país.

Gestão de 28.482 sítios arqueológicos e cadastro no SICG de **1563 sítios arqueológicos**, conforme gráfico 4.3.8.

Gráfico 4.3.8 Sítios Arqueológicos cadastrados em 2020



Fonte: CNA

7) Ações de proteção aos bens de natureza imaterial

A política de promoção e preservação de bens culturais de natureza imaterial é bem recente na legislação brasileira, tendo seu marco inicial com o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000. Direcionado especialmente para a valorização da cultura popular brasileira, especialmente as de origem indígena e afro-brasileira, o trabalho do Departamento de Patrimônio Imaterial está alicerçado nas atividades de mobilização e articulação de detentores, que ficou em parte comprometido no exercício de 2020 em função da epidemia de COVID-19.

Tabela 4.3.4 Ações Orçamentárias para Identificação e Reconhecimento de Bens Culturais Imateriais (2020)

Unidade	Título	Produtos	Empenhado (R\$)
DPI	20 Anos do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC:	Produção editorial e impressão de publicações relacionadas à identificação de bens culturais imateriais, no âmbito da comemoração dos 20 anos da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e dos 20 anos da instituição do Inventário Nacional de Referências Culturais - IRNC.	140.000,00
IPHAN-MG	Colóquio “Patrimônio à Mesa: quitandas, quitadeiras e o patrimônio agroalimentar”	Evento on-line, transmitido ao vivo pelo canal do Iphan no YouTube, para discussão acerca do patrimônio agroalimentar, com o objetivo de obter subsídios que orientem a construção de estratégias para a instrução do processo de Registro do Ofício de Quitadeiras como Patrimônio Cultural do Brasil.	6.700,00
IPHAN-RR	Contratação de pesquisa para identificação de referências culturais associadas ao Ritual Areruyá Ingarikó (Uiramutã/RR), para fins de registro como PCB	Contratação de consultoria para elaboração de projeto de pesquisa de cunho etnográfico visando a instrução do processo de Registro do Ritual Areruyá, do Povo Indígena Ingarikó (Uiramutã/RR)	70.000,00
DPI	Diárias e Passagens - Identificação e Reconhecimento do Patrimônio Imaterial	Diárias e passagens para ações no âmbito dos processos de identificação e reconhecimento de bens culturais imateriais.	754,86
IPHAN-PI	Filme etnográfico: registro da arte santeira e tombamento da Igreja Nossa Senhora de Lourdes.	Contratação de empresa para a realização do filme etonográfico que comporá os processos de Registro da Arte Santeira do Piauí e de Tombamento da Igreja Nossa Senhora de Lourdes (Teresina/PI).	16.400,00

Unidade	Título	Produtos	Empenhado (R\$)
IPHAN-RR	INDL Macuxi e Wapishana: Ações de Valorização da Diversidade Linguística Indígena em Roraima. TED 01/2020 IPHAN/UFRR	Parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR) para realização de pesquisas de identificação das línguas dos Povos Indígenas Macuxi e Wapishana, visando a inclusão dessas línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), com a consequente titulação das línguas como Referência Cultural Brasileira.	100.000,00
IPHAN-RR	INRC Panela de Barro - Identificação das referências culturais sobre o Modo de Fazer a Panela de Barro Macuxi e os Saberes de Artesãs da etnia indígena Macuxi, Comunidade Raposa I, Normandia/RR, TIRSS	Contratação de consultoria para elaboração de pesquisa etnográfica e diagnóstico socioeconômico acerca do Modo de Fazer a Panela de Barro Macuxi e sobre os Saberes de Artesãs do Povo Indígena Macuxi.	50.000,00
DPI	Diárias e Passagens - Identificação e Reconhecimento do Patrimônio Imaterial	Contratação de pesquisa para identificação das Casas de Religião de Matriz Africana no Rio Grande do Sul. Trata-se de um segundo módulo da pesquisa que contemplou a área metropolitana de Porto Alegre no primeiro módulo. A pesquisa gerará subsídios para ações de promoção e difusão dessas Casas que são referências culturais. A ação promove a relação entre as áreas finalísticas do patrimônio imaterial e material no Iphan.	77.700,00
IPHAN-BA	Registro da Festa de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, Lençóis, BA.	Contratação de pesquisa para instrução do processo de Registro da Festa de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, em Lençóis-BA. O contratação prevê a elaboração do Dossiê Descritivo do bem cultural e do vídeo-documentário que compõe a documentação de instrução de um processo de Registro.	158.139,81
Total			619.694,67

7.1 Ações de Apoio e Fomento ao Patrimônio Cultural do Brasil

Em 2020 o Iphan contava com 48 bens culturais inscritos nos Livros de Registro:



Livro de Registro das Formas de Expressão

1. Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi
2. Samba de Roda do Recôncavo Baiano
3. Jongo no Sudeste
4. Frevo
5. Tambor de Crioula do Maranhão
6. Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo
7. Roda de Capoeira
8. Toque dos Sinos em Minas Gerais
9. Rtxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá
10. Fandango Caiçara
11. Carimbó
12. Maracatu Nação
13. Maracatu de Baque Solto
14. Cavalo-Marinho
15. Teatro de Bonecos Popular do Nordeste
16. Caboclinho
17. Literatura de Cordel
18. Marabaixo



Livro de Registro dos Saberes

19. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras
20. Modo de Fazer Viola de Cocho
21. Ofício das Baianas de Acarajé
22. Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre
23. Ofício dos Mestres de Capoeira
24. Modo de Fazer Renda Irlandesa - Sergipe
25. Ofício de Sineiro
26. Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro
27. Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá
28. Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas
29. Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí
30. Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu)
31. Sistema Agrícola Tradicional de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira



Livro de Registro das Celebrações

32. Círio de Nossa Senhora de Nazaré
33. Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis
34. Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe
35. Festa de Sant'Ana de Caicó
36. Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão
37. Festa do Divino Espírito Santo de Paraty
38. Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim
39. Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó
40. Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha
41. Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade
42. Procissão do Senhor dos Passos de Santa Catarina
43. Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins
44. Bembé do Mercado



Livro de Registro dos Lugares

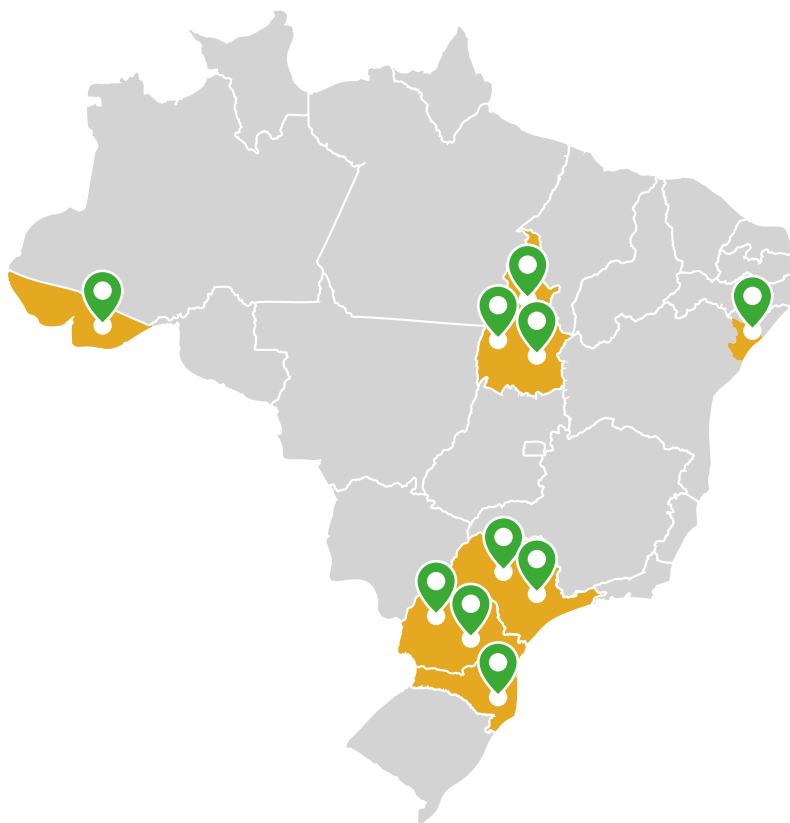
45. Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri
46. Feira de Caruaru
47. Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani
48. Feira de Campina Grande

Desses **48 bens** reconhecidos em nível nacional, seis possuem o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, outorgado pela Unesco: Arte Kusiwa Wajãpi (com a denominação Expressões Orais e Gráficas do Povo Indígena Wajãpi), Samba de Roda do Recôncavo Baiano, Círio de Nazaré, Frevo, Roda de Capoeira e Complexo Cultural do Bumba meu Boi do Maranhão.

Em 2020 houve a execução integral e finalização da publicação Cadernos da Salvaguarda de Bens Registrados – número 1 – Práticas de Gestão, com 14 artigos produzidos por detentores de bens culturais registrados, técnicos do IPHAN, pesquisadores e gestores do patrimônio cultural imaterial de diversas instituições.

Ao longo do exercício, foram realizadas diversas reuniões virtuais entre Iphan e detentores de bens registrados visando a adequação dos projetos para o contexto de isolamento e distanciamento social. Dos 48 Planos de Ações aprovados inicialmente, 10 foram adequados para o contexto pandêmico. Esses 10 PAs tiveram o recurso orçamentário empenhado, somando R\$ 439.551,20 (quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), distribuídos da seguinte forma:

Plano de ação 2020



10 PAS

PARA 15 BENS/ABRANGÊNCIA

Tabela 4.3.5 Descrição detalhada de 10 Planos de Ação com recursos empenhados em 2020

UF	Bem Cultural	Descrição	Produtos	Público-Alvo	Valor Empenhado
AC	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira	Realização de Mapeamento e Pesquisa etno-histórica da Capoeira no Acre, com o objetivo de instruir a futura publicação de livro e documentário sobre a Capoeira no Acre, por meio de Termo de Execução Descentralizada.	Pesquisa produzida. Material bruto para produção de livro e documentário. Mini documentários sobre saberes da Capoeira no Acre. Acervo documental sobre Capoeira no Acre inventariado e publicizado.	130 capoeiristas envolvidos com a pesquisa + segmentos interessados.	R\$ 49.350,00
PR	Fandango Caiçara	Produção de uma série com 08 (oito) episódios de podcast ("registro audiovisual"), com duração de 5 à 10 minutos cada, sobre o universo do Fandango Caiçara.	Documentos de áudio produzido.	15 fandangueros diretamente + audiência.	R\$ 15.000,00
PR	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira	Encontro online do coletivo de Salvaguarda da Capoeira no Paraná, visando a difusão de conhecimento e a transmissão de saberes relativos à Roda de Capoeira e ao Ofício dos Mestres de Capoeira duração estimada de 30 (trinta) horas, provavelmente distribuídas em 3 (três) dias consecutivos e com realização provável em 4, 5 e 6 dezembro de 2020. Também serão realizadas oficinas, vivências e/ou apresentações com diversos mestres e detentores a serem transmitidos ao vivo, de forma pública, pelas redes sociais.	Seminário realizado. Oficinas realizadas.	250 capoeiristas + audiência	R\$ 41.480,00

UF	Bem Cultural	Descrição	Produtos	Público-Alvo	Valor Empenhado
SC	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira	Evento online organizado com detentores para tratar de temas atuais e relevantes ao meio da Capoeira no Estado de Santa Catarina.	Seminário realizado	200 capoeiristas + audiência.	R\$ 6.480,00
SE	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira	Elaboração e Publicação do Plano de Salvaguarda da capoeira de Sergipe; Elaboração e execução de curso à distância de curta duração de formatação de projetos culturais.	Plano de Salvaguarda publicado. Capacitação realizada.	2.000 capoeiristas 100 detentores capacitados.	R\$ 27.883,95
SP	Jongo no Sudeste	Oficina online de produção audiovisual: minicurso virtual sobre técnicas fotográficas e audiovisuais (teoria e prática), oferecido aos membros da Jovem Liderança Jongueira para capacitá-los nas técnicas de registro e edição de imagens Produção do XI Encontro de Jongueiros Paulista em formato virtual com 12 comunidades do estado contendo: Rodas de Conversa, Vídeos de curta metragem, Site permanente, Conteúdo virtual educativo, Apresentação das Comunidades.	Formação realizada. Seminário realizado. Curtas metragem produzidos. Site produzido. Acervo produzido.	300 detentores + audiência.	R\$ 69.000,00
SP	Sistema Agrícola do Vale do Ribeira/SP	Celebração de Termo de Colaboração com OSC para realização de série de atividades (mesas-redondas, oficinas, rodas de conversa, encontros etc.) realizadas em parceria com instituições ligadas à promoção da cultura alimentar, com a finalidade de promover o patrimônio agroalimentar brasileiro e forma geral e o Sistema Agrícola Tradicional de Quilombos do Vale do Ribeira, em particular.	Projeto apoiado	19 comunidades quilombolas.	R\$ 25.000,00

UF	Bem Cultural	Descrição	Produtos	Público-Alvo	Valor Empenhado
TO	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira	A ação consiste em dar continuidade no mapeamento da capoeira no Estado do Tocantins onde já foi realizado nas microrregiões estabelecidas pelo IBGE a saber: Dianópolis, Gurupi, Porto Nacional e Rio Formoso.	Pesquisa produzida. Material bruto para produção de livro e documentário. Mini documentários sobre saberes da Capoeira no Acre. Acervo documental sobre Capoeira inventariado e publicizado.	53 detentores diretamente + segmentos interessados	R\$ 100.000,00
TO	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira	1) Oficina sobre gestão cultural. Em fase de planejamento e adaptação da metodologia, com possibilidade do uso da plataforma Moodle, ou similar. 2) Elaboração de cartilha/livreto sobre o mapeamento da Capoeira no estado. O mapeamento da Capoeira no Tocantins é dividido em etapas, atualmente com a terceira em curso e com a quarta em fase de celebração de Termo de Execução Descentralizada – TED para sua execução. A presente ação possuirá como foco a publicação da primeira etapa do mapeamento, tendo a região sudeste do estado como área de abrangência. 3) Vídeo documental sobre a Capoeira no Tocantins. O material fílmico será realizado com base nos dados da primeira etapa do mapeamento, ou seja, com recorte na região sudeste do estado. 4) Formação de Grupo de Trabalho – GT Capoeira & Educação.	Oficina sobre gestão cultural realizada. Livro produzido. Documentário audiovisual. Acervo documental sobre Capoeira inventariado e publicizado.	80 detentores (diretamente). 630 (indiretamente).	R\$ 17.357,25
SP	Bonecas Karajá + Ritxòkò	Distribuição do livro Iny Tkylysinamy Rybèna: arte iny karajá Patrimônio cultural do Brasil / Comunidades Iny Karajá e realização de oficinas de educação patrimonial.	Livro divulgado Oficinas realizadas.	350 detentores.	R\$ 88.000,00
Valor Total Aprovado:					R\$ 439.551,20

7.2 Desenvolvimento de link para divulgação de produtos relacionados a Bens Registrados

Com o intuito de viabilizar a divulgação de produtos associados aos bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil que sejam produzidos e comercializados diretamente por seus detentores - levando em consideração a aceção de “detentor” descrita na Portaria nº 200/2016 -, o Iphan irá disponibilizar, em seu site na internet, um acesso denominado Conectando Patrimônios: Redes de Artes e Sabores para a publicidade dos bens registrados e de canais virtuais com contatos de detentores para a comercialização de tais produtos.

O acesso não funcionará como uma plataforma de vendas. Sua função é exclusivamente a de divulgar os canais de vendas disponibilizados pelos próprios detentores. Cada detentor será responsável pela comercialização de seus produtos diretamente com o interessado, a partir de negociação estabelecida sem qualquer participação do Iphan. Em caso de vendas online, o envio dos produtos também será de responsabilidade exclusiva do detentor, que acordará as taxas de envio com o comprador. Nesse contexto, vários bens Registrados e produtos associados às ações de salvaguarda serão divulgados pelos vários formatos de mídia.

7.3 Resultados do Monitoramento de Atividades Desenvolvidas para Bens Registrados (Apoio e Fomento)

De acordo com os 178 formulários de monitoramento de atividades apresentados pelas unidades do Iphan, temos o seguinte cenário a respeito da execução das ações de apoio e fomento:

Gráfico 4.3.9 Execução da atividade com recurso orçamentário do IPHAN

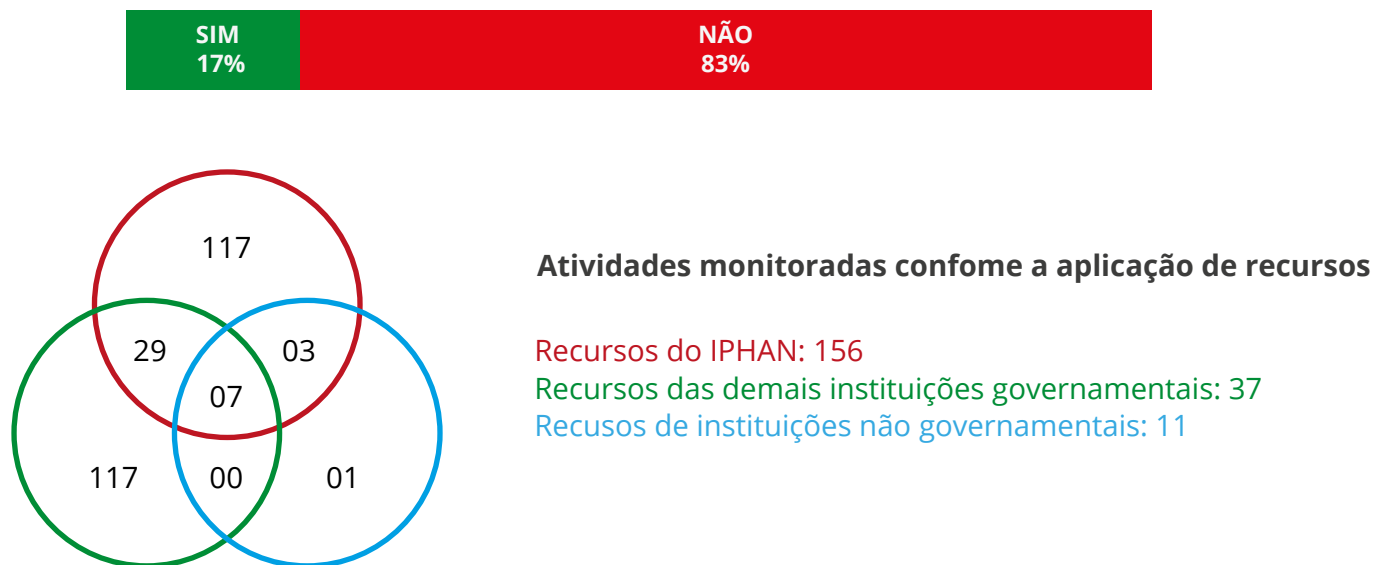
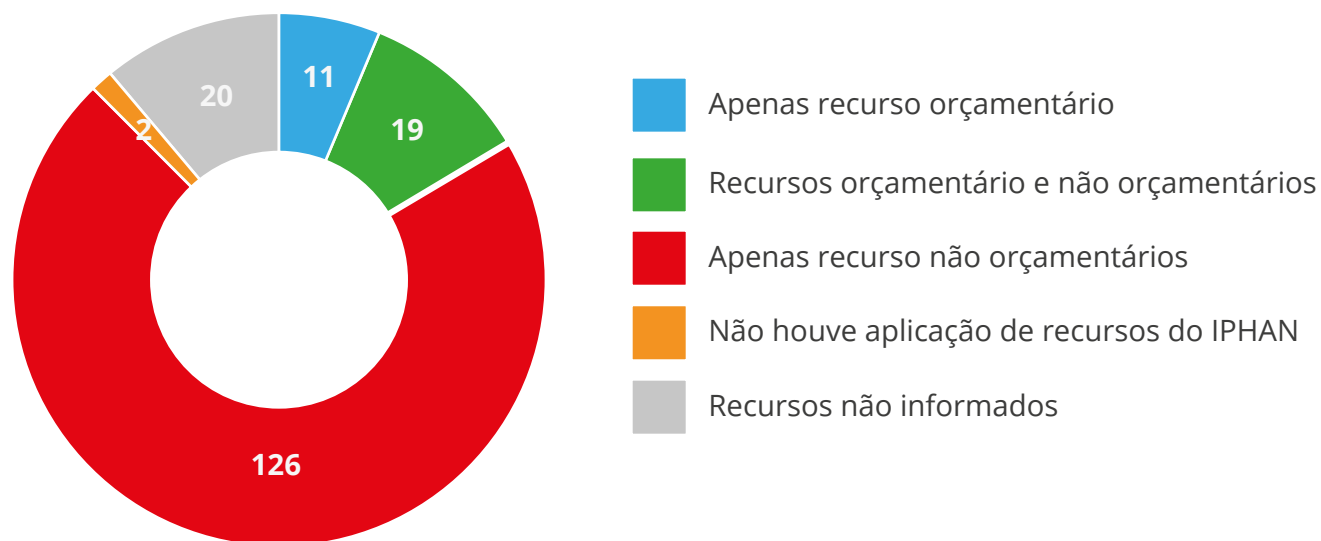


Gráfico 4.3.10 Disponibilização de recursos do IPHAN nas atividades monitoradas**Detalhamento de recursos aplicados pelo IPHAN**

Relação das atividades não orçamentárias monitoradas

Por meio de reuniões, seminários, videoconferências e criação de redes sociais o Departamento de Patrimônio Imaterial promoveu e fomentou diversos bens culturais de natureza imaterial no exercício de 2020: Carimbó, Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão, Fandango Caiçara, Festa do Divino Espírito Santo de Paraty/RJ, Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO, Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha/CE, Jongo do Sudeste, Literatura de Cordel, Modo de fazer viola-de-cocho, baianas do acarajé, painéis de goiabeiras, rodas de capoeira, Ritual Yaokwa do povo Enawenê Nawê, Romaria dos carros de bois da festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO e sistema Agrícola de comunidades quilombolas do Vale da Ribeira.

O bem cultural das Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas foi monitorado por meio de uma Consultoria PRODOC/Unesco.

8) Ações do Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) é Unidade Especial do Iphan com atuação nacional que desenvolve e executa programas e projetos de estudo, pesquisa, documentação, difusão e fomento de expressões dos saberes e fazeres do povo brasileiro. Sua estrutura abriga hoje o Museu de Folclore Edison Carneiro, a Biblioteca Amadeu Amaral, além dos setores de Pesquisa e Difusão Cultural.

Devido à pandemia, o ano de 2020 foi marcado por uma nova abordagem de trabalho. Em 13 de março, todos os espaços públicos foram fechados e foi iniciado o trabalho remoto envolvendo servidores, colaboradores e prestadores de serviços do CNFCP organizados em equipes que compõem os setores de trabalho: Direção; Coordenação Técnica; Pesquisa; Museu de Folclore Edison Carneiro; Biblioteca Amadeu Amaral; Difusão Cultural e Coordenação Administrativa.

8.1 Sala do Artista Popular

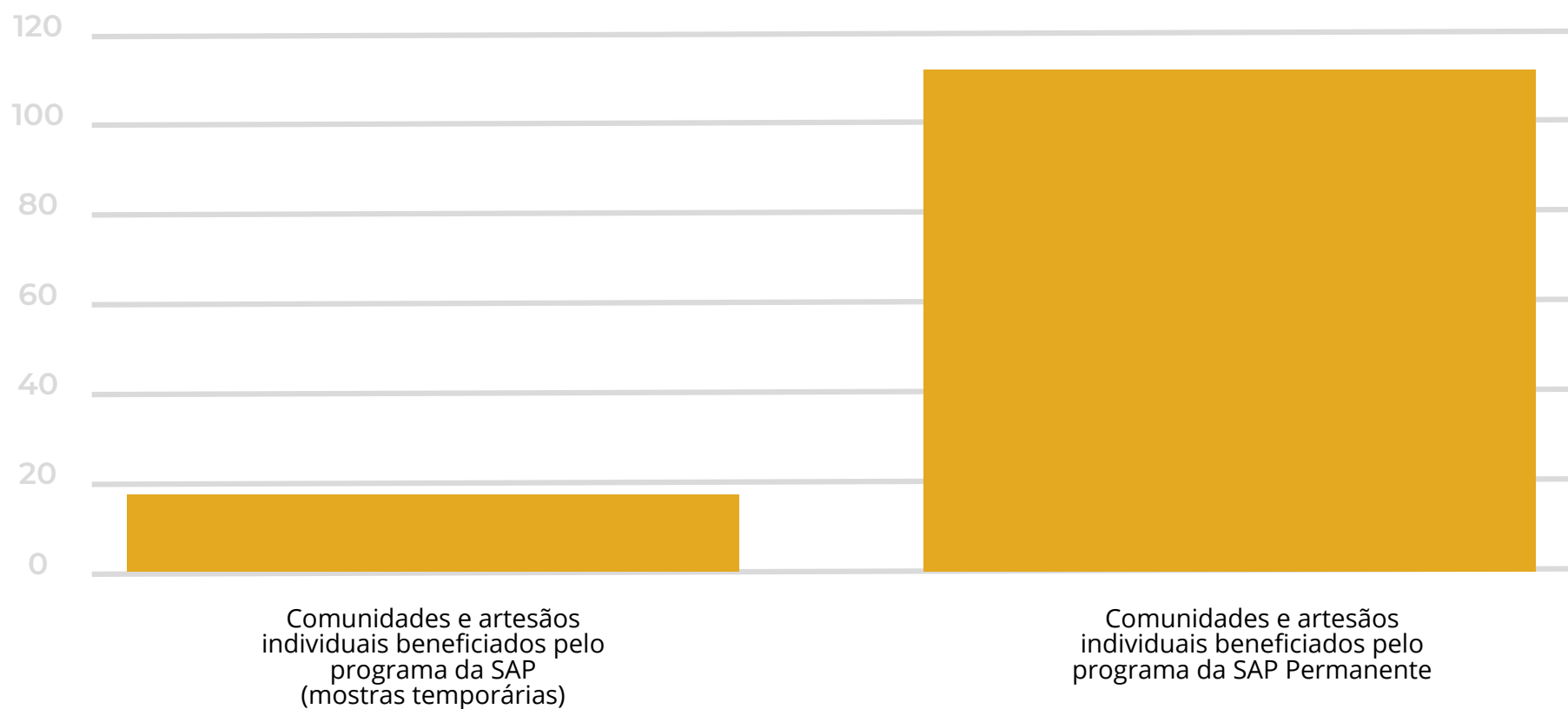
O Programa Sala do Artista Popular (SAP), espaço para a difusão da arte popular que traz a público objetos que expressam o amplo e diversificado universo da cultura popular no Brasil, tem por objetivo o fomento dessa produção, apresentando-a em exposições com venda em um grande centro como o Rio de Janeiro.

Desde sua criação em 1983, a SAP acolhe artistas e artesãos de diversos cantos do país, após criteriosa pesquisa de campo e registro fotográfico que resultarão em catálogo etnográfico. Nesse espaço, eles expõem seus trabalhos e estipulam livremente o preço dos produtos. Presentes na inauguração, explicam as técnicas envolvidas na confecção, o que propicia ao público não só a oportunidade de adquirir objetos, mas, principalmente, conhecer realidades muitas vezes desconhecidas, que revelam o real significado de que são portadores esses bens da cultura imaterial.

Após a mostra, artistas e artesãos podem continuar remetendo suas peças para o CNFCP, para o espaço permanente de comercialização do Programa. Alguns benefícios duradouros são agregados, como a divulgação de sua obra em larga escala, convites para novas mostras, encomendas de lojistas, contratação para oficinas e palestras em escolas e universidades. Importa exemplificar que, nas mostras realizadas em 2019, de um total de 1.003 peças recebidas, 498 foram vendidas durante o período de exposição (cerca de 40 dias), ficando as outras disponíveis para venda na SAP Permanente.

Em 2020 foi realizada apenas uma mostra, interrompida pelo fechamento do espaço em decorrência da pandemia: Terras do papangu: máscaras de carnaval de Bezerros (PE). No entanto, com os recursos orçamentários do ano está em fase de preparação uma exposição retrospectiva reunindo artistas que fazem parte do catálogo do Programa.

Gráfico 4.3.11 Comunidades/Artesões Beneficiados em 2020



8.2 Documentação de Acervos

O Programa de Documentação do CNFCP atende o Museu de Folclore Edison Carneiro (MFEC) e a Biblioteca Amadeu Amaral (BAA). O Programa vem possibilitando o processamento técnico desses acervos que consiste em identificar, classificar, catalogar, codificar, indexar, além de inserção na base de dados e arquivamento dos documentos bibliográficos, textuais e audiovisuais, e sua consequente disponibilização ao público.

O acervo do Museu, que remonta à década de 1950, é oriundo fundamentalmente de pesquisa de campo e constitui-se de objetos representativos de tecnologias tradicionais, de uso cotidiano, festivo e ritual, além de obras de importantes nomes da arte popular brasileira. A coleção do Museu tem hoje em torno de 17.500 objetos, oriundos de pesquisas de campo e doações e que estão distribuídos em três reservas técnicas e apresentadas nas exposições de longa duração e temporárias.

Gráfico 4.3.12 Atividades de Tratamento Acervo Museológico (MFEC) em 2020



A Biblioteca possui aproximadamente 300 mil documentos, entre livros, revistas, folhetos de cordel, recortes de jornal, fotografias, vídeos, filmes e registros sonoros, além de 200 metros lineares de acervo arquivístico com documentos textuais e impressos que representam a memória institucional. Parte desse acervo encontra-se digitalizada e disponível também no site institucional (www.cnfcp.gov.br), como as coleções de recortes de jornais e folhetos de cordéis, a Revista Brasileira de Folclore, catálogos da SAP, entre outros. No acervo arquivístico, disponibilizado apenas nos terminais internos, encontram-se os Fundos Folcloristas – Série Edison Carneiro e Comissões de Folclore, as séries Documentos (1947-1970) e Correspondências (1947-1980), esta última digitalizada com o apoio do “Programa de Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos”, da Espanha.

Gráfico 4.3.13 Atividades de Tratamento Acervo Técnico (Biblioteca) em 2020

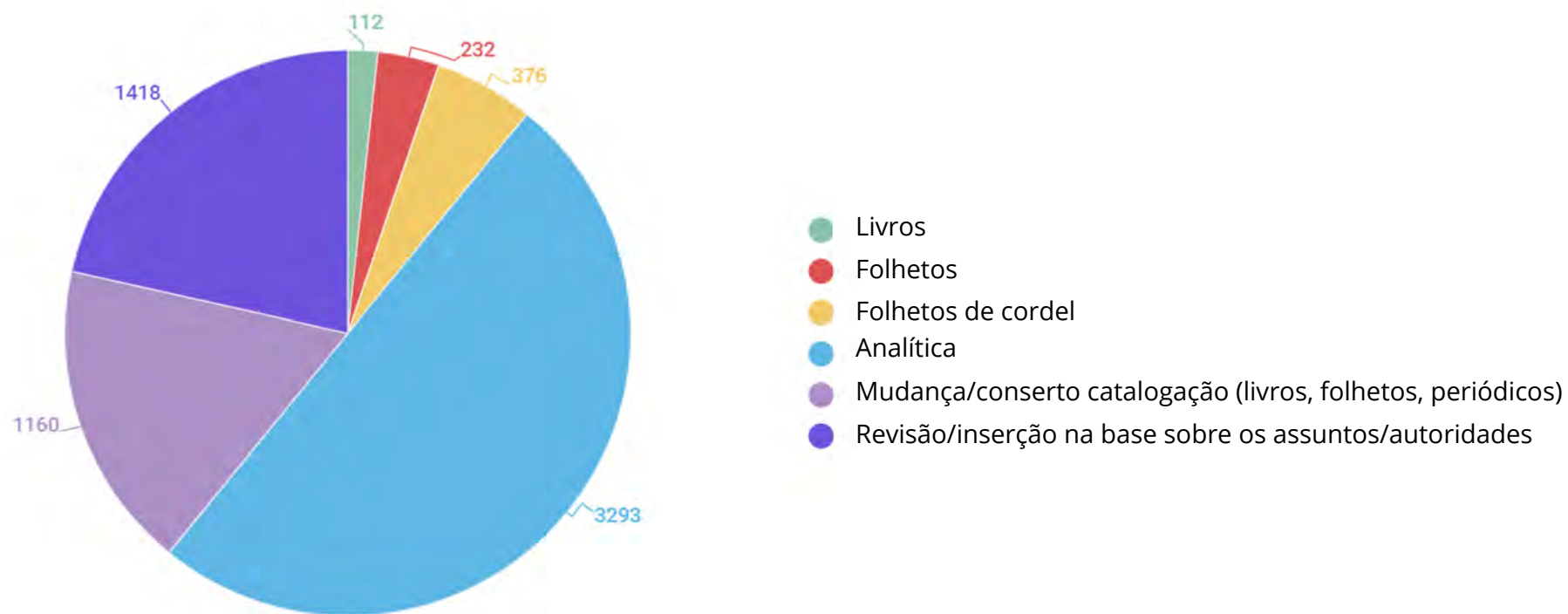
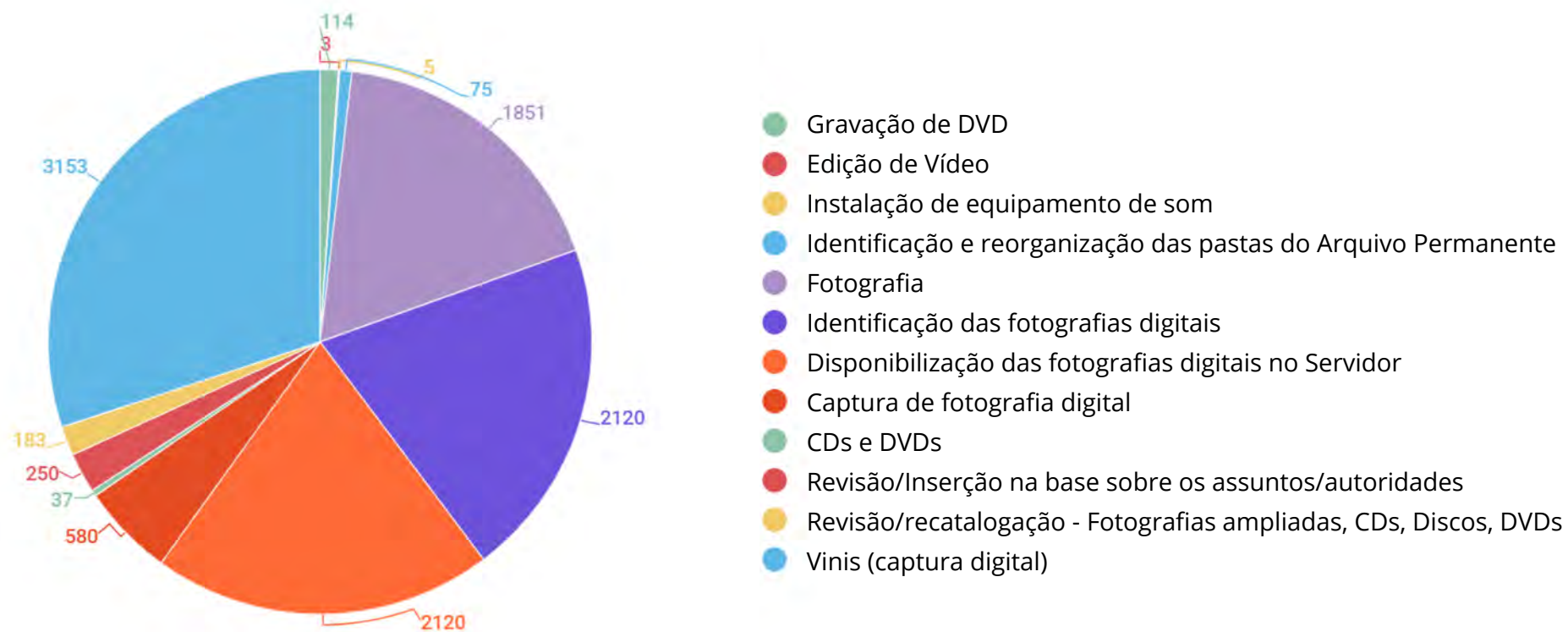


Gráfico 4.3.14 Atividades de Tratamento Acervo Sonoro e Visual em 2020

8.3 Os objetos e suas narrativas (aberta ao público no final de 2016)

Quem conta um conto aumenta um ponto, dizem por aí, para explicar as meias verdades ou os acréscimos que fazemos ao recontar uma história ou tentar interpretá-la aos nossos próprios olhos. A exposição do Museu de Folclore Edison Carneiro quer dialogar com o público sobre a polifonia dos objetos de sua coleção. Quer mostrar as diferentes vozes dos muitos segmentos sociais que dizem do folclore e da cultura popular. Lá fora os objetos têm usos e significados, mas quando entram no museu, numa exposição, ganham contornos diferentes ou explicações outras sobre sua existência. Das lendas, o que contam e o que delas se entende. Do mamulengo que conta histórias pelo brinquedo. Do grafite que diz da cidade. Do cordel e do repente que cantam e contam em verso a vida. Que histórias guardam os objetos nas prateleiras das reservas técnicas? Aqui o Museu se pronuncia – propõe uma história, explicita seu argumento, mas não quer reclamar para si a verdade. Mas o que se diz dos objetos condensa aquilo que se diz do homem e do mundo, e essas narrativas compõem a criação de significados, estabelecidos na relação do homem com outros homens na tentativa de interpretar a realidade.

8.4 Mostras Temporárias - Galeria Mestre Vitalino

A Galeria expõe em seus 160m² mostras de média duração, temáticas, que enfocam questões do interesse contemporâneo, relativas à cultura popular e seus protagonistas. Colocam em pauta e difundem acervos do Museu em reservas, de outras instituições ou de coleções privadas. Essas mostras em geral estão associadas a outras iniciativas que permitem debates e reflexões, com a realização de seminários, mesas redondas, oficinas, programações de cinema e vídeo, direcionadas a segmentos específicos de público. Desse projeto, resultam ainda a edição de catálogos temáticos e números da série Encontros e Estudos que incrementam o programa de intercâmbio institucional no plano nacional. (Algumas exposições, posteriormente, passam a ser itinerantes). Fechada desde 2017 para obras, reabriu ao público em fevereiro de 2020, mas foi fechada em março em função da pandemia. Em 2020 foram necessários vários serviços de manutenção em decorrência do longo período de fechamento do espaço.

8.5 Exposição em Cartaz: Xilogravuras

Quando a Literatura de Cordel foi registrada pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil, em 2018, a xilogravura foi incorporada como bem cultural associado. A criação poética e a plástica caminharam lado a lado durante muitos anos, elaboradas sobretudo por cordelistas que são xilógrafos e xilógrafos que são poetas. Em 2020, ao comemorar 20 anos do Decreto 3.551, que lançou as bases para o Registro do Patrimônio Imaterial, o Museu de Folclore Edison Carneiro traz ao público uma exposição sobre a arte da xilogravura que nasceu nas capas dos folhetos e que invadiu museus e galerias no Brasil e no exterior. Uma arte que hoje dialoga com a moda, o design, novelas televisivas, o teatro e o cinema, na qualidade de efetiva expressão artística brasileira.

8.6 Programa Educativo

O programa educativo volta-se para a comunicação e oferecimento de recursos a públicos específicos, majoritariamente procurado por educadores e agentes culturais que trabalham com formação. A eles o programa oferece assessoria, visitas preparatórias aos interessados em trazer suas turmas em visita ao Museu e ainda os projetos itinerantes, que são conjuntos de materiais dos três acervos institucionais – museológico, bibliográfico e sonoro-visual – emprestados a escolas para apoiar o trabalho do educador na exploração de temas da cultura popular. O programa busca atualizar e aprofundar o debate sobre os conceitos de folclore e cultura popular com que a escola trabalha, privilegiando o diálogo com professores. Destacam-se a criação da página virtual dedicada à exposição de longa duração “Os objetos e suas narrativas” e o projeto de acessibilidade para portadores de deficiência, com adaptação de espaços e criação de recursos em libras e audiodescrição no circuito daquela exposição.

8.7 Edições

No Programa de Edições, destaca-se a elaboração de materiais de divulgação online e impressos (convites virtuais, cards e banners) e material informativo (catálogos e painéis expográficos) de exposições temporárias e da Sala do Artista Popular (SAP).

As publicações destinam-se a públicos do Brasil e do exterior de modo permanente.

Em 2020, em função da pandemia, com o consequente impedimento de pesquisas de campo e o fechamento dos espaços expositivos, a produção desse material se deu de forma reduzida em relação a anos anteriores. Ainda assim foram impressos 3.000 exemplares e distribuídos mais de 2.300 títulos. As postagens em redes sociais foram muito incrementadas e abordaram séries temáticas sobre programas como a Sala do Artista Popular, o Etnodoc, as exposições temporárias e de longa duração, bem como campanha de apoio aos artesãos e divulgação dos acervos museológicos e sonoro- visuais.

8.8 Concurso de Monografias Sílvia Romero

Instituído em 1959, o Concurso Sílvia Romero de monografias tem por objetivo estimular a produção de conhecimento científico sobre os diversos temas do folclore e da cultura popular. Lançado anualmente por edital, confere ao primeiro e segundo colocados prêmios pagos em dinheiro, nos valores de 25.000 e 20.0000 respectivamente, prevendo-se, ainda, até três menções honrosas. A comissão de seleção é formada por especialistas indicados pelo CNFCP e sempre conta com um representante do Iphan.

O Concurso de 2020, realizado integralmente por meio virtual, teve 67 monografias participantes, oriundas de diversos estados do país.

8.9 Curso Livre de Folclore

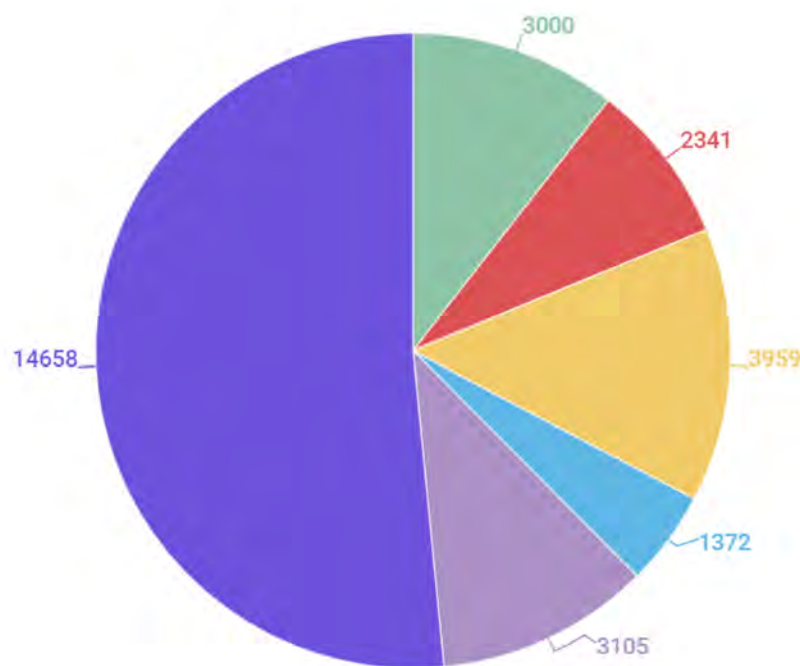
O Curso Livre de Folclore e Cultura Popular, criado em 2001, busca atender à demanda crescente do público interessado por formação nesse campo de estudos, aproximando-o dos diferentes e complexos sistemas culturais que constituem o amplo universo do folclore e da cultura popular no Brasil.

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular realizou em 2020 a 15ª edição do Curso, que teve carga horária de 20h e, pela primeira vez, em formato on-line. Essa edição abordou o tema dos 20 anos do Patrimônio Imaterial, teve mais de 800 inscritos e foi realizada via a plataforma digital Zoom, na qual contou com 100 participantes, e com transmissão pelo canal do CNFCP no YouTube. A média de participantes pelo canal foi de 140 por dia.

8.10 Um Dedo de Prosa

O evento Um Dedo de Prosa se constitui em mesas com dois ou três convidados em torno de um tema pertinente muitas vezes aos interesses das pesquisas em curso na casa ou temas de interesse mais coletivo – em 2020 tratou dos 20 anos da política de patrimônio imaterial. Em 2019 houve apenas uma edição, presencial, para 50 participantes. Em 2020, foram três edições, na modalidade online, via plataforma Zoom e com transmissão pelo YouTube, e somaram 514 participantes no total.

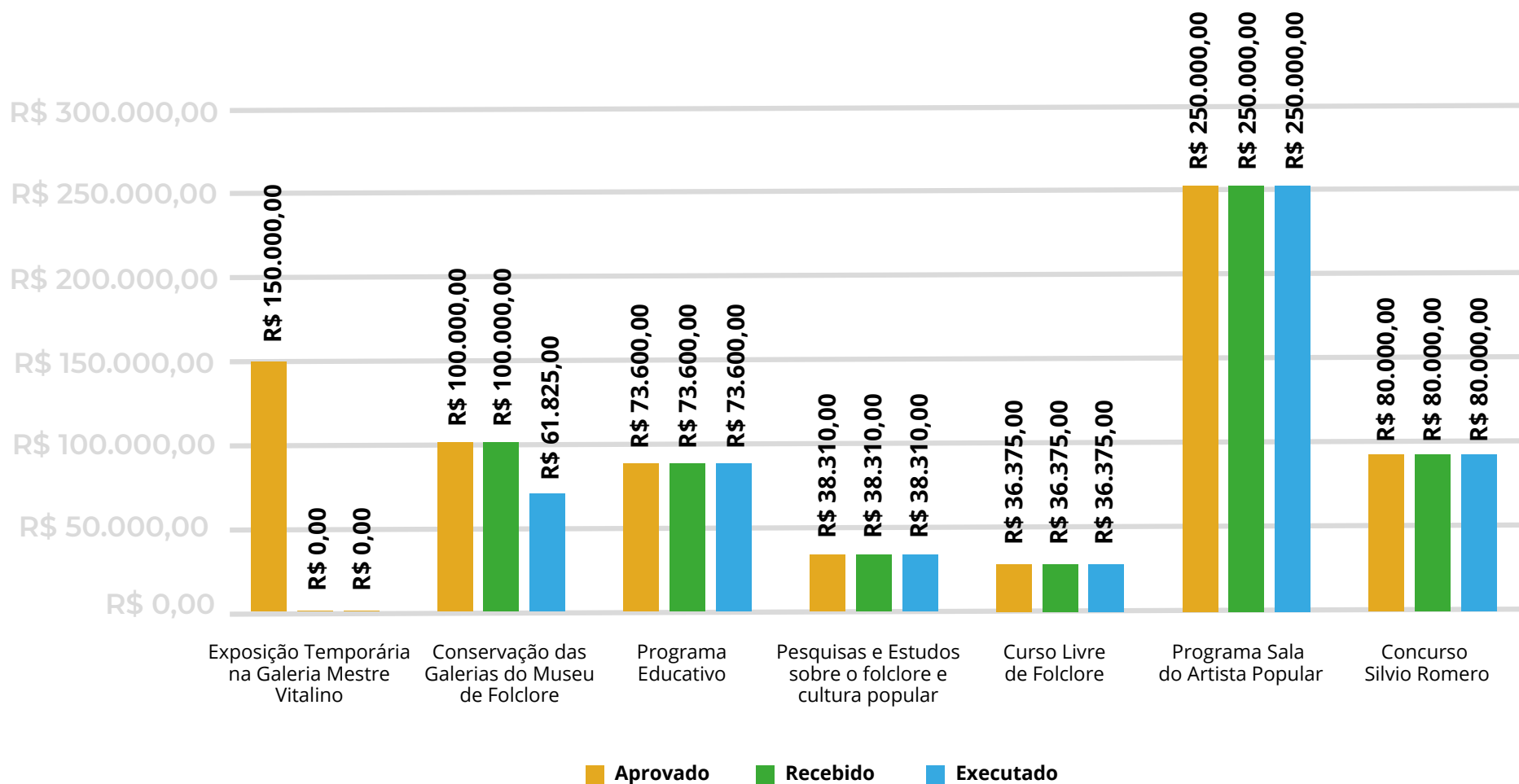
Gráfico 4.3.15 Alcance de Público e Publicações – em números



Alcance 2020 - Visão Geral

- Exemplares de material sobre patrimônio produzidos
- Exemplares de material sobre patrimônio distribuídos
- Público SAP
- Público GALERIA MESTRE VITALINO
- Público MUSEU
- Público virtual

Gráfico 4.3.16 Execução Orçamentária das Ações do CNFCP



Fontes: Como fontes para redação deste documento, foram utilizados os Relatórios Anuais e as Planilhas de Monitoramento 2020, confeccionadas pelo CNFCP, bem como os sistemas SIGIPHAN e SIAFI, para consulta dos dados orçamentários.

9) Ações de preservação do patrimônio das cidades históricas

O ambicioso programa tem realizado vultosos investimentos para qualificar as cidades apostando no seu potencial transformador, buscando a recuperação e a revitalização, a restauração dos monumentos protegidos, o desenvolvimento econômico e social, o suporte às cadeias produtivas locais e contribuir com a promoção do patrimônio cultural. Entre os **principais objetivos do programa**, pode-se destacar:

- Ampliar a abrangência das ações e investimentos viabilizados pelos programas de requalificação urbana nas cidades históricas e garantir a continuidade do crescimento da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico do País.
- Fomentar instrumentos de recuperação de imóveis privados, investindo em edifícios e áreas públicas, considerando todos os seus usos, que dinamiza a vida nos centros históricos das cidades e eleva a autoestima da sociedade brasileira, integrando os cidadãos aos desafios da gestão do Patrimônio Cultural.
- Recuperação e a revitalização das cidades, a restauração de monumentos protegidos, o desenvolvimento econômico e social e dar suporte às cadeias produtivas locais, com promoção do patrimônio cultural.
- Preservar a riqueza material e simbólica das nossas cidades, onde os instrumentos utilizados no departamento incentivam a melhoria de vida das comunidades, por meio de ações de restauro, revitalização e requalificação de edifícios, praças e outros espaços públicos de convivência, monumentos e obras de arte integradas ou não. São obras que, transversalmente às demais políticas públicas, como a educação e o turismo, oferecem suporte para as cadeias produtivas locais por meio da valorização e promoção do Patrimônio Cultural, aliados ao fortalecimento da autoestima das populações locais e de todos os brasileiros.
- Desenvolver ações integradas para promoção econômica do Patrimônio Cultural, em particular para a atividade turística, atraindo para as cidades novos investimentos e parceiros.

9.1 Cidades Históricas – Geral

Ao longo de sua trajetória, o Iphan pactuou com as três esferas do governo e a sociedade civil conjuntos de ações estruturantes, que resultaram no Programa de Cidades Históricas (PCH), da década de 1970, voltado, inicialmente, à recuperação de conjuntos urbanos no Nordeste do Brasil. Em 1999, surgiu o Programa Monumenta com obras de restauro e requalificação urbana que impactaram 26 cidades brasileiras.

Em 2013 foi autorizado a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, dando origem ao Programa de Preservação das Cidades Históricas, que foi implantado em 44 cidades de 20 estados da federação. O investimento em obras de restauração é de R\$ 1,6 bilhão, destinado a 423 obras de restauração de edifícios e espaços públicos. Coube ao Departamento, a concepção do Programa para fase de implementação em cooperação com diversos co-executores, em especial os municípios, universidades e outras instituições federais, contando ainda com apoio técnico da Caixa e de estados da federação.

9.2 As principais categorias das ações são:

- Museus: **39 ações;**
- Instituições de ensino: **11 ações;**
- Igrejas: **88 ações;**
- Patrimônio Ferroviário: **24 ações;**
- Equipamentos Culturais: **115 ações;**
- Fortificações: **9 ações;**
- Requalificações Urbanísticas (Praças e Largos): **84 ações;**
- Outras: **53 ações.**

9.3 Situação Atual Jan – 2021

- 105 ações concluídas
- 73 ações em execução de obra física
- 245 ações em desenvolvimento / contratação
- R\$ 643 milhões investidos

9.4 Instrumentos

O Departamento atua com os seguintes instrumentos: o Programa de Preservação das Cidades Históricas, o Fundo dos Direitos Difusos (Ministério da Justiça), Pronac e Emendas Parlamentares.

Mapa - Cidades Atendidas (Cidades Históricas e Direitos Difusos)



Manaus
Belém
São Luís
Parnaíba
Sobral
Fortaleza
Aracati
Fernando de Noronha
Natal
João Pessoa
Olinda
Recife
Marechal Deodoro
Penedo
Aracaju
São Cristóvão
Santo Amaro
Salvador
Maragogipe
Itaparica
Goiás
Cuiabá
Goiânia
Diamantina
Serro

Belo Horizonte
Sabará
Ouro Preto
Mariana
Congonhas
São João Del Rei
Vassouras
São Paulo
Rio de Janeiro
Santo André
São Luiz do Paratinga
Antonina
Florianópolis
Laguna
São Miguel das Missões
Porto Alegre
Pelotas
Jaguarão

A seguir, apresentamos as tabelas de obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas iniciadas, finalizadas e em execução de 2020:

Tabela 4.3.6 Obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas Iniciadas em 2020

Nº	UF	Município	Descrição da intervenção	Contratado
01	AL	Marechal Deodoro	Requalificação do Largo da Igreja da Matriz - Implantação do Cabeamento Subterrâneo	1.360.321,08
02	MG	Diamantina	Requalificação urbanística do Largo Dom João e Praça Sagrado Coração de Jesus	8.477.307,77
03	MS	Corumbá	Restauração do casarão do ILA - Instituto Luiz de Albuquerque	3.249.080,60
04	MT	Cuiabá	Restauração do Casarão Irmã Dulce - IPHAN - serviços emergenciais de escoramento e estabilização	75.416,09
05	PE	Recife	Restauração da Igreja de São Pedro dos Clérigos	4.110.272,88
06	PE	Recife	Obra de Cobertura da Igreja São José do Ribamar	971.173,11
07	RJ	Vassouras	Restauração da antiga Casa do Barão de Vassouras (c. 1850) - Casa do Patrimônio e sede do IPHAN	8.965.700,32
08	RS	São Miguel das Missões	Requalificação urbanística do entorno do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo.	12.356.380,69

Fonte: DPE

Tabela 4.3.7 Obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas Finalizadas em 2020

Nº	UF	Município	Descrição da intervenção	Contratado	Data da Entrega
01	AL	Marechal Deodoro	Requalificação do Largo da Igreja Nosso Senhor do Bonfim	6.145.196,88	14/08/2020
02	AM	Manaus	Requalificação urbanística da Praça D. Pedro II - Chafariz e Coreto, drenagem, irrigação, pavimentação, sinalização, mobiliário urbano e paisagismo	1.443.983,47	12/08/2020
03	AM	Manaus	Restauração do Casarão da Biblioteca Municipal	2.423.985,68	19/05/2020
04	AM	Manaus	Restauração da Antiga Câmara Municipal	5.973.331,73	18/11/2020
05	AM	Manaus	Restauração do Antigo Hotel Cassina - implantação do Centro da Inovação	8.749.364,25	18/11/2020
06	BA	Santo Amaro	Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia	6.439.810,25	09/12/2020
07	BA	Santo Amaro	Restauração do Arquivo Público	5.462.681,60	09/12/2020
08	BA	Santo Amaro	Restauração da Igreja do Amparo São Miguel Arcanjo.	5.090.498,08	09/12/2020
09	BA	Salvador	Recuperação e requalificação das muralhas da encosta do Centro Histórico de Salvador (Frontispício)São Miguel Arcanjo.	4.568.759,25	09/11/2020

Fonte: DPE

Nº	UF	Município	Descrição da intervenção	Contratado	Data da Entrega
10	MA	São Luís	Implantação da Praça das Mercês	6.100.000,00	22/12/2020
11	MG	Diamantina	Restauração do Casarão dos Orlandi - Escola de arte e orquestra sinfônica	3.166.240,15	18/09/2020
12	PA	Belém	Restauração do Revitalização da Feira Ver-o-Peso (Restauração e Conservação do Solar da Beira e Quiosque contíguo) da Biblioteca Municipal	2.687.372,70	02/12/2020
13	RN	Natal	Restauração do Antigo Armazém Real da Capitania - Casa do Patrimônio	420.894,88	08/09/2020
14	SC	Florianópolis	Restauração da Ala Sul do Mercado Público Municipal - requalificação urbana do entorno (Largo da Alfândega)	9.556.196,40	08/02/2020
15	SC	Laguna	Etapas finais da restauração do Casarão do Clube União Operária e anexo	728.418,85	31/07/2020
16	SC	Laguna	Restauração do Sobrado da Sociedade Musical Carlos Gomes	760.875,51	10/06/2020
17	C	Laguna	Restauração do Casarão do Clube Blondin São Miguel Arcanjo.	1.454.569,20	15/12/2020

Fonte: DPE

Tabela 4.3.8 Obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas em Execução

Nº	UF	Município	Descrição da intervenção	Contratado
01	AL	Penedo	Requalificação urbanística do Largo de S. Gonçalo - Implantação do Cabeamento Subterrâneo	2.272.751,21
02	AL	Marechal Deodoro	Requalificação do Largo da Igreja da Matriz - Implantação do Cabeamento Subterrâneo	1.360.321,08
03	AL	Marechal Deodoro	Restauração da Igreja do Amparo - Implantação de uma Biblioteca Pública (FDD)	1.344.740,17
04	AL	Marechal Deodoro	Restauração da Igreja de N.S. do Rosário	1.496.203,46
05	BA	Itaparica	Restauração da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	7.515.317,34
06	BA	Itaparica	Restauração da Biblioteca Juracy Magalhães Júnior (FDD)	5.927.761,00
07	BA	Maragogipe	Restauração da Igreja Matriz de S. Bartolomeu	9.719.241,91
08	BA	Maragogipe	Restauração do Casarão da Filarmônica Terpcícore Popular (FDD)	3.163.554,49
09	BA	Salvador	Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Saúde e Glória	8.032.692,65
10	BA	Salvador	Restauração e implantação da biblioteca Anísio Teixeira (FDD)	7.501.465,86

Fonte: DPE

Nº	UF	Município	Descrição da intervenção	Contratado
11	BA	Salvador	Recuperação do Elevador do Taboão	3.740.057,35
12	BA	Salvador	Requalificação das edificações localizadas nos arcos da Montanha	3.458.407,91
13	CE	Aracati	Restauração da Igreja do Nosso Senhor do Bonfim e os bens integrados	2.317.560,28
14	CE	Sobral	Restauração do Palacete Chagas Barreto - apoio ao Teatro São José	1.126.328,80
15	CE	Sobral	Restauração do Abrigo Sagrado Coração de Jesus	2.926.808,29
16	CE	Sobral	Restauração do Teatro Apolo - implantação do Instituto de Urbanismo de Sobral	245.870,77
17	CE	Sobral	Requalificação da Praça do Menino Deus	102.108,57
18	CE	Sobral	Restauração do Museu Dom José	2.035.905,39
19	CE	Sobral	Restauração da Igreja do Menino Deus	908.229,99
20	MA	São Luís	Restauração do Sobrado da Av. Pedro II, 199/205 - Junta Comercial	3.564.654,65
21	MA	São Luís	Restauração do sobrado do Centro Artístico Operário	1.785.331,19

Fonte: DPE

Nº	UF	Município	Descrição da intervenção	Contratado
22	MA	São Luís	Restauração do imóvel da R. 14 de Julho - Teatro Tablado - UFMA	2.281.690,82
23	MA	São Luís	Restauração do Sobrado R. Nazaré, 58 - Centro Educacional Guaxenduba	934.369,01
24	MA	São Luís	Restauração do Palácio das Lágrimas - UFMA - Palácio da Ciência	2.234.432,54
25	MA	São Luís	Restauração da Estação Ferroviária - Centro Cultural	7.500.000,00
26	MG	Congonhas	Restauração e requalificação do edifício da Romaria – Teatro Dom Silvério Gomes Pimento	13.731.532,30
27	MG	Diamantina	Requalificação urbanística do Largo Dom João e Praça Sagrado Coração de Jesus	8.477.307,77
28	MG	Mariana	Restauração da Igreja de São Francisco de Assis e da Casa do Conde de Assumar - implantação do museu do Imaginário	14.600.000,00
29	MG	Mariana	Restauração da Catedral da Sé de N. S. da Assunção e da Casa Capitular - Museu de Arte Sacra - Etapa Final	7.262.594,48
30	MG	Mariana	Restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e implantação do Museu Vieira Servas - Etapa Final	2.182.110,93
31	MG	Mariana	Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia - Câmara de Vereadores	1.809.591,85
32	MG	Sabará	Restauração do Sobrado da Prefeitura	4.656.858,06

Fonte: DPE

Nº	UF	Município	Descrição da intervenção	Contratado
33	MG	São João del Rei	Restauração das Pontes de Pedra da Cadeia e do Rosário	499.086,88
34	MG	São João del Rei	Restauração da Pontes de Ferro do Teatro e da Estação	785.833,40
35	MG	Ouro Preto	Restauração da Igreja Matriz de N. S. da Conceição Antônio Dias - Bens Integrados - Etapa Final	5.394.311,40
36	MS	Corumbá	Requalificação urbanística na ligação da parte alta e parte baixa da cidade - implantação de passarela	1.800.000,00
37	MS	Corumbá	Restauração da Igreja Nossa Senhora da Candelária	1.798.453,02
38	MS	Corumbá	Restauração do prédio do antigo Hotel Internacional	2.049.720,34
39	MS	Corumbá	Restauração do casarão do ILA - Instituto Luiz de Albuquerque	3.249.080,60
40	MT	Cuiabá	Restauração do Casarão de Bém-Bém - Escola de Música	2.150.648,25
41	MT	Cuiabá	Restauração do Casarão R. Sete de Setembro - Casa do Patrimônio	474.250,30
42	MT	Cuiabá	Restauração do Casarão a R. Pedro Celestino, 79 - Escritório de Gestão do Centro Histórico	576.593,03
43	MT	Cuiabá	Restauração do Casarão a R. Pedro Celestino, 16, esquina com a Rua Campo Grande - Creche	662.652,00

Fonte: DPE

Nº	UF	Município	Descrição da intervenção	Contratado
44	MT	Cuiabá	Restauração do Casarão a R. Pedro Celestino, s/n - Posto Municipal de Apoio à Polícia Militar	664.470,00
45	MT	Cuiabá	Restauração do Casarão da FUNAI	535.797,00
46	PB	João Pessoa	Restauração do antigo Conventinho - Casa das Artes	3.137.821,54
47	PB	João Pessoa	Restauração da Antiga Casa dos Contos e Residência do Capitão-mór - Centro de Documentação e Sede do IPHAN	1.668.215,67
48	PB	João Pessoa	Revitalização do Antigo Porto do Capim - Requalificação das Vias de Acesso a Arena de Eventos e Cultura	5.059.053,80
49	PB	João Pessoa	Revitalização do Antigo Porto do Capim - Implantação do Parque Ecológico do Rio Sanhauá	11.611.392,29
50	PE	Olinda	Restauração da Igreja de São Pedro	1.468.253,24
51	PE	Recife	Restauração da Igreja da Conceição dos Militares - Etapa final	14.405.122,01
52	PE	Recife	Restauração do Sobrado da Madalena - Museu da Abolição (FDD)	6.842.456,82
53	PE	Recife	Restauração da Igreja de São Pedro dos Clérigos - Etapa Final	4.110.272,88
54	PE	Recife	Obra de Cobertura da Igreja São José do Ribamar	971.173,11

Fonte: DPE

Nº	UF	Município	Descrição da intervenção	Contratado
55	PR	Antonina	Restauração do Armazém Macedo e Barracão Anexo	7.313.133,61
56	RJ	Rio de Janeiro	Restauração do Palácio Gustavo Capanema - Centro Lúcio Costa - Conservação e Modernização das Instalações - Etapa Final	59.892.930,51
57	RJ	Rio de Janeiro	Restauração da Antiga Sede das Docas - Av. Rio Branco, 46 - IPHAN (FDD)	12.967.660,73
58	RJ	Rio de Janeiro	Restauração do Museu Nacional de Belas Artes - Fachadas; cúpulas, Terraços, claraboias e implantação dos sistemas de segurança contra incêndio (FDD)	14.894.597,94
59	RJ	Vassouras	Restauração do antigo Fórum na Casa do Barão do Ribeirão (1860) - Centro de Memória Documental (Arquivo Público Municipal) e Biblioteca Maurício de Lacerda	5.795.224,79
60	RJ	Vassouras	Restauração da antiga Casa do Barão de Vassouras (c. 1850) - Casa do Patrimônio e sede do IPHAN	8.965.700,32
61	RN	Natal	Requalificação das Praças do Centro Histórico	7.641.444,36
62	RN	Natal	Restauração do Casarão do Arquivo Arquidiocesano	1.446.223,16
63	RS	Porto Alegre	Requalificação da Praça da Matriz	2.396.685,84
64	RS	Porto Alegre	Restauração do Museu de Arte do Rio Grande do Sul - climatização geral e restauração da cobertura e torreões (FDD)	4.779.896,62
65	RS	Pelotas	Restauração do Theatro Sete de Abril	6.083.997,61

Fonte: DPE

Nº	UF	Município	Descrição da intervenção	Contratado
66	RS	Pelotas	Etapa final da obra do Antigo Grande Hotel	8.741.500,00
67	RS	São Miguel das Missões	Requalificação urbanística do entorno do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo - Etapa Final	15.949.489,34
68	SC	Florianópolis	Restauração da Antiga Alfândega - instalação da Casa do Patrimônio	5.460.332,26
69	SC	Florianópolis	Restauração da Fortaleza de Santana do Estreito (FDD)	1.811.570,93
70	SC	Florianópolis	Restauração da Fortaleza de São José da Ponta Grossa (FDD)	6.260.539,06
71	SC	Florianópolis	Restauração da Fortaleza de Santo Antônio de Ratones (FDD)	5.747.591,96
72	SC	Laguna	Requalificação Urbanística do Centro Histórico - 1a. Etapa - R Raulino Horn e Largo do Rosário (PARALISADA)	8.248.391,84
73	SC	Laguna	Restauração da Antiga Estação Ferroviária e agenciamento do entorno (FDD)	2.424.515,51
74	SC	Laguna	Restauração do Casarão da Sociedade Recreativa Clube Congresso (FDD)	1.163.833,68
75	SP	Iguape	Restauração do Sobrado dos Toledos - Atendimento ao Turista	5.657.927,14
76	SP	Iguape	Restauração do Sobrado do Paço Municipal	5.996.104,00
77	SP	São Luiz do Paraitinga	Requalificação urbanística da margem do Rio Paraitinga no trecho da Rua do Carvalho - Rua da Música	1.000.000,00
78	SP	São Luiz do Paraitinga	Requalificação urbanística do centro histórico - 2ª fase -R Monsenhor Ignácio Gióia, Cel. Domingues de Castro e R Cônego Costa Bueno	2.000.000,00
TOTAL				408.769.748,91

Fonte: DPE

4.3.1 - Gestão Orçamentária e Financeira

Pela Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi contemplado inicialmente com a dotação de R\$ 321.109.895,00, dos quais R\$ 179.598.374,00 foram para Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 6.535.127,00 para Benefícios Obrigatórios e Assistenciais, e R\$ 134.976.394,00 para despesas discricionárias. Após suas recomposições e alterações, a dotação atualizada total ficou em R\$ 369.343.308,00, a qual será discriminada nos gráficos e tabelas elencados adiante.

Além dos créditos originariamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020, supracitada, acrescenta-se o montante de R\$ 34.970.788,22, relativo a recursos recebidos através de repasses das outras Unidades Executoras (UGs):

- I.** Fundo de Defesa dos Direitos Difusos: R\$ 12.851.983,15;
- II.** Ministério do Turismo: R\$ 8.935.820,90;
- III.** Ministério da Cidadania: R\$ 4.169.983,05;
- IV.** Fundação Biblioteca Nacional: R\$ R\$ 3.105.993,54;
- V.** Fundação Nacional das Artes: R\$ 3.315.419,43;
- VI.** Ministério da Economia: R\$ 800.000,00;
- VII.** Fundo Nacional de Cultura: 672.000,00;
- VIII.** Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes: 660.000,00;
- IX.** Outras: R\$ 459.588,15.

Cumprе salientar que, por constituírem orçamentos de outros órgãos e entidades, o detalhamento financeiro-orçamentário dos valores informados no parágrafo anterior será realizado nas prestações de contas anuais de seus respectivos responsáveis.

Ressalta-se que os valores constantes da LOA (dotação atual), somados aos créditos recebidos por meio dos destaques acima descritos, perfazem o montante de R\$ 404.314.096,22.

No que concerne à execução do orçamento próprio autorizado em lei, no exercício de 2020 foi empenhado o total de R\$ 353.401.153,90, liquidado o montante de R\$ 303.720.937,82, e pagas as despesas no valor de R\$ 286.394.916,06.

Os recursos ora mencionados foram direcionados ao pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção administrativa institucional e atividades finalísticas.

Em linhas gerais, observa-se na tabela de “Despesas por Grupo e Elemento de Despesas” que as demandas com Locação de Mão de Obra, Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, bem como Outras Despesas Correntes, no exercício de 2020, obtiveram singela diminuição quando comparadas aos montantes empenhados em 2019. A diminuição percentual dessas demandas pode ser justificada pelos efeitos da Pande-mia de Covid-19, uma vez que as unidades físicas do Instituto tiveram o seu uso reduzido e o seu funcionamento pertence, em grande parte, a essas categorias de despesa.

Nesta mesma seara, observa-se também que houve expressiva redução nos valores empenhados em Investimentos, comparando-se os dois últimos exercícios financeiros. Todavia, como é perceptível no gráfico Execução 2020, as dotações autorizadas para o órgão no ano passado também foram menores.

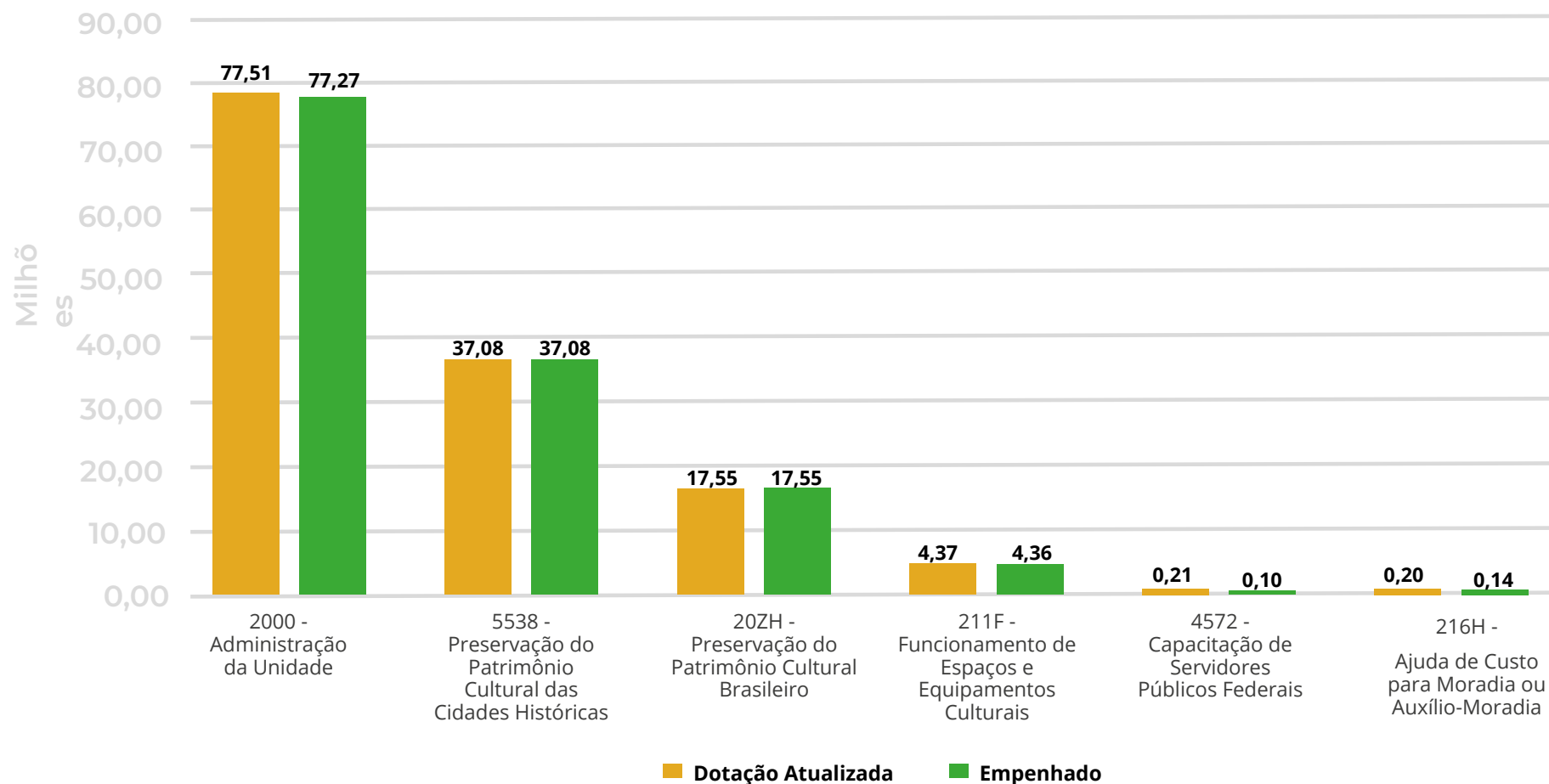
Em que pese o contexto da pandemia mundial vivido no exercício anterior, o Instituto obteve êxito em empenhar aproximadamente 100 % das quatro principais ações discricionárias, são elas:

- 5538 - Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas: 100%
- 20ZH (RP8 e RP9) - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro: 100%
- 2000 - Administração da Unidade: 100%
- 211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais: 100%

É relevante destacar que foi destinado a esta autarquia, em 2020, o montante de **R\$ 10.637.000,00** (dotação atual) relativos a Emendas Parlamentares Individuais. Deste valor, foram empenhados R\$ 6.777.432,00, o que representa aproximadamente 64% do montante destinado ao órgão no Resultado Primário 6.

Tabela 4.3.1.1 Execução 2020 por Ação – Despesas Discricionárias

Ação (somente Despesas Discricionárias)	Dotação Atualizada	Empenhado
2000 - Administração da Unidade	77.505.742,00	77.271.525,06
5538 - Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas	37.075.864,00	37.075.856,46
20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	17.550.352,00	17.549.671,03
211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	4.368.780,00	4.361.727,30
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais	210.000,00	103.855,93
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia	203.890,00	139.523,31
TOTAL	136.914.628,00	136.502.159,09

Gráfico 4.3.1.1 Execução 2020 por Ação – Despesas Discrecionárias

Maiores detalhes e informações acerca do orçamento público destinado a esta autarquia e aos demais órgãos do Governo Federal podem ser obtidos pelos sítios eletrônicos abaixo e sem a necessidade de cadastramento prévio:

<https://www1.siop.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico>

<http://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento>

<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>

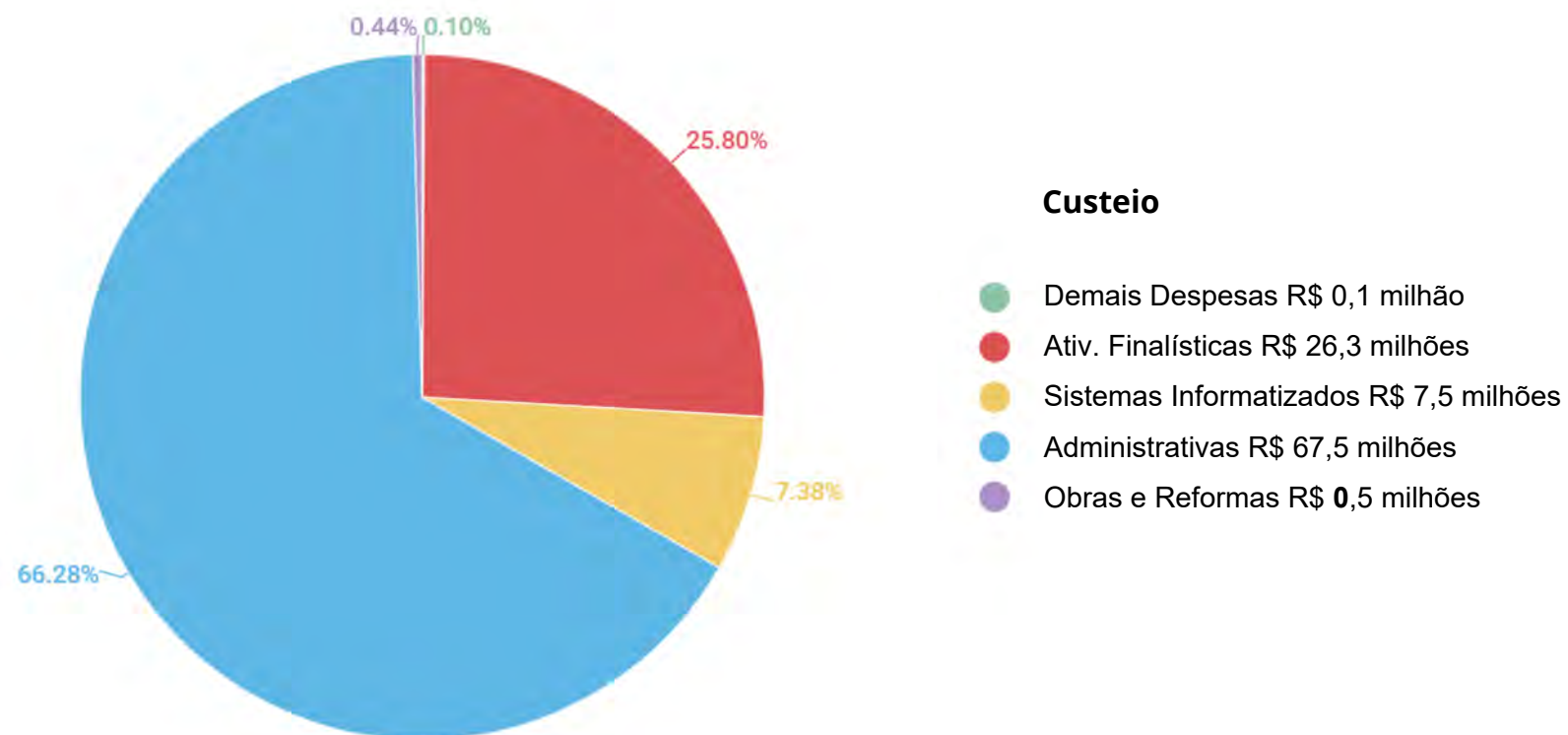
Gráfico 4.3.1.2 Despesas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Custeio

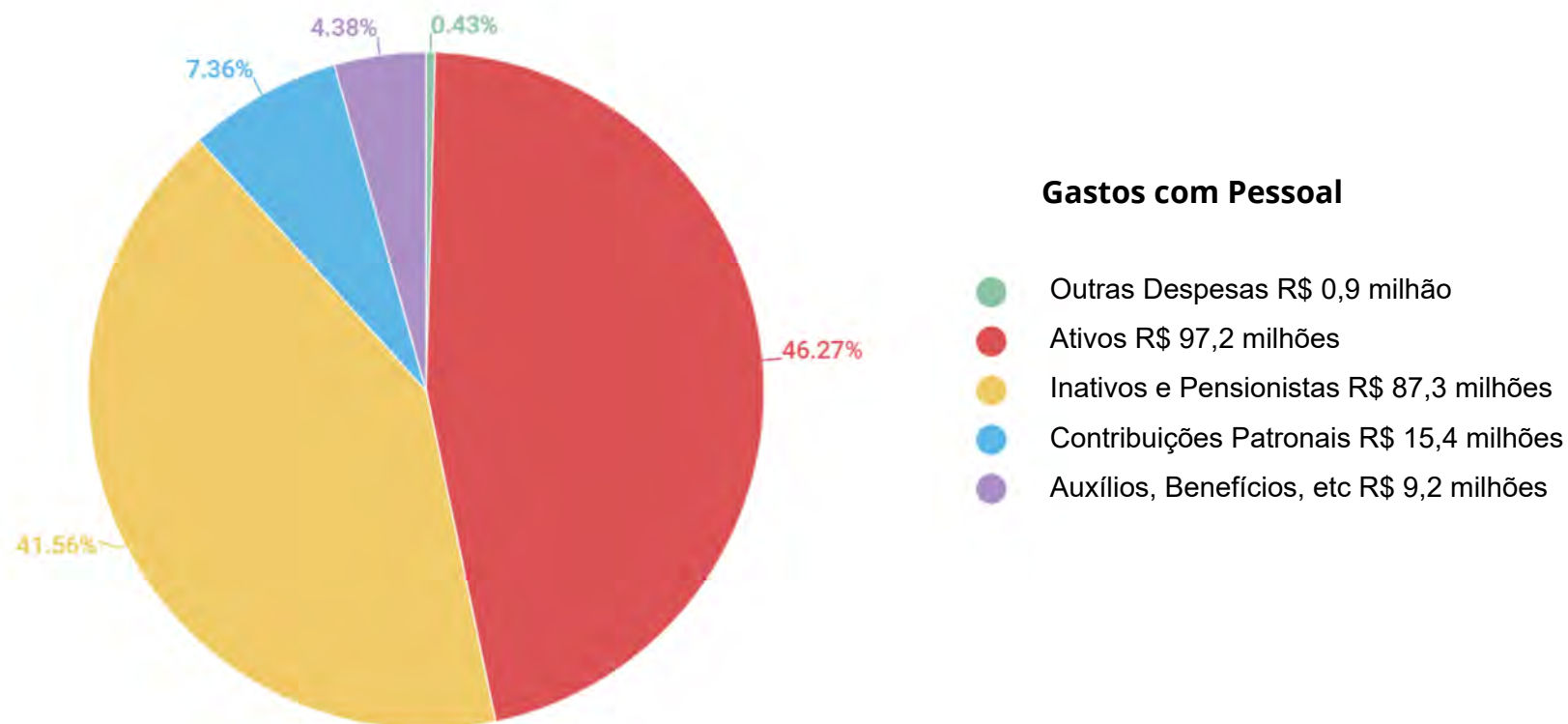
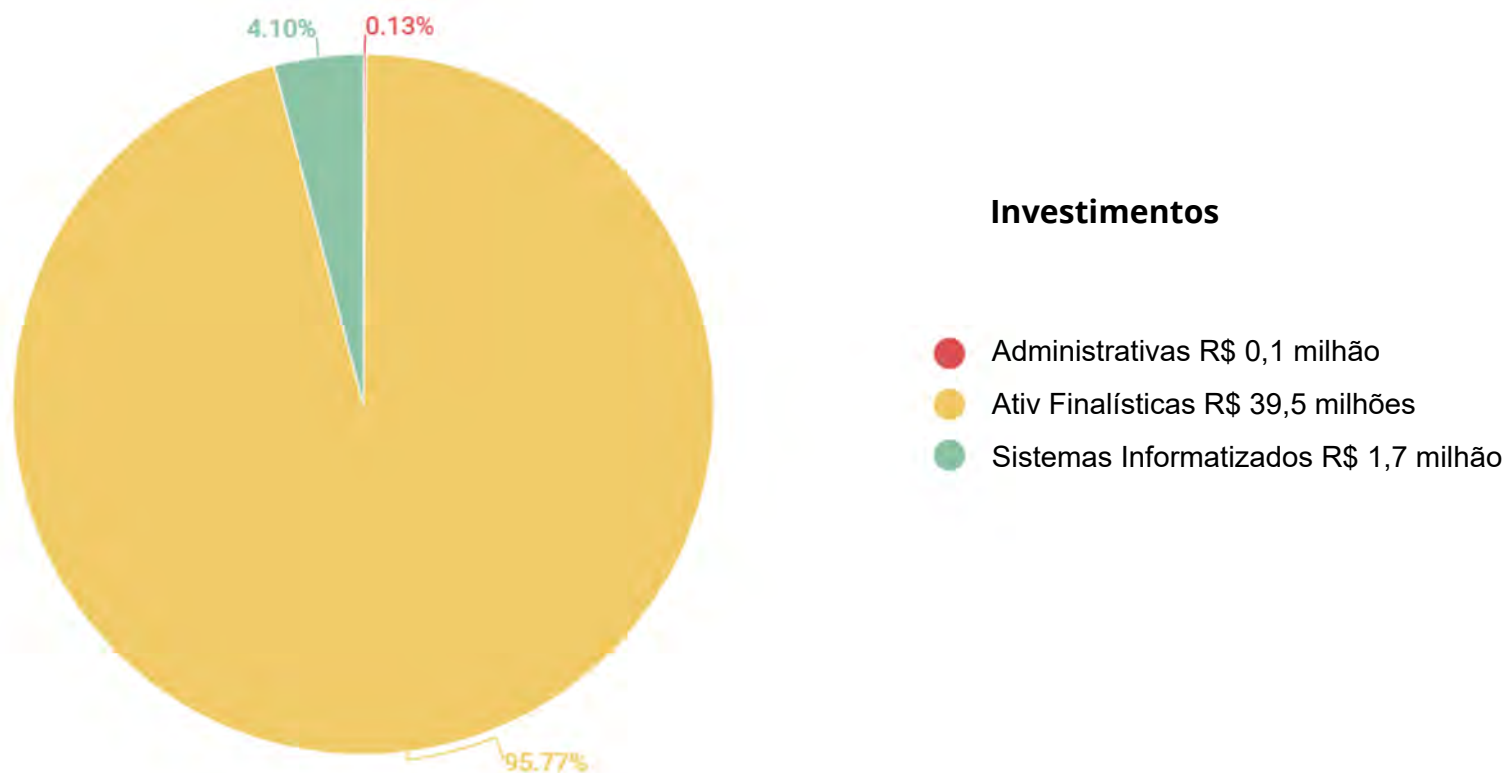
Gráfico 4.3.1.3 Despesas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Gastos com Pessoal

Gráfico 4.3.1.4 Despesas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Investimentos

4.3.2 - Gestão de Pessoas

Ações de Capacitação/Desenvolvimento

Em 2020 foram registradas duas capacitações na modalidade presencial e 23 (vinte e três) cursos realizados na modalidade online, atendendo várias das necessidades levantadas pelos servidores.

Nesse cenário, destaque-se o curso da APG Virtual – Programa de Gestão Avançada Amana-Key (2020NE800558) - destinada a capacitar líderes, gestores ou tomadores de decisão em geral. A ação foi realizada nos dias 16 e 17 de dezembro de 2020 com a participação de 21 servidores.

Afastamentos para Cursar Pós-Graduação Stricto Sensu

Em 2020, 13 (treze) servidores estiveram afastados para participar de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil e no exterior, em conformidade com os arts. 95 e 96-A da Lei 8.112, de 1990. Desses servidores, 1 (um) cursou Mestrado e 12 (doze) Doutorado. Além disso, 8 (oito) afastamentos foram finalizados em 2020 e 5 (cinco) afastamentos ainda estão em vigência.

Licença para Capacitação

Além dos afastamentos mencionados acima, em 2020, 10 (dez) servidores se afastaram do exercício do cargo efetivo com a respectiva remuneração por até 3 (três) meses para participação de curso ou conjunto de cursos de capacitação profissional na modalidades presenciais ou à distância, elaboração de dissertação de mestrado, tese de doutorado e aprendizado de língua estrangeira, em consonância com o art. 87 da Lei nº 8.112 de 1990, o Decreto nº 9.991/2019 e a IN ME nº 201/2019.

Afastamentos do País

Em 2020, 1 (um) servidor teve seu afastamento prorrogado com o objetivo de concluir o Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em parceria com a Universidade de Birmingham City, Reino Unido, bem como viabilizar a apresentação de trabalho aprovado no Congresso do International Seminar of Urban Form Hispanico, no qual foi realizado em formato Webinar (seminário através da web/videoconferência). A prorrogação do afastamento não gerou qualquer ônus adicional para o Iphan.

Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC:

No ano de 2020, o IPHAN autorizou 1 (um) servidor a atuar como instrutor e em curso de aperfeiçoamento/desenvolvimento em outro órgão da administração pública federal por intermédio da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC, respeitando-se o disposto no Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, bem como a Portaria IPHAN nº 422, de 2 de outubro de 2015.

Centro Lúcio Costa

O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP/MP), sob a gestão do Centro Lúcio Costa (CLC), prioriza a pesquisa aplicada voltada para a missão institucional desta autarquia. Em complemento, desenvolve também atividades de capacitação voltadas para o corpo funcional do IPHAN, visando potencializar conhecimentos técnicos, administrativos e legais necessários ao desempenho dos trabalhos do corpo técnico da autarquia.

Resumidamente, seguem as informações referentes à capacitação de alunos externos (bolsistas) e servidores (do IPHAN e servidores públicos de outras instituições federais, estaduais e municipais).

Tabela 4.3.2.1 Áreas Temáticas dos Afastamentos para Cursar Pós-Graduação em 2019/2020

Áreas Temáticas dos Afastamentos para Cursar Pós-Graduação em 2019/2020	Nº
Alunos Externos matriculados (1 estrangeiro)	58
Alunos do IPHAN matriculados	16
Alunos servidores externo matriculados	19
Alunos externos titulados (1 estrangeiro)	16
Alunos servidores do IPHAN titulados	04
Alunos servidores externos titulados	01
Disciplinas oferecidas na modalidade Ensino Remoto Emergencial	13
Bancas de defesa por streaming	19
Fonte: CLC	

Ao todo, foram realizadas 36 (trinta e seis) novas ações de capacitação/desenvolvimento no IPHAN, com ônus ou ônus limitado, sendo 61 servidores capacitados no total de janeiro a dezembro de 2020, chegando a 11,57% da meta estipulada (527 servidores).

Tabela 4.3.2.2 Resumo de Ações de Capacitação/Desenvolvimento em 2020

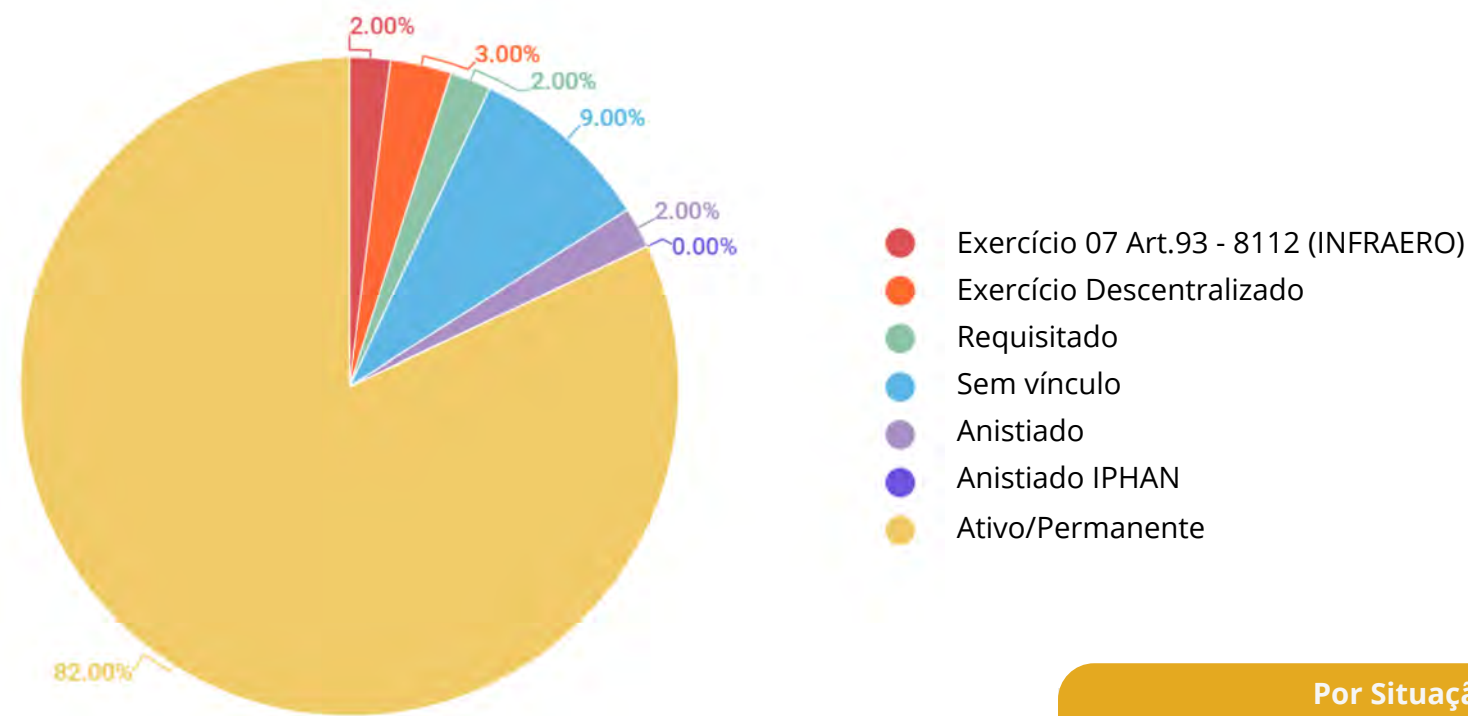
Resumo de Ações de Capacitação/Desenvolvimento em 2020
Realizou duas autorizações para servidores participarem de cursos de curta duração, sendo 2 (dois) na modalidade presencial e 23 (vinte e três) online.
Possui atualmente 5 (cinco) servidores afastamentos para participar de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no País.
Concedeu Licença para Capacitação a 10 (dez) servidores
Autorizou 1 (um) prorrogação de afastamentos do País
Autorizou 1 (um) servidor a atuar como instrutor em curso de aperfeiçoamento/desenvolvimento em outro órgão da administração pública federal
Fonte: COGEP/DPA

De acordo com o Decreto nº 9.021 de 31 de março de 2017, a tabela seguinte apresenta o Demonstrativo de ocupação de Cargo em Comissão em 2020.

Tabela 4.3.2.3 Demonstrativo de ocupação de cargo em comissão

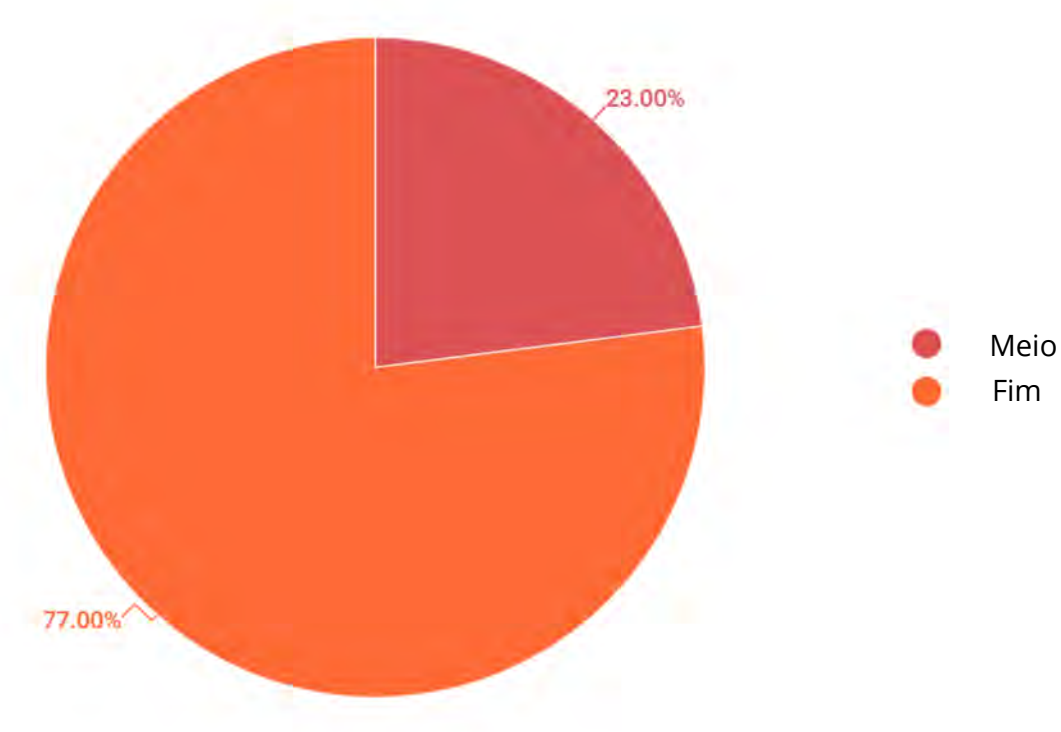
Demonstrativo de ocupação de cargo em comissão decreto nº 9.021 de 31 de março de 2017								
Cód. Cargo	Qtd. Prevista para Nomeação	Vagos	Ocupação - Servidor Efetivo			Ocupação - Servidor sem vínculo		
			Qtd. Autorizada	Ocupação Atual	%	Qtd. Autorizada	Ocupação Atual	%
DAS-6	1	0	1(mínimo de 60%)	1	100,00%	0(até 60%)	0	0,00%
DAS-5	5	1	3(mínimo de 60%)	2	40,00%	2(até 60%)	2	40,00%
DAS-4	22	3	11(mínimo de 50%)	9	40,91%	11(a té 50%)	10	45,45%
DAS-3	60	13	30(mínimo de 50%)	16	26,67%	30(a té 50%)	31	51,67%
DAS-2	60	5	30(mínimo de 50%)	25	41,67%	30(a té 50%)	30	50,00%
DAS-1	35	11	18(mínimo de 50%)	7	20,00%	17(a té 50%)	17	48,57%
TOTAL	183	33	93	60		90	90	
Fonte: COGEP/DPA								

Gráfico 4.3.2.1 Situação Funcional



Por Situação Funcional	
Exercício 07 Art.93 - 8112 (INFRAERO)	22
Exercício Descentralizado	32
Requisitado	21
Sem vínculo	94
Anistiado	27
Anistiado IPHAN	02
Ativo/Permanente	913
Total Geral	1111

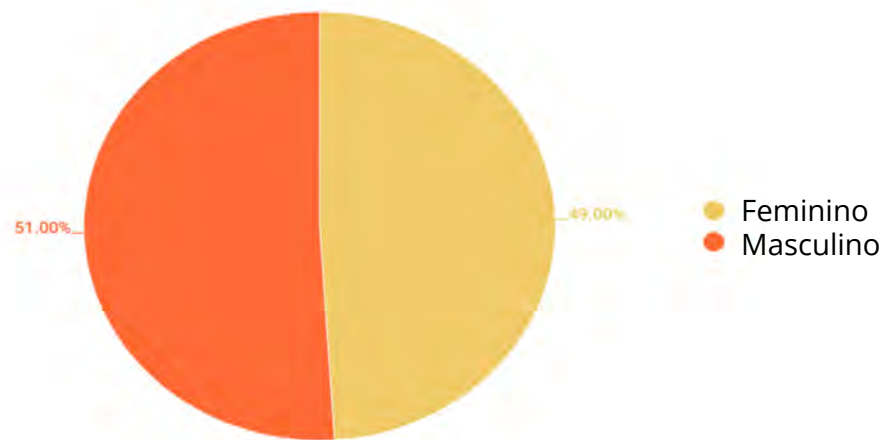
Gráfico 4.3.2.2 Área de Atuação



Cedido	44
Área de Atuação	
Fim	851
Meio	260
Total Geral	1111

* Não inclui cedido

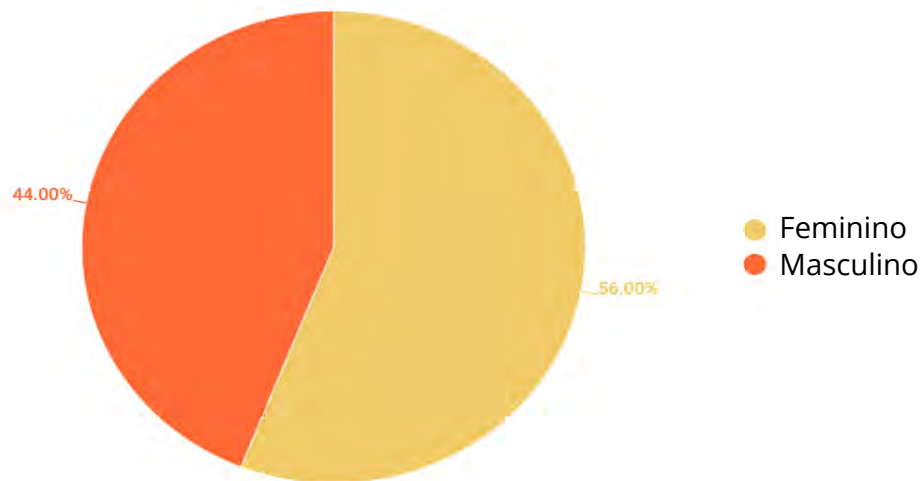
Gráfico 4.3.2.3 Contagem de Servidor - Força de Trabalho



Força de Trabalho	
Feminino	548
Masculino	563
Total Geral	1111

* Não inclui cedido

Gráfico 4.3.2.4 Contagem de Servidor - Cargo em Comissão - Função Comissionada



Cargo em Comissão - Função Comissionada	
Feminino	105
Masculino	81
Total Geral	186

Aspectos importantes relacionados ao quadro de servidores

Em dezembro de 2019 o Iphan contava com 952 servidores ocupantes de cargo efetivos, 102 servidores ocupantes de DAS sem vínculo, 19 requisitados, 39 servidores com exercício descentralizado (ocupantes de carreiras específicas, tais como AGU e EPPGG), 30 empregados anistiados, 15 empregados da Infraero e 3 contratados temporários cujos contratos encerraram em abril de 2020, ou seja, um força de trabalho de 1.163 servidores e empregados públicos distribuídos em 27 Superintendências, 37 Escritórios Técnicos, 2 Parques Históricos Nacionais e na Administração Central em Brasília, para atender toda a gama de atribuições constitucionais e legais do Instituto.

A partir de abril de 2019 o IPHAN iniciou a contratação de novos servidores aprovados em concurso público, o que resultou em um aumento circunstancial da força de trabalho. Até janeiro de 2021, dos 411 cargos ofertados no concurso, 401 já haviam sido providos.

No sentido inverso, Entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020, 103 servidores se aposentaram. Atualmente, dos 957 (novecentos e cinquenta e sete) servidores ativos, 44 servidores estão em exercício em outros órgãos, 127 (cento e vinte e sete) estão em abono de permanência (13,27% dos servidores), isto é, aptos a se aposentarem no decorrer do ano de 2021.

Em abril de 2020 encerrou-se o último contrato temporário proveniente do Processo Seletivo Simplificado em 2013, para contratação temporária de 163 profissionais de nível superior para as áreas de Arqueologia, Arquitetura, Engenharia e Administração.

Necessário se faz esclarecer que apesar do provimento de 411 cargos de nível superior e de nível médio, os ingressos foram incapazes de minimizar ou sanar a necessidade de pessoal, considerando que a evasão do quadro de pessoal, entre os anos de 2019 e 2021, foi equivalente a 25% do quantitativo de ingresso, situação que obriga esta Autarquia a pleitear junto ao Ministério da Economia o provimento adicional dos candidatos aprovados e não convocados para os cargos efetivos objeto do concurso.

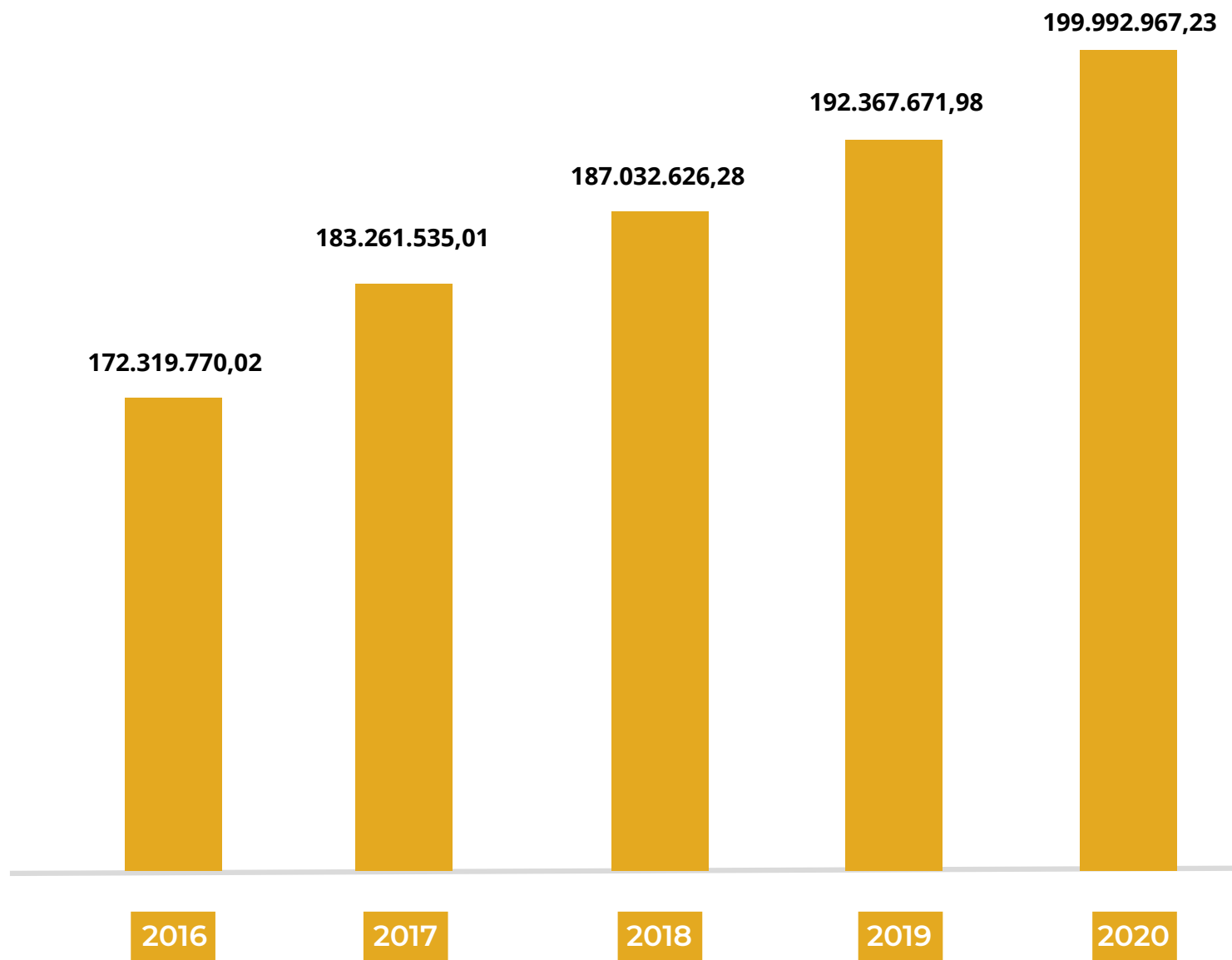
Gastos com pessoal em 2020

Tabela 4.3.2.4 Demonstrativo das Despesas com Pessoal - IPHAN 2020

Demonstrativo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais - IPHAN 2020	Ativo	Inativo	Pensionista
Aposentadorias do RPPS	-	72.707.339,65	-
Pensões do PRRS	-	-	14.500.494,59
Contrato Temporário	66.962,11	-	-
Vencimentos e Vantagens Fixas	88.021.427,71	-	-
Outras Despesas Variáveis	1.738.340,08	-	-
Sentenças Judiciais	52.60,3	112.95,05	5.72,6
Despesas de Exercícios Anteriores	31.963,94	425,57	-
Pessoal requisitado	6.026.953,10	-	-
Obrigações Patronais	16.728.132,04	-	-
TOTAL	112.666.639,61	72.820.260,27	14.506.067,35
TOTAL GERAL	199.992.967,23		

Tabela 4.3.2.5 Evolução dos Gastos com Pessoal

Evolução dos Gastos com Pessoal				
2016	2017	2018	2019	2020
172.319.770,02	183.261.535,01	187.032.626,28	192.357.671,98	199.992.967,23

Gráfico 4.3.2.5 Evolução dos Gastos com Pessoal - Valores Empenhados

Fonte: COGEP/DPA

Em relação ao ano de 2019, houve um acréscimo substancial nas despesas com pessoal em virtude do ingresso dos 411 novos servidores do concurso público/2018, cujo início das nomeações ocorreu a partir de maio/2019 e que tiveram seu primeiro ciclo de avaliação de desempenho com percepção da parte individual da GDAC a partir de março/20. Outra despesa que aumentou em virtude dessas nomeações foi o adicional de 1/3 constitucional decorrente do primeiro período aquisitivo das férias e gratificação natalina que passou a ser integral a partir de 2020.

Ao todo, durante o ano de 2020, ocorreram 16 aposentadorias, 11 concessões de abono de permanência e 10 concessões de pensão civil. Observa-se a diminuição de aposentados em relação aos 2 anos anteriores (2018 e 2019), reflexo da entrada em vigor da Emenda Constitucional N° 103/2019, que alterou substancialmente a forma de preencher os requisitos para a aposentadoria.

Estagiários

Em 2020, após a celebração do Quarto Termo Aditivo do contrato de estagiários, não houve reajuste contratual, permanecendo o valor mensal do contrato de cada estagiário em R\$ 1.251,57 (mil, duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e sete centavos), totalizando o valor anual de R\$ 15.018,84 (quinze mil, dezoito reais e oitenta e quatro centavos).

Nos anos de 2019 e 2020, foram gastos anualmente R\$ 1.298.109,08 (um milhão, duzentos e noventa e oito mil, cento e nove reais e oito centavos) e R\$ 737.497,46 (setecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos), respectivamente, com a contratação de estagiários no Iphan (somando-se a bolsa-estágio, o auxílio transporte e o recesso em pecúnia).

Em função de mudanças na legislação, o quadro de estagiários foi reduzido ao longo do exercício. Em 2020 este Instituto passou a contar com 93 (noventa e três) vagas de estágio, sendo 72 (setenta e duas) de nível superior e 21 (vinte e uma) de nível médio, divididas conforme a seguir:

Tabela 4.3.2.6 Estágio de nível médio e superior

Estágio de nível médio e superior		
Área	Nível Superior	Nível Médio
Finalística	181	48
Meio	20	07

Após as rescisões dos TCEs para o cumprimento do número de estagiários imposto pela IN nº 213/2019, observou-se uma diminuição na rotatividade, atribuída principalmente ao aumento do valor da bolsa-estágio e do auxílio transporte, consoante quadro abaixo:

Tabela 4.3.2.7 Carga horária e remuneração dos Estagiários

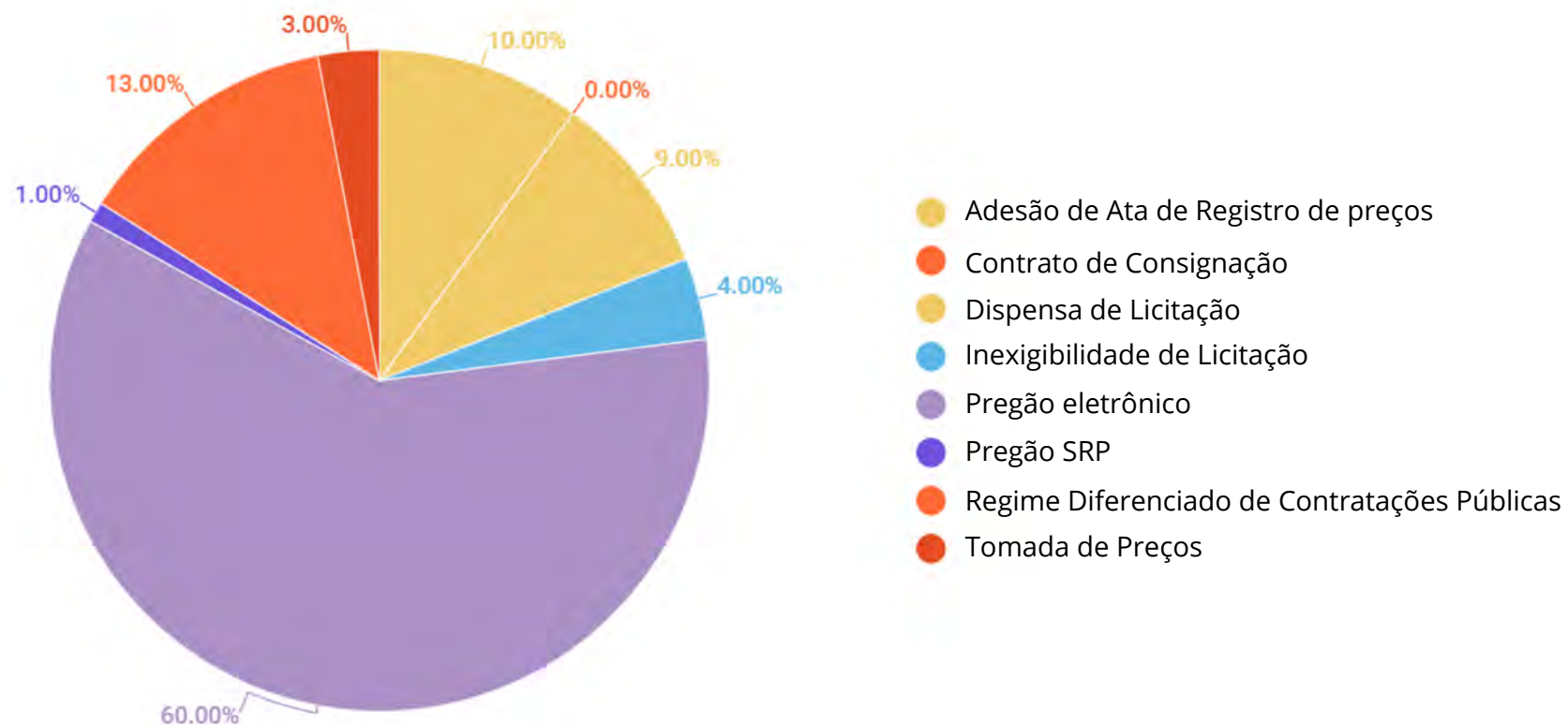
Nível	Carga Horária	Valor (antes da IN 213/2019)	Valor (após a IN 213/2019)
Superior	20h	R\$ 364,00	R\$ 787,98
	30h	R\$ 520,00	R\$ 1.125,69
Médio	20h	R\$ 203,00	R\$ 486,05
	30h	R\$ 290,00	R\$ 694,36
Auxílio transporte	Qualquer carga horária	R\$ 6,00	R\$ 10,00

4.3.3 - Gestão de Licitações e Contratos

Para atender às demandas administrativas de funcionamento da sede do IPHAN em Brasília uma quantidade enorme de contratos, nas mais diversas áreas, foram licitados, firmados e publicados ao longo do exercício de 2020. Abaixo segue um quadro resumo organizado por modalidade de licitação:

Tabela 4.3.3.1 Contratações 2020 IPHAN SEDE (UASG 343026)

Modalidade	Nº de Contrato	Valor (R\$)
Adesão de ata de registro de preços	08	9.008.474,47
Contrato de consignação	01	-
Cotação eletrônica	07	14.631,60
Dispensa de licitação	22	8.578.303,10
Inexigibilidade de licitação	11	3.397.033,35
Pregão eletrônico	50	54.885.295,78
Pregão srp	01	603.560,00
Regime diferenciado de contratações públicas	01	12.356.380,69
Tomada de preços	01	2.621.855,47
TOTAL	102	91.465.534,46

Gráfico 4.3.3.1 Porcentagem (%) de Contrato por Modalidade

2. Gestão de licitações

Tabela 4.3.3.2 Funcionamento Administrativo - Detalhamento

Funcionamento Administrativo - Detalhamento	
Locação de Imóveis	R\$ 16.944.720,00
Água e Energia	R\$ 525.362,20
Apoio Técnico-Administrativo	R\$10.203.397,48
Vigilância e Brigada	R\$ 1.635.457,00
Limpeza	R\$ 662.618,64
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	R\$ 888.584,01
Locação de Máquinas	R\$ 953.190,00
Passagens	R\$ 2.875.338,02
Outros (Telecomunicações, Material de Consumo e Demais Serviços)	R\$ 3.270.188,66

Principais contratações diretas

Tabela 4.3.3.3 Principais Tipos de Contratações Diretas

Finalidade	Objeto	Contratada	Valor
Contratação de remanescente de licitação	-	-	-
Tecnologia da Informação	-	-	-
Outros	Publicidade Legal	Empresa Brasil de Comunicação SA - EBC	R\$71.670,20
Outros	Fornecimento de Produtos e Serviços - Pacote de Serviços Ouro 3	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	R\$739.794,79
Outros	Curso de Capacitação APG - Virtual Programa de Gestão Avançada	Amana - Key Desenvolvimento e Educação LTDA	R\$55.000,00

Registramos que nas informações detalhadas acima contêm a totalização dos valores das contratações realizadas em 2020 (novos contratos, prorrogações, contratos repactuados e reajustados) no âmbito do IPHAN Sede.

As contratações diretas dizem respeito principalmente às pequenas aquisições de materiais por Cotação Eletrônica, assim como serviços pontuais que estejam dentro dos limites de dispensa de licitação permitidos em lei.

Existem as contratações diretas realizadas no escopo dos incisos III e seguintes do artigo 24 da Lei 8.666/93, conforme o caso, mas destacam-se as contratações emergenciais amparadas no Inc IV do Art 24 da Lei 8.666/93, relacionadas principalmente às medidas emergenciais protetivas aos bens acautelados pelo IPHAN, que estejam em risco de desmoronamento. Estas dispensas emergenciais são realizadas principalmente pelas Unidades Descentralizadas, às quais compete acompanhar os bens protegidos pelo IPHAN nos Estados e no Distrito Federal.

Há casos pontuais de inexigibilidades de licitação para as situações onde comprovadamente há inviabilidade de competição, dentro das hipóteses do artigo 25 e incisos. As Unidades Descentralizadas do IPHAN nos Estados e no Distrito Federal fazem maior uso de contratações diretas, sobretudo amparadas nos incisos I e II do Artigo 24 da Lei 8.666/93, especialmente as pequenas Unidades Gestoras, em razão dos valores pequenos das contratações.

Esses dados foram extraídos e podem ser consultados no portal compras do governo federal: <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia?orgao=20411>.

Informações relativas às transferências voluntárias de recursos

Tabela 4.3.3.4 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN					
UG/GESTÃO:	343026/40401					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no exercício		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Convênio	00	00	00	0,00	0,00	0,00
Termo de Colaboração	02	03	01	1.340.390,06	483.061,90	309.700,00
Contrato de Repasse	00	00	00	0,00	0,00	0,00
Termo de Execução Descentralizada	00	04	05	0,00	2.411.146,43	1.305.240,00
Termo de Compromisso	00	00	00	0,00	0,00	-
TOTAIS	02	07	06	1.340.390,06	2.894.208,33	1.614.940,00

Tabela 4.3.3.5 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Nome:	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN				
UG/GESTÃO:	343026/40401				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação /TED	Termo de Colaboração
Exercício do Relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	00	01	00
		Montante Repassado	R\$0,00	R\$80.000,00	R\$ 0,00
	Contas não Prestadas	Quantidade	00	00	00
		Montante Repassado	R\$0,00	R\$0,00	R\$ 0,00
Exercícios anteriores	Contas não Prestadas	Quantidade	00	00	00
		Montante Repassado	R\$0,00	R\$0,00	R\$ 0,00

Fonte: SICONV/SIAFI

Tabela 4.3.3.6 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente					
Nome:		Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN			
UG/GESTÃO:		343026/40401			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão			Instrumentos		
			Convênios	Termo de Cooperação /TED	Termo de Colaboração
2020	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	10	02	00
		Quantidade Reprovada	00	00	00
		Quantidade de TCE instauradas	00	00	00
		Montante repassado	R\$4.321.050,75	R\$487.869,00	R\$0,00
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	04	01	00
		Montante repassado	R\$ 1.949.769,92	R\$ 288.999,60	R\$ 0,00

Tabela 4.3.3.7 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente					
Nome:	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN				
UG/GESTÃO:	343026/40401				
Instrumento de Transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	00	00	00	00	04
Termo de Cooperação	00	00	00	00	00
Termo de Execução Descentralizada	00	00	00	00	01
Totais	00	00	00	00	00

Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos a médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as Unidades Prestadoras de Contas (UPC) que descentralizarem recursos.

Os montantes repassados nos exercícios de 2018, 2019 e 2020 foram de R\$ 1.614.940,00, R\$ 2.894.208,33 e R\$ 1.340.390,06, respectivamente. No exercício de 2018, houve uma redução nos valores de repasses federais, havendo um decréscimo de 5% em relação ao exercício anterior, no qual foram repassados o montante de R\$ 1.694.820,00, o que equivale a uma diminuição de R\$ 79.880,00. Apesar da queda nos valores de repasses, foram celebrados dois instrumentos a mais que o exercício anterior, totalizando seis instrumentos, sendo um Termo de Colaboração e cinco Termos de Execução Descentralizada.

No exercício de 2019, houve um aumento de 79% no volume de recursos transferidos. Isso se deve à celebração de um Termo de Execução Descentralizada no valor de R\$ 1.472.132,88, valor superior à média dos instrumentos celebrados no IPHAN/Sede. Outros três Termos de Execução Descentralizada foram celebrados para execução de objetos em assuntos diversos, tais como: Diversidade Linguística, Integração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e Ações de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro. Esses instrumentos totalizaram 83% dos valores transferidos no exercício. Além disso, os Termos de Colaboração pactuados representaram os demais 17% dos recursos federais repassados.

Já no exercício de 2020, houve uma nova queda nos valores de repasses federais, que demonstraram uma redução de 54% em relação ao exercício anterior, no qual foram repassados o montante de R\$ 2.894.208,33, o que equivale a uma diminuição de R\$ 1.553.818,27. Foram celebrados apenas dois instrumentos, sendo os dois Termos de Colaboração.

Ademais, o ano de 2020 foi marcado pela Pandemia ocasionada pelo vírus da Covid-19, a qual impactou diretamente na economia do país e prejudicou a execução dos instrumentos de transferências voluntárias vigentes e, ainda, na celebração de novos instrumentos de transferências de recursos da União.

Além disso, destacamos que a Pandemia afeta principalmente os eventos culturais e artísticos, que são peças fundamentais para a execução das atividades finalísticas do IPHAN.

Por fim, cabe ressaltar que há uma tendência de baixa no volume de celebrações de novas parcerias nos últimos três exercícios, devido ao contingenciamento das transferências dos recursos financeiros por parte do Governo Federal.

Em 2020, a DICONTE analisou a prestação de contas de 13 (treze) convênios/congêneres, o que resultou em 11 diligências e 10 aprovações de prestação de contas.

Por meio de estudos e observações, constatou-se que, para aprovar a prestação de contas da maioria dos instrumentos do IPHAN, levou-se em média 1,6 anos, considerando o último triênio. Isso se deve ao fato de o conveniente ter apresentado documentação incompleta, o que resultou em diligências para complementação documental, estendendo consequentemente o tempo médio para aprovação.

No entanto, a Divisão de Prestação de Contas, em conjunto com a Coordenação de Convênios, vem buscando aperfeiçoar os mecanismos de controle, adaptando os limites de prazos para conclusão dos trâmites administrativos de maneira mais efetiva, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 76 da Portaria Interministerial nº 507/2011, § 1º do art. 70 da Portaria Interministerial nº 424/2016, além do § 1º e § 2º do art. 70 da Lei 13.019/2014.

Em virtude disso, constatou-se que, no decorrer dos exercícios de 2019 e 2020, a média do tempo de análise diminuiu gradativamente, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 4.3.3.8 Média do tempo de análise de Prestação de Contas

Média do tempo de análise de Prestação de Contas		
2018	2019	2020
0,4 anos	3,02 anos	2,5 anos

A redução do tempo de análise demonstrado no quadro acima entre o exercício de 2019 e 2020, que levou em consideração o tempo despendido para análise dos instrumentos desde a apresentação da Prestação de Contas, deu-se em virtude da padronização dos procedimentos de análise da Prestação de Contas e do estreitamento da comunicação entre as partes que integram o processo.

Já no exercício de 2019, o aumento da média do tempo de análise foi influenciado pela grande quantidade de aprovações de convênios mais antigos, que exigiam uma complementação maior por parte dos Convenientes e demandavam mais tempo na elaboração dos pareceres. Essas lacunas foram atenuadas com o estreitamento da comunicação e com o advento dos dispositivos mais recentes que possibilitaram uma diminuição no tempo de análise. Ademais, a análise das prestações de contas ainda foi influenciada por mais dois importantes fatores: a dificuldade por parte dos convenientes na inserção de documentação na Plataforma +Brasil e a qualidade e conformidade das informações dos documentos encaminhados por eles, demandando sucessivas solicitações de documentações complementares para conclusão das análises.

Vale ressaltar, ainda, que a dinâmica de análise da documentação financeira buscou atender às determinações dos Acórdãos emanados pelo Tribunal de Contas da União, além do atendimento aos dispositivos legais que regeram cada Instrumento, a saber, as Portarias Interministeriais 127/2008, 507/2011 e 424/2016 além dos arcabouços legais auxiliares. A análise, tendo como base os dispositivos elencados, é mais criteriosa, o que acarretou grande dispêndio de tempo.

A Lei 13.019/2014, juntamente com seu Decreto regulamentador 8.726/2016, foi utilizada e a expectativa, em médio prazo, é que os novos Instrumentos, regidos por ela, tenham uma análise mais célere, já que os dispositivos citados permitem a análise de Prestação de Contas de maneira simplificada, não deixando de atentar, no entanto, aos casos em que se observarem inconsistências ou qualquer tipo de irregularidade, prescrevendo dessa forma uma análise mais acurada, com a exigência de documentação complementar para comprovação das contas.

Coordenação de Convênios e Prestação de Contas - CCONV deste Instituto é responsável pelo gerenciamento e monitoramento das atividades de transferências de recursos, alterações de planos de trabalho, alteração de vigência, disponibilização de OBTV para Conveniente, utilização de rendimento de aplicação financeira, prorrogação de ofício e análise da prestação de contas financeira. Todas essas atividades são gerenciadas por meio de planilhas e informações de controle da Plataforma +Brasil.

Com relação à fiscalização in loco, o IPHAN, além de sua sede em Brasília, conta com uma Superintendência em cada Estado do Brasil para atuar no acompanhamento e fiscalização dos convênios/congêneres celebrados. Desde o ano de 2010, as Superintendências Regionais têm celebrado, executado, fiscalizado e analisado as prestações de contas de convênios/congêneres que são firmados em cada Unidade.

A atribuição de realizar a fiscalização in loco da execução do objeto pactuado é do Fiscal e/ou Gestor de cada instrumento na sua área de execução. Os fiscais/gestores são designados por meio de Portaria publicada no Boletim Administrativo Eletrônico – BAE, assinada e aprovada pela Autoridade Máxima do Órgão. Com o intuito de alinhar os procedimentos entre os servidores e as Superintendências envolvidas na gestão dos convênios/congêneres, o IPHAN regulamentou, por meio da Portaria nº 542, de 14 de novembro de 2014, a Norma Interna de Gestão de Convênios. Este documento estabelece os procedimentos e responsabilidades de cada unidade envolvida na celebração, execução, acompanhamento e fiscalização e prestação de contas dos instrumentos sob a égide da Portaria Interministerial 507/2011. Além disso, mensagens informativas relativas à temática dos convênios/congêneres aos servidores, convenientes e demais envolvidos direta ou indiretamente no contexto, são encaminhadas semanalmente, criando, assim, um canal de comunicação entre atores do processo.

Ainda, no final do exercício de 2016, mais precisamente em 30 de dezembro, passou a vigorar a Portaria Interministerial 424/2016, que estabelece as normas relativas às transferências voluntárias, revogando, assim, a Portaria Interministerial 507/2011. Tendo em vista a referida revogação, houve a necessidade de criação de outra norma, visando atender as peculiaridades da PI 424/2016. Neste contexto, elaborou-se a Portaria nº 199, de 25 de julho de 2019, que “Dispõe sobre o estabelecimento de procedimentos e fluxo do processo de gestão de convênios a serem observados no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que pode ser acessada por meio do endereço eletrônico http://portal.iphan.gov.br/uploads/licitacaoConvenioContrato/portaria_1992019_fluxo_de_convenios_424.pdf.

Por outro lado, com advento da Lei 13.019/2014, que estabelece procedimentos para as parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil, e com intuito de melhorar o acompanhamento e fiscalização desses instrumentos, passou-se a realizar, mensalmente, encontros por meio de videoconferências entre os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, Gestores e demais interessados, a fim de padronizar o comportamento dos envolvidos nas ações. Na mesma linha, o IPHAN realiza visitas técnicas junto aos Parceiros, com o intuito de compartilhar e dirimir eventuais dúvidas quanto à execução, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos pactuados. Além disso, a Coordenação de Convênios e Prestação de contas elaborou a Norma Interna para Gestão de Termos de Colaboração e Fomento, a Portaria nº 217, de 12 de agosto de 2019, que “Dispõe sobre o estabelecimento de procedimentos e fluxo do processo de gerir Termo de colaboração e Termo de Fomento a serem observados no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que pode ser acessada por meio do endereço eletrônico

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_217_2019_FluxoTermoColaboracaoFomento.pdf.

Das análises de prestações de contas referentes ao exercício de 2020, informamos que, dos 13 instrumentos analisados, 12 tiveram as contas apresentadas em exercícios anteriores. Dos 13 instrumentos analisados, 5 encontram-se na situação de “Prestação de Contas Aprovada”, 5 encontram-se na situação “Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas” e 3 encontram-se na situação “Prestação de Contas Comprovada em Análise”.

Ressalta-se que os 3 instrumentos que se encontram na situação “Prestação de Contas Comprovada em Análise”, já possuem Pareceres de Aprovação aguardando homologação da autoridade competente.

Além dos instrumentos analisados, 2 instrumentos não foram analisados no exercício em questão, sendo 1 Convênio e 1 Termo de Execução Descentralizada, que tiveram os Pareceres de Cumprimento do Objeto apresentados em dezembro de 2020, tornando a análise inviável em tempo hábil, dentro do exercício.

O IPHAN disponibiliza as informações referentes às suas parcerias por meio do endereço eletrônico: <http://portal.iphan.gov.br/>, com vistas a facilitar o acesso ao público externo das ações executadas pelo IPHAN. Dessa forma, o conteúdo passou a ser apresentado por um caminho mais didático, com informações completas e atualizadas, dando maior transparência às políticas públicas praticadas por este órgão.

Vale ressaltar que o exercício de 2020 foi formado pela atipicidade do surgimento da pandemia ocasionada pelo vírus da COVID-19. Tal fato contribuiu diretamente no dado registrado da apresentação de apenas uma Prestação de Contas e sua consequente aprovação, referente ao rol de instrumentos que deveriam prestar contas em 2020, referente ao "resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse".

O Decreto 10.315, de 06 de abril de 2020, prorrogou de ofício a vigência de todos os instrumentos até 31/12/2020 e o Decreto 10.594, de 29 de dezembro de 2020, que o revogou, apresentou nova prorrogação de ofício, alterando a vigência de convênios, contratos de repasse, termos de fomento, termos de colaboração, termos de parceria, termos de compromisso e outros instrumentos congêneres, celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal para transferências de recursos da União até 31 de março de 2021.

No entanto, as demais análises e consequentes aprovações do passivo já presente ocorreram sem prejuízo. Dentre as demais ações consideradas importantes, pesa destacar a elaboração de normativos para padronizar os processos vinculados aos procedimentos de análise, diligência e conclusão de Prestação de Contas de Convênios, Termos de Colaboração e Termos de Fomento no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Os normativos supracitados foram editados em formato de Instruções Normativas e estão em vias de publicação, ainda, no primeiro trimestre de 2021. Além disso, eles detêm o papel de contribuir como um instrumento norteador para a realização dos procedimentos formais e operacionais de análise de Prestação de Contas, dos instrumentos alvos, abordando todo seu processo de elaboração dentro dos procedimentos legais, além de definir procedimentos usuais e padrões específicos no âmbito do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Ressalta-se, também, o planejamento das diretrizes de ações estratégicas promovidas para sanar os passivos de prestação de contas presentes nas unidades administrativas do Iphan.

A Coordenação de Convênios e Prestação de Contas (CCONV), por meio da Divisão de Prestação de Contas (DICONV), do IPHAN-SEDE, realizou um levantamento da situação atual dos instrumentos que estão em fase de prestação de contas nas Unidades vinculadas a este órgão. No qual deteve o objetivo principal de uniformizar os procedimentos e auxiliar nas providências necessárias para análise e conclusão das prestações de contas.

4.3.4 - Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A gestão patrimonial do IPHAN busca racionalizar a utilização dos espaços ocupados pela Sede, Escritórios Técnicos, Unidades Especiais e Superintendências. Dessa forma, está sendo feito um trabalho no sentido de racionalizar as despesas com locação de imóveis por meio do compartilhamento de espaços. Nesse sentido, cabe destacar a parceria que está sendo feita com o IPEA para a utilização conjunta com o IPHAN de um edifício no Setor Comercial Sul, em Brasília, que deve implicar em uma economia da ordem de 8 milhões ao ano do orçamento do IPHAN.

No âmbito do TransformaGov também estão sendo realizados levantamentos e estudos no sentido de otimizar a ocupação dos espaços das Superintendências Estaduais. Em várias capitais o IPHAN já ocupa imóveis cedidos gratuitamente pela SPU e Prefeituras, implicando em enorme economia de recursos públicos. De todas as Superintendências Estaduais, Escritórios Técnicos e Unidades Especiais, o IPHAN paga aluguel em apenas 11 situações, discriminadas abaixo.

Tabela 4.3.4.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

UF	Localização Geográfica	Quantidade de imóveis locados de terceiros dela UJ		
		2019	2020	2020
AC	Rio Branco	01	01	01
AP	Macapá	01	01	01
DF	IPHAN SEDE	01	01	01
MA	São Luís			01
PA	Belém			01
RO	Porto Velho			01
RJ	Rio de Janeiro	02	02	01
RR	Boa vista	01	01	
RS	Porto Alegre			01
SC	Florianópolis	01	01	02
SP	São Paulo	02	02	
TO	Palmas	01	01	01
TOTAL GERAL		10	10	11

Fonte: CGLOG/DPA – Superintendências do Iphan

4.3.5 - Gestão da Tecnologia da Informação

Modelo de governança de TI e conformidade legal

O Modelo de governança de TI do Iphan tem como principal instância o Comitê Gestor dos Recursos de Tecnologia da Informação e comunicação (COGESTI), instituído pela Portaria Nº 235 de 20 de julho de 2010.

O COGESTI é presidido pelo Diretor do Departamento de Planejamento e Administração (DPA) e é composto pelos titulares do Gabinete da Presidência, do Departamento de Cooperação e Fomento, do Departamento de Patrimônio Imaterial, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização e do Departamento de Projetos Especiais.

As ações de TIC são priorizadas pelo COGESTI em consonância com o Plano Diretor de TI (PDTI) 2018-2020.

Segurança da Informação

Foi concluída a reestruturação da solução de firewall de rede com a incorporação de equipamentos mais modernos com a adoção de novas funcionalidades.

Com o início da vigência do novo contrato de sustentação de infraestrutura de TIC, foram atualizados os requisitos de qualificação profissional da equipe de segurança cibernética, associados à novas ferramentas de segurança adquiridas melhoraram os controles de acesso aos sistemas corporativos.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Os principais contratos em volume financeiro têm como foco a sustentação da infraestrutura de TIC e apoio ao usuário de TI, sustentação e desenvolvimento de software para área finalística, licenciamento de software de servidor e desktop, serviços de internet e comunicação de dados e solução de firewall.

Tabela 4.3.5.1 Contratos mais relevantes de recursos de TI

Contrato	Serviço
30/2019	Sustentação de infraestrutura e apoio ao usuário de TI
04/2019	Sustentação e desenvolvimento de software
02/2018	Licenciamento de software para desktop e servidor
12/2020 e 17/2014	Serviço de Internet e comunicação de dados
20/2019	Aquisição de solução de firewall

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Cadeia de Valor	Macroprocessos Finalísticos	Principais iniciativas na área de TI	Desenvolvimento do módulo de julgamento do Sistema de Fiscalização e Automação (fiscalis)
Principais resultados	O módulo Julgamento é o conjunto de funcionalidades que permite a automatização do procedimento previsto na Portaria 187/2010, o qual versa sobre a apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações. Este módulo é um salto institucional considerando que este procedimento é um dos mais sensíveis, considerando a sua natureza interação com o interessado (proprietários de bens tombados e responsáveis por danos a estes bens protegidos), bem como por sua complexidade, sendo o de maior fluxo e com maior número de atores envolvidos, conforme procedimentos institucionalizados junto ao Escritório de Processos do Iphan.		

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais iniciativas na área de TI	Desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP)
Principais resultados	O sistema é a nova ferramenta desenvolvida pelo Iphan para modernizar o processo de licenciamento ambiental, utilizando a tecnologia de georreferenciamento para analisar automaticamente projetos de infraestrutura e detectar possíveis interferências em bens culturais. Com o novo sistema, o processo de análise das FCAs (Fichas de Caracterização das Atividades ou Empreendimentos) passa a ser mais ágil, pois os TRES (Termos de Referência Específicos) passam a ser emitidos automaticamente para os empreendimentos em processo de licenciamento ambiental junto ao Instituto.		
Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais iniciativas na área de TI	Atualização da solução de firewall
Principais resultados	Foram incorporadas novas funcionalidades com o intuito de aumentar a segurança tanto do acesso interno quanto externo aos sistemas de informação.		

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais iniciativas na área de TI	Backup em nuvem
Principais resultados	De forma a garantir a integridade dos dados armazenados no data center do Iphan em caso de desastre, iniciou-se o backup em nuvem em data center externo ao Iphan com alto grau de redundância.		
Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais iniciativas na área de TI	Centralização do suporte ao usuário de TI
Principais resultados	Centralização de mais de 27 contratos de suporte ao usuário em apenas um, permitindo uma economia anual de R\$ 1 milhão, além de uniformizar os processos de atendimento ao usuário de TI.		

4.3.6 - Sustentabilidade Ambiental

Tabela 4.3.6.1 Aspectos sobre a gestão ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação	
	Sim	Não
A unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006?	X	
As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012?	X	
A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?	X	
A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG10, de 12 novembro de 2012?	X	
O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet.		X
Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no site da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012). Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		X

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O IPHAN em seus processos de contratações e aquisições adota os critérios de sustentabilidade em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e ao Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamentou o artigo 3, “caput”, da Lei 8.666/93, e a legislação e normas ambientais. Essas legislações preveem que as Contratadas deverão atender a todos os critérios de sustentabilidade ambiental na prestação de serviços e no fornecimento de materiais.

Além disso, as contratadas nas prestações de serviços e no fornecimento de materiais adotam nas práticas diárias as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução da poluição, tais como:

- Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água;
- Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdício e poluição;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades exercidas.

5. Capítulo 4 - Informações orçamentárias, financeiras e contábeis



5.1 - Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Despesas por Grupo e Elemento de Despesas

Tabela 5.1.1 Despesas Correntes

GRUPOS DE DESPESA	Empenhada		Liquidada		Paga	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
1. Despesas de Pessoal	192.357.671,98	199.992.967,23	192.357.671,98	199.992.967,23	179.421.931,83	186.983.038,79
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	79.309.102,19	88.021.427,71	79.309.102,19	88.021.427,71	73.519.723,04	82.331.875,21
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	69.073.532,18	72.707.339,65	69.073.532,18	72.707.339,65	63.487.886,69	67.133.883,53
13 - Obrigações Patronais	15.439.263,45	16.705.374,12	15.439.263,45	16.705.374,12	15.438.770,81	16.704.388,84
Demais elementos do grupo	28.535.774,16	22.558.825,75	28.535.774,16	22.558.825,75	26.975.551,29	20.812.891,21
3. Outras Despesas Correntes	166.086.353,67	127.032.909,46	112.531.356,98	94.637.588,10	110.768.222,64	91.745.761,45
37 - Locação de Mão de Obra	53.417.039,75	52.689.744,59	48.384.737,57	45.019.250,10	48.264.833,85	44.862.170,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	63.466.162,35	49.352.989,93	31.346.699,51	30.215.643,72	31.100.425,11	29.192.552,22
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	8.363.725,60	7.702.134,53	6.882.416,14	6.102.057,02	6.882.416,14	5.439.285,79
Demais elementos do grupo	40.839.425,97	17.288.040,41	25.917.503,76	13.300.637,26	24.520.547,54	12.251.753,44

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Tabela 5.1.2 Despesas de Capital

GRUPOS DE DESPESA	Empenhada		Liquidada		Paga	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
4. Investimentos	241.505.968,65	51.537.069,33	74.174.323,38	20.062.374,85	70.942.423,74	18.565.021,89
51 - Obras e Instalações	194.692.862,14	31.483.128,28	43.720.643,86	8.414.947,20	41.488.744,22	7.238.038,66
41 - Contribuições	39.023.086,89	17.963.785,64	23.399.582,76	10.409.475,40	22.399.582,76	10.102.961,30
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	1.073.777,15	1.691.752,03	801.612,45	1.069.248,89	801.612,45	1.069.248,89
Demais elementos do grupo	6.716.242,47	398.403,38	6.252.484,31	168.703,36	6.252.484,31	154.773,04
Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA						

Presidente da República

Jair Bolsonaro

Ministro do Turismo

Gilson Machado Neto

Secretário Especial da Cultura

Mário Frias

**Presidente do Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional**

Larissa Peixoto

Diretores do Iphan

Arlindo Pires Lopes

Arthur Lázaro Laudano Bregunci

Marcelo Brito

Raphael João Hallack Fabrino

Tassos Lycurgo

Departamento de Planejamento e Administração

Arthur Lázaro Laudano Bregunci

Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento

Marcelo Douglas de Figueiredo Torres

Ficha Técnica**Organização**

Marcelo Douglas de Figueiredo Torres

Comissão Editorial e Organização de Conteúdo

Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento

Equipe da Coordenação de Planejamento e Projetos

Produção e Revisão

Cassiano Luís Boldori

Dyogo Tavares de Freitas

Marcelo Douglas de Figueiredo Torres

Sérgio Carreira dos Santos

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação

Assessoria de Comunicação



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL